

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA

**“O DRAGÃO, O SAMURAI E O MAR DO SUL DA CHINA”**

RIO DE JANEIRO

2018

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA

**“O DRAGÃO, O SAMURAI E O MAR DO SUL DA CHINA”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Claudio Marin Rodrigues

RIO DE JANEIRO

2018

Costa, Vinícius de Almeida  
C837d O dragão, o samurai e o Mar do Sul da China/ Vinícius de  
Almeida Costa. \_\_ Rio de Janeiro, 2018.  
160f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de  
Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2018.  
Orientador: Cláudio Marin Rodrigues.

Bibliografia: f. 147-148.

1. Estratégia naval – China 2. Geopolítica – China, Mar do sul da  
3. Segurança internacional – Japão. I. Escola de Guerra Naval (BRASIL).  
II. Título.

CDD 359.030951

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Nathalice Bezerra Cardoso – CRB7/6128  
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA

**“O DRAGÃO, O SAMURAI E O MAR DO SUL DA CHINA”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. CMG (RM-1) Cláudio Marin Rodrigues - Orientador  
Escola de Guerra Naval

---

Prof. Dr. CMG (RM-1) Francisco Eduardo Alves de Almeida  
Escola de Guerra Naval

---

Prof. Dr. Marcial Alcício Garcia Suarez  
Universidade Federal Fluminense

À Silma de Almeida Costa  
Edinaldo da Costa  
Comunidade Maria Serva da Trindade  
Todas as pessoas marginalizadas

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda força, sabedoria e capacitação;

À Igreja Católica Apostólica, nas pessoas dos meus irmãos e irmãs de comunidade, irmãos e irmãs de pastoral, pelas orações e partilhas;

Aos meus familiares, pelo apoio e incentivo, especialmente a Silma e Edinaldo, minha mãe e meu pai, por toda sua dedicação e empenho para comigo desde meu nascimento;

Aos trabalhadores e trabalhadoras e trabalhadoras do Brasil;

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e todos os amigos e colegas que fiz nesta instituição, sendo o ponto de partida de toda esta jornada.

Por todos os colegas do Geocorrente pela camaradagem e conhecimento compartilhado;

Pelo CMG Leonardo Mattos por toda ajuda prestada.

Agradeço à amiga Ana Rachel Simões Fortes por ter visto, em 2015, uma chamada para pesquisadores de um grupo chamado “Geocorrente”, onde me sugeriu a aplicação, sendo exatamente o marco desta jornada e a continuação do caminho iniciado na UfRuralRJ;

Agradeço a todo o corpo do PPGEM e aos funcionários que tornaram possível esta experiência através da intensa dedicação.

À Marinha do Brasil, minha eterna admiração e inspiração, agradeço toda aposta e abertura!!

## RESUMO

O MSC constitui um espaço marítimo de importância quase atemporal. Desde tempos anteriores a Era das Navegações (por volta do século XV), conhecido como a porta de estrada da Ásia, suas águas forjaram o nascimento de importantes civilizações e foram o fio condutor do processo de formação social e política da Ásia. Assistiu e conduziu o apogeu tecnológico e político da China, governada pela Dinastia Ming entre 1368 e 1644. Foi à porta de entrada das principais potências ocidentais que acabaram por subjugar quase toda a Ásia durante o século XIX, ao passo que neste mesmo século assistiu o desabrochar do Japão enquanto uma grande potência apartir da Restauração Meiji (1868–1912). Muito mais do que recursos naturais, o MSC é a via por onde “tudo e todos passam”. Por uma questão de “sobrevivência”, seu controle e acesso eram e são elementos centrais na formulação de políticas externas e de segurança de unidades políticas do passado e do presente. Hoje, no século XXI, mais uma vez este espaço marítimo é palco de tensões e litígios entre Estados que buscam sobrevivência em um mundo cada vez mais dependente do comércio internacional, onde um terço deste comércio passa pelo MSC. Neste sentido, a República Popular da China e o Japão, a segunda e terceira maior economia, respectivamente, vêm escalando uma série de tensões pela necessidade de assegurar o acesso aos recursos presentes neste mar e a segurança das rotas comerciais que alimentam suas economias. Para isso, desenvolveram estratégias navais específicas para atender esses objetivos políticos.

**Palavras chaves: República Popular da China, Japão, Estratégia naval.**

## ABSTRACT

The South China Sea is a maritime area of almost timeless importance. From the earliest times the Age of Navigations (about XV century), known as the gateway to Asia, its waters forged the birth of important civilizations and were the guiding thread of the process of social and political formation in Asia. It witnessed and led China's technological and political heyday, governed by the Ming Dynasty between 1368 and 1644. It was the gateway of the major Western powers that eventually subjugated almost all of Asia during the nineteenth century, while in this same century saw the blossoming of Japan as a great power from the Meiji Restoration (1868-1912). Much more than natural resources, the South China Sea is the way by which "everything and everyone goes". As a matter of "survival", its control and access were and are central elements in the formulation of external policies and security of political units of the past and the present. Today, in the 21st century, once again this maritime space is the scene of tensions and disputes between states that seek survival in a world increasingly dependent on international trade, where a third of this trade passes through the South China Sea. In this regard, the People's Republic of China and Japan, the second and third largest economies respectively, have been escalating a series of tensions over the need to ensure access to the resources present in this sea and the safety of trade routes that fuel their economies. To this end, they have developed specific naval strategies to meet these policy objectives.

**Key words: People's Republic of China, Japan, Naval Strategy.**

ANEXO: CADERNO DE MAPAS E IMAGENS.....	149
Figura 1: Mapa Sudeste Asiático e o MSC .....	149
Figura 2: Estreito de Malaca .....	150
Figura 3: Transporte de petróleo do Oriente Médio com destino ao Sudeste e Leste da Ásia..	151
Figura 4: Gás natural liquefeito transportado via MSC .....	152
Figura 5: Estimativas de reservas de petróleo e gás natural no MSC .....	153
Figura 6: Disputas de soberania do MSC.....	154
Figura 7: Principais Comandos da PLA Navy e PLA Air Force.....	155
Figura 8: Estimativa japonesa a respeito do alcance dos mísseis balísticos chineses .....	156
Figura 9: Litígios no MSC.....	157
Figura 10: Mapa das Island Chains, segundo as estratégias traçadas por Liu Huaqing .....	158
Figura 11: Mapa com as rotas terretres e marítimas da One Belt, One Road.....	158
Figura 12: Zonas Econômicas Especiais da RPC.....	160

## LISTA DE SIGLAS

A2/AD	Antiaccess/area denial
ARF	ASEAN Regional Forum
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
ASW	Antisubmarine Warfare
CDNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CMC	Central Military Commission
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
IJN	Imperial Japanese Navy
JMSDF	Japanese Maritime Self Defense Force
JSDF	Japanese Self Defense Force
MSC	Mar do Sul da China
NAe	Navio Aeródromo
NDPG	National Defense Program Guidelines
NDPO	National Defense Program Outline
OCS	Organização de Cooperação de Shanghai
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	O Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista da China
PLA	People Liberation Army
PLAN	People Liberation Army Navy
RPC	República Popular da China
RU	Reino Unido
SDF	Self Defense Force
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US Navy	United States Navy
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## **Conteúdo**

LISTA DE SIGLAS .....	9
<i>INTRODUÇÃO</i> .....	13
CAPÍTULO 1 – O REALISMO NEOCLÁSSICO E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO EM PERCPECTIVA .....	24
1.1. O REALISMO NEOCLÁSSICO .....	24
1.2. TEORIA DO PODER MARÍTIMO .....	30
1.3. GO: O JOGO DE TABULEIRO E O CERCAMENTO DO Oponente .....	33
1.4. KANTAI KESSEN – A BATALHA DECISIVA E O ESPÍRITO SAMURAI.....	35
CAPÍTULO 2 - O MAR DO SUL DA CHINA: GEOGRAFIA E IMPORTÂNCIA REGIONAL/GLOBAL .....	37
2.1 AS GUERRAS SINO- JAPONESAS E O SÉCULO DAS HUMILHAÇÕES.....	37
2.2. A GRANDE ESFERA DE CO-PROSPERIDADE DA ÁSIA .....	40
2.3. O TEATRO DE OPERAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO .....	41
2.4. O PANORAMA GEOPOLÍTICO DO MSC.....	42
2.5. A IMPORTÂNCIA DO ESTREITO DE MALACA .....	43
2.6. O TRANSPORTE DE PETRÓLEO E GÁS .....	44
2.7. AS ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS NO MSC .....	45
CAPÍTULO 3 - AS CONCEPÇÕES SINO-JAPONESAS DE SEGURANÇA E DEFESA: ANÁLISE A PARTIR DOS RESPECTIVOS LIVROS BRANCOS DE DEFESA .....	48
3.1. O SISTEMA INTERNACIONAL NA ÓTICA CHINESA .....	49
3.1.1. ELEMENTOS DESESTABILIZADORES NO MUNDO E NA ÁSIA: OS PRINCIPAIS ENTRAVES .....	51
3.1.2. EUA, JAPÃO E O ESTREITO DE TAIWAN. CORRIDAS ARMAMENTISTAS E POSICIONAMENTOS ANTAGÔNICOS A PEQUIM..	55
3.1.4. AMEAÇAS NÃO TRADICIONAIS .....	59
3.1.5. O BALANCEMANENTO INTERNO: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO EMULAÇÃO .....	60
3.1.6. EMULAÇÃO COMO COOPERAÇÃO .....	62
3.1.7. COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E INTERCÂMBIOS MILITARES .....	64
3.1.8. O PRAGMATISMO CHINÊS .....	67

3.1.9. COOPERAÇÃO REGIONAL EM SEGURANÇA.....	69
3.1.10. COOPERAR PARA MODERNIZAR .....	72
3.2. O SISTEMA INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA DO JAPÃO.....	73
3.2.1. A CONSTITUIÇÃO JAPONESA E O ESTATUTO DA JAPANESE SELF DEFENSE FORCE (JSDF).....	74
3.2.2. A IMPORTÂNCIA DOS EUA .....	76
3.2.3. A COOPERAÇÃO COM OS EUA E A CONTINUAÇÃO DE PRÁTICAS EXISTENTES .....	77
3.2.5. A RPC NA GEOPOLÍTICA JAPONESA .....	80
3.2.6. A PEOPLE LIBERATION ARMY NAVY.....	85
3.2.7. O SUDESTE ASIÁTICO E O MSC .....	87
CAPÍTULO 4 - AS ESTRATÉGIAS NAVAIS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E DO JAPÃO PARA O MSC .....	90
4.1. A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC .....	90
4.1.1. ENTRE A TERRA E O MAR. O PODER NAVAL NA CHINA IMPERIAL .....	91
4.1.2. 1949. O NASCIMENTO DA PLA NAVY E A SEGURANÇA CONTINENTAL.....	93
4.1.3. A ARTE DA GUERRA NO MAR. APRENDENDO COM OS SOVIÉTICOS.....	93
4.1.4. CONSOLIDAÇÃO DA DEFESA COSTEIRA E A SITUAÇÃO DOS ARQUIPÉLAGOS: 1955-1959.....	97
4.1.5. OS ANOS 1960-1976, UMA NOVA SITUAÇÃO, NOVOS INIMIGOS E NOVAS NECESSIDADES .....	100
4.1.6. A REVOLUÇÃO CULTURAL DE 1966 E SEUS EFEITOS PARA A MODERNIZAÇÃO NAVAL .....	102
4.1.7. A MARINHA DE DENG XIAOPING .....	104
4.1.8. O LEGADO DE LIU HUAQING .....	106
4.1.10. INTERESSES MARÍTIMOS ESTRATÉGICOS E AS ILHAS ARTIFICIAIS.....	108
4.1.11. UMA MARINHA DE ÁGUAS AZUIS. COMPETÊNCIAS, MISSÕES E DESAFIOS.....	111
4.2. A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DO JAPÃO.....	114

4.2.1. O PAPEL FORÇA NAVAL JAPONESA NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS .....	119
4.2.2. A FORMAÇÃO DA FORÇA MARÍTIMA DE AUTO DEFESA DO JAPÃO NOS ANOS 1945-1976.....	122
4.2.3. O SUSPENDER DE ÂNCORAS DA JMSDF NOS ANOS 2001-2009 ....	126
4.2.4. DEBATES INTERNOS E A O FATOR RPC .....	128
4.2.5. A REINTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 9 DA CONSTITUIÇÃO. FIM DO PACIFISMO .....	132
4.2.6. O ADVENTO DOS CONTRATORPEDEIROS PORTA-HELICÓPTEROS .....	133
4.2.7. PERSPECTIVAS PARA A JMSDF .....	137
4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS .....	147
ANEXO: CADERNO DE MAPAS E IMAGENS.....	149
.....	151

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho busca entender como as necessidades econômicas e geopolíticas influenciam a nível político os interesses da República Popular da China (RPC) e do Japão e como estes reagem a nível estratégico no espaço geoestratégico do Mar do Sul da China (MSC). Tais reações dizem respeito à mobilização seus poderes militares, com devido destaque ao papel desempenhado pelas Forças Navais dos Estados supracitados, instrumentos preferenciais de alcance, proteção e realização de seus interesses nesse ambiente geopolítico.

O Estado hoje conhecido como RPC é um herdeiro das unidades políticas mais antigas de toda a humanidade, possuindo cultura milenar e sistemas de organização sociopolíticos igualmente milenares. Com um passado que remonta os tempos da Antiguidade Clássica<sup>1</sup> até os dias de hoje, a história desta se mostra tão ampla e complexa que se torna uma árdua tarefa localizar um “marco zero”. Tem um território de vastas proporções que, historicamente, exercia e continua a exercer intensa influência em seu entorno, ou seja, nas regiões conhecidas no Ocidente como Sul da Ásia e Extremo Oriente (KISSINGER & HORMANN, 2011).

Como uma unidade política eminentemente continental, a antecessora da RPC, a China Imperial formulou políticas de defesa e segurança condizentes com tal condição. As concepções do “Império do Meio” e do “Tudo Sob o Céu” consubstanciam um modelo de inserção geopolítica e econômica centrada no país em um entorno regional e fronteiriço cercado por povos considerados “hostis”. De acordo com a compreensão chinesa do período, estes elementos externos precisariam passar pelo processo civilizador chinês e integrar tal império. Características estas expressas também no poder político e no corpo burocrático do império através das dinastias que governaram tal unidade política, em que o imperador era considerado o “Filho dos Céus”, um representante divino, e seu corpo diplomático era composto pelos “Emissários Celestiais” enviados às terras bárbaras para levar a civilização e o desenvolvimento cultural (KISSINGER, 2011).

---

<sup>1</sup> Segundo as cronologias ocidentais, este período se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império Romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476.

Na condição de ser um Estado circundado por povos hostis e possuir a complexidade de manter a coesão interna em uma sociedade extensa e diversa, as forças terrestres despontaram papel fundamental na garantia da unidade territorial tanto por conta das ameaças externas quanto de ameaças separatistas internas. Por consequência dos elementos citados, pouco significava para a RPC acontecimentos além-mar ou muito distantes de suas zonas tradicionais de influência no plano externo, fato que refletiu diretamente na rejeição do poder marítimo para segundo plano. Ainda que, durante a Dinastia Ming, que governou a China de 1368 a 1644, tivesse sido construída uma vasta Marinha de Guerra e mercante em um cenário que contava com existência de um comércio marítimo privado e missões tributárias oficiais realizadas pela esquadra<sup>2</sup> do Almirante Zheng He (1371 - 1433), as prioridades de defesa e segurança chinesas permaneceram focadas no continente.

No contexto do século XIX, a China Imperial foi desfigurada territorialmente pela ingerência das potências estrangeiras entre os quais, os Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Rússia e Reino Unido (RU) que, em sua maioria, vieram pelo mar, além de enfrentar turbulentos processos de disputas internas por poderes emanados de diversos segmentos da sociedade que evidenciaram ainda mais a dificuldade de manutenção da unidade territorial.

Passados os conturbados anos do século XIX, na égide da RPC, se levanta após o terceiro quarto do século XX como uma potência econômica com crescente influência geopolítica, circunstância pela qual foi conduzida a elaborar novos objetivos geopolíticos e econômicos em âmbito global para adequação e resposta às novas necessidades. Tais necessidades se relacionavam, sobretudo, à dependência nacional do mar na medida em que o desenvolvimento econômico e comercial do Estado estava diretamente ligado a este espaço. A partir desse momento, a manutenção da segurança e da livre circulação das linhas marítimas de comunicação (LMCs) que alimentam a economia chinesa passam a ser prioridade para Pequim, fato este que fez com que as

---

<sup>2</sup>O termo a ser usado designa o grupo de navios liderados por Zheng He. O grupamento possuía tanto funções comerciais (tributação, unidades políticas vassaladas e busca por novas parcerias comerciais no Oriente Médio e África Oriental) quanto militares (combate à pirataria).

LIM, Yves-Heng. *China's naval power: an offensive realist approach*. Ashgate Publishing, Ltd., 2014.

forças navais passassem a ter um papel crescente a partir dos anos 1970, com a RPC voltando-se para o mar.

Geograficamente a leste da RPC, separado pelo Mar do Leste da China, encontra-se o Japão, herdeiro também de uma sociedade milenar, possuindo uma visão autocentrada semelhante à chinesa. Tem como marco fundacional o primeiro governo centralizado na região da planície de Nara, localizada a sudeste da Ilha de Honshu, aproximadamente no ano de 300 d.C. (na cronologia ocidental), quando se deu a formação do Reino de Yamato.

Segundo as tradições locais, por serem filhos da deusa xintoísta Amaterasu, tanto os governos monárquicos, centrados na figura do imperador, quanto o povo das ilhas nipônicas se autoproclamaram a única civilização existente, considerando todos que fossem externos ao território como bárbaros (SAKURAI, 2007).

Diferentemente dos chineses, os japoneses não se viram impelidos em um processo civilizador em relação ao que era considerado bárbaro, mas buscaram o isolamento; isto devido à perspectiva de que as benesses e avanços da sociedade japonesa deveriam ser utilizados unicamente pelos japoneses.

Deste modo, com raras exceções ao longo de sua história, o Japão buscou isolar-se de contatos com o exterior, abrindo-se somente ao intercâmbio comercial de determinados produtos e à entrada de ideias e filosofias vindas principalmente da China Imperial, devidamente analisadas, aprovadas e reguladas pelas autoridades centrais. Por séculos, o Japão, em seu plano externo, posicionou-se de modo a refratar todo tipo de influência externa sobre ele.

No contexto do século XIX, no ano de 1853, em ocasião da visita norte-americana do Comodoro Mathew Perry<sup>3</sup> (1794-1858) ao país asiático buscando acordos comerciais, deu-se a abertura japonesa ao comércio internacional. Com a ameaça estadunidense de emprego da força caso o Japão se negasse, deu-se o rompimento de séculos de isolacionismo e uma entrada forçada e definitiva do país no sistema

---

<sup>3</sup>Militar estadunidense que serviu na Marinha dos Estados Unidos de 1809–1858. Participou de várias guerras e ganhou destaque na Guerra de 1812 e na Guerra Mexicano-Americana. Desempenhou papel importante na abertura do Japão para o ocidente através da assinatura, em 1854, do Tratado de Kanagawa; MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. *Japan-china joint history research report*. Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr\\_mch\\_en1.pdf](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr_mch_en1.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

internacional. O fato foi sacramentado com a assinatura do Tratado de Kanagawa (1854), situação posteriormente ampliada com a assinatura do Tratado de Amizade e Comércio (1858).

Dessa forma, na Era Meiji (1852 a 1912), ocorre uma inserção, mesmo que forçada, do país em âmbito internacional e, no que tange à sua posição no mundo, ocorreram mudanças e quebras de paradigmas. Foi feito amplo investimento no poderio militar, sobretudo no campo naval, devido à influência ocidental ao observar as experiências britânicas, alemãs e estadunidenses de defesa e projeção de poder através de suas Marinhas de Guerra. Com a rápida formação de uma economia internacional e intensidade do comércio mundial, percebeu-se a necessidade de uma esquadra forte o suficiente para defender suas rotas comerciais e/ou ameaçar as rotas d'outrem, fato este que constitui um dos cerne da geopolítica contemporânea (YOSHIHARA & HOLMES, 2006).

O Japão se torna um país industrializado, passando a depender de matérias-primas de modo que a maioria não se encontra em seu território. Isso faz reforçar a necessidade de garantir acesso a regiões do Sudeste Asiático, (MSC principalmente) e Manchúria (espaços ricos em recursos naturais diversos), diplomaticamente e militarmente, o que conduziu o país à guerra.

Após a II Guerra Mundial (1939-1945), derrotado e reinserido no sistema internacional sob o guarda-chuva militar e nuclear dos EUA, o Japão conduz sua política externa e política de segurança em alinhamento pleno com Washington. Tornase defensor da política estadunidense frente ao bloco comunista liderado pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), se deparando com a redistribuição de poder regional em alteração por conta da projeção militar crescente da RPC, a partir dos anos 1970. Este último fato impacta o Japão, pois se trata da ascensão de uma unidade política historicamente rival, portanto, uma ameaça. A partir de então, formula políticas para lidar com a situação as quais ganharão intensidade na década de 2000.

Considerando a importância e as fragilidades das LMCs de ambos os Estados que se entrecruzam no MSC, a existência de recursos necessários à sobrevivência e manutenção de suas economias, o objetivo deste trabalho é analisar, a nível político, os principais interesses geopolíticos da RPC e o Japão na região do MSC. Levar em conta

os fatores econômicos e políticos de cada Estado que demandam a formulação de estratégias de defesa e o emprego das forças navais <sup>4</sup> para garantir seus interesses e o exercício de sua soberania no MSC.

Os objetivos específicos visam compreender, a nível estratégico, as principais políticas de defesa e segurança, sobretudo no que tange ao poder naval. Comparar o pensamento estratégico naval da RPC e do Japão, destacando os seguintes aspectos: tipos de belonaves empregadas e tarefas básicas condizentes com as necessidades de cada Estado. Destacar o papel dos EUA no âmbito das relações com o Japão, considerando a política contenciosa em relação a Pequim.

A relevância do trabalho consta da importância geopolítica do espaço marítimo do MSC. Possui uma área de 2.974.615 km<sup>2</sup>, repleto de penínsulas e contendo uma grande variedade de arquipélagos e ilhas que ocupam boa parte de sua extensão. Pelo estreito de Malaca, local de passagem de importantes rotas marítimas, são transportados cerca de 25% de todos os bens comercializados<sup>5</sup> na região; é, inclusive, um local estratégico para abastecimento de energia. Dois terços do abastecimento de recursos energéticos da Coreia do Sul são transportados pelas rotas que transitam pelo MSC. Da mesma forma, 60% dos recursos energéticos do Japão e Taiwan<sup>6</sup>. Um terço do gás natural liquefeito<sup>7</sup> do mundo passa pelo MSC, com a maior parte dele originária do Golfo Pérsico, rumo ao Sudeste Asiático, Leste Asiático e Oceania para alimentar, principalmente, as economias do Japão, Coreia do Sul e RPC.

---

<sup>4</sup>Embora Artigo 9 da Constituição do Japão (fruto da derrota japonesa na II Guerra Mundial) proíba o país de possuir Forças Armadas, autorizando apenas forças de Autodefesa, a Força Marítima de Autodefesa do Japão (em inglês, *Japanese Maritime Self Defense Force*; em japonês 海上自衛隊 *Kaijō Jieitai*) pode ser considerada uma força naval devido às suas capacidades. JAPAN.MINISTRY OF DEFENSE (防衛省). *Overview and fundamental concepts of national defense*. Disponível em: <[http://www.mod.go.jp/e/d\\_act/d\\_policy/overview.html](http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/overview.html)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

<sup>5</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível em: <<https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>6</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in asia*. Disponível em: <<https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>7</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in asia*. Disponível em: <<https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

As importações de petróleo<sup>8</sup> que abastecem o Japão e a RPC também circulam pelo MSC. Aproximadamente, 80% das importações de petróleo do Japão e 39% das importações chinesas de petróleo são provenientes do Oriente Médio, através do Oceano Índico. Os investimentos chineses na África Oriental concentrados nos setores referentes a petróleo, gás, ferrovias, rodovias e mineração despontam a importância das rotas marítimas que interconectam ambos os continentes passando pelo MSC<sup>9</sup>. Além do comércio que transita por tal espaço geopolítico, evidenciam-se estimativas de grandes reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) presentes nesse mar<sup>10</sup>.

A RPC, mediante elevadas taxas de crescimento econômico,<sup>11</sup> passou a ser importadora de 55% do petróleo que consome<sup>12</sup>. Segundo a estatal chinesa de prospecção de petróleo, *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), as estimativas giram entorno de 125 milhões de barris de petróleo e 14 trilhões de metros cúbicos de gás natural presentes nas águas do MSC. Portanto, tornou-se vital para a economia chinesa garantir acesso às reservas de petróleo<sup>13</sup>. Sendo a RPC a maior parceira comercial do Brasil<sup>14</sup>, toda a conjuntura político-econômica que envolve o país acarreta impactos para o Brasil e o conhecimento das complexidades desta região

---

<sup>88</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in asia*. Disponível em: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>9</sup>ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *International energy outlook*. 2016. Disponível em: <[http://www.eia.gov/outlooks/ieo/pdf/0484\(2016\).pdf](http://www.eia.gov/outlooks/ieo/pdf/0484(2016).pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

<sup>10</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível em: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>11</sup> THE WORLD BANK. *GDP Growth (annual %)*. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mktp.kd.zg?locations=jp&view=chart>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>12</sup> CNOOC. *CNOOC Annual Report 2015*. Disponível em: < [http://www.cnooltd.com/jcms/jcms\\_files/jcms1/web5/site/attach/0/1604060647250551126.pdf](http://www.cnooltd.com/jcms/jcms_files/jcms1/web5/site/attach/0/1604060647250551126.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

<sup>13</sup> CNOOC. *CNOOC Annual Report 2015*. Disponível em: < [http://www.cnooltd.com/jcms/jcms\\_files/jcms1/web5/site/attach/0/1604060647250551126.pdf](http://www.cnooltd.com/jcms/jcms_files/jcms1/web5/site/attach/0/1604060647250551126.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

<sup>14</sup>BRASIL. República Popular da China. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

favorece o posicionamento brasileiro a esse respeito, além de importantes rotas comerciais que ligam o Brasil à RPC e ao Japão também passarem pelo MSC.

Além da parceria econômica, o Brasil e a RPC são membros dos BRICS<sup>15</sup>. As ações promovidas pela RPC no âmbito político e estratégico impactam na política internacional e, conseqüentemente, exigem do Estado brasileiro atenção e conhecimento, podendo influenciar diretamente na política externa adotada pela diplomacia brasileira.

No âmbito acadêmico, a necessidade de maior quantidade de trabalhos que abordam esta temática, em língua portuguesa, causa um déficit de conhecimento científico para o Estado e sociedade brasileira a respeito de uma região tão importante para o Brasil. São necessárias mais pesquisas a esse respeito para que se tenha uma leitura própria desses fatos e possa formular suas posições com autonomia.

Portanto, este trabalho pretende contribuir com o campo das ciência política, relações internacionais e estudos estratégicos ao propor investigar a formulação de políticas e estratégias navais de Estados com elevado peso econômico e político no cenário internacional. As análises sobre as experiências da RPC e do Japão no campo da estratégia naval fornecem subsídios para as instituições de pesquisa da Marinha do Brasil, uma vez que o Estado brasileiro encontra-se em processo de reflexão e desenvolvimento do pensamento naval estratégico para o Brasil na Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.

Em relação aos principais motivações geopolíticas que conduzem as políticas externas e de segurança da RPC e do Japão, os recursos naturais são a chave da questão. O acesso a este espaço marítimo é uma das pedras angulares dos interesses de Estados

---

<sup>15</sup> Acrônimo que se refere ao Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação; um "clube político" que almeja converter seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica criada por Jim O'Neill em um estudo de 2001 intitulado "Building Better Global Economic BRICs". Desde então, a sigla passou a ser amplamente usada como um símbolo da mudança no poder econômico global em relação ao mundo em desenvolvimento. O grupo tem tomado medidas para aumentar a sua cooperação política, realizando cúpulas anuais, além de diversos encontros em nível subnacional como, por exemplo, as reuniões entre bancos de desenvolvimento, institutos de estatística e ministérios da saúde, apelando para o estabelecimento de uma ordem mundial multipolar e para a reforma do sistema financeiro mundial.  
BRICS POLICY CENTER CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS - BRICS. **Os BRICS**. Disponível em: <[http://bricspolicycenter.org/homolog/sobre\\_os\\_brics](http://bricspolicycenter.org/homolog/sobre_os_brics)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

do Sudeste e Leste Asiático, pois toca diretamente em suas economias<sup>16</sup>. Nesse certame, o Japão com a terceira maior economia do mundo, vem enfrentando problemas estruturais graves no tocante à geração de energia<sup>17</sup>. Tais problemas se intensificaram após os desastres causados por um terremoto seguido de maremoto de grande escala que afetou o país em 2011, acarretando consequências à sua infraestrutura energética ao danificar os reatores nucleares da Usina de Fukushima, na província homônima. Tal fato provocou ampla discussão em diversos segmentos sociais do país que o levou a empreender esforços para alterar a dependência da energia nuclear, substituindo-a gradativamente por outras fontes. Além dos esforços em manter o dinamismo e o fortalecimento da economia, a demanda por recursos vem se elevando a níveis preocupantes. Em relação à RPC, esta possui a segunda maior economia do mundo e a maior densidade demográfica (aproximadamente 1,5 bilhões), crescendo economicamente a taxas de 12% ao ano<sup>18</sup> por aproximadamente 20 anos. Com uma economia crescente, o acesso à energia e *commodities* é vital para manutenção de tal crescimento. Embora utilize o carvão como matriz energética em larga escala, este não mais é suficiente para alimentar o ritmo de crescimento e desenvolvimento, seja pela atividade industrial ou pela expansão da capacidade de consumo da população que obteve expansão da qualidade de vida.

Para ambos os Estados, a demanda por recursos energéticos e matérias-primas e a proximidade de suas respectivas LMCs que abastecem suas economias são fatores que exercem pressão sobre seus poderes políticos (MAHAN, 2013). O MSC é suscetível a sediar conflitos políticos justamente por ser um local de confluência de LMCs de ambos os Estados. Com a problemática somada a expectativas de recursos vitais para suas

---

<sup>16</sup> **O PIB de ambos os países pode ser verificado no seguinte endereço:** IPRI INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **As 15 maiores economias do mundo (PIB e PIB PPC)**. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/equipe/47-informacoes/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>17</sup> JAPAN. MINISTRY OF ECONOMY, TRADE AND INDUSTRY (METI) 経済産業省. **Japan's energy Livro Branco 2016**. Disponível em: <[http://www.enecho.meti.go.jp/en/category/whitepaper/pdf/whitepaper\\_2016.pdf](http://www.enecho.meti.go.jp/en/category/whitepaper/pdf/whitepaper_2016.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

<sup>18</sup> THE WORLD BANK. **GDP Growth (annual %)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mktp.kd.zg?end=2015&locations=cn&start=1961&view=chart>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

economias, o choque de interesses conduz a uma iminente crise que pode levar os dois Estados a um conflito armado, o que mobilizará e preparará suas FFAA, sobretudo suas forças navais.

Almejando promover um estudo analítico sobre as complexidades geopolíticas do sistema regional que incidem sobre a RPC e sobre o Japão no MSC, serão destacadas as necessidades internas que pressionam o poder político de ambos os Estados e as estratégias adotadas por eles para defender seus interesses diante de tais necessidades.

A redistribuição de capacidades militares nos sistemas geopolíticos regionais do Leste e Sudeste Asiático causaram mudanças de comportamentos da RPC e do Japão, o que influenciou suas respectivas políticas de segurança internacional, comportamentos que dizem respeito a possíveis ameaças à segurança e a interesses, especialmente sobre questões marítimas. Tal redistribuição de capacidades militares ocorre em função da necessidade de acesso a recursos e proteção de LMCs.

O pressuposto deste trabalho sustenta que as necessidades econômicas de acesso a fontes de energia e recursos junto à necessidade de segurança de suas LMCs. Isso leva seus poderes políticos a adotarem estratégias que preconizam o preparo e o emprego de suas forças navais como principais instrumentos a atender estes objetivos estratégicos. Orientações de defesa e segurança surgem para atender tais necessidades, planejando políticas e doutrinas que estabeleçam o outro como ameaça em potencial. Aqui, o poder naval se torna a principal ferramenta de ambos os Estados para alcançar seus objetivos, obedecendo ao caráter geográfico da região.

A metodologia empregada neste estudo é a analítica, executando um exame sistemático à luz do pressuposto supracitado para compreender a trajetória das causas dos fenômenos investigados. Tal perspectiva secciona o objeto de estudo em blocos a serem analisados passo a passo.

O arcabouço teórico é fundamentado no Realismo Neoclássico das relações internacionais para compreender o comportamento do governo chinês e japonês em relação ao espaço geopolítico definido. A pesquisa abordará tal comportamento baseado nas políticas de defesa e segurança formuladas por suas lideranças, levando em conta elementos das especificidades de cada Estado para interpretar as peculiaridades dos posicionamentos geopolíticos em variáveis analíticas. Seu principal pressuposto é a

natureza anárquica do sistema internacional mediante a inexistência de uma unidade política superior aos Estados soberanos, os quais competem entre si por recursos, poder e influência cada vez maiores, em que suas capacidades materiais e poderio militar principalmente são fatores preponderantes para a sobrevivência do Estado. Estes elementos serão abordados com mais profundidade no capítulo teórico adiante.

Destacam-se três variáveis provenientes do realismo Neoclássico: a variável independente, trabalhada por Kenneth Waltz na obra *Theory of International Politics* (1979), na qual demonstra a posição que o Estado ocupa na estrutura regional e internacional; a variável interveniente, caracterizada pelo comportamento reativo dos tomadores de decisão dos Estados dentro dessas estruturas, sendo este elemento a principal contribuição do Realismo Neoclássico; e por fim, a variável dependente que é caracterizada pelas políticas de segurança internacional resultantes dessa dinâmica, sobretudo, no poder naval.

Este trabalho será desenvolvido em quatro capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo se debruça sobre uma abordagem teórica que orientará o curso da pesquisa. Serão aprofundadas as compreensões do Realismo Neoclássico e suas funcionalidades em consonância com a Teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan (1890), fundamental para entender a importância do poder marítimo no cálculo estratégico e maximização de poder de um Estado. Também serão abordados postulados autóctones (do Japão e da RPC), visto que se tratam de sociedades milenares com rica história e complexa formação sociopolítica. Estas unidades políticas possuíam suas próprias concepções de guerra e de estratégia que em certa parte são resgatadas nos dias de hoje.

O segundo capítulo almeja analisar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, as principais características históricas e geopolíticas da região do MSC. Aspectos históricos de conflitos protagonizados pela RPC e Japão assim como a localização geográfica, a existência de recursos naturais, o tráfego marítimo serão contextualizados a fim de compreender como esses aspectos influenciaram as estratégias formuladas por esses Estados entre 2000 e 2015.

O objetivo do terceiro capítulo é investigar, no nível político, a postura da RPC e do Japão no MSC entre 2000 e 2015, a partir de uma análise de documentação oficial,

como os Livros Brancos de Defesa de ambos os Estados, evidenciando seus posicionamentos em relação à distribuição de capacidades bélicas, na Ásia, em situação de alteração.

A proposta do quarto capítulo é investigar o aspecto estratégico militar das relações sino-japonesas no MSC além de analisar medidas tomadas em termos militares e estratégicos que responderão as mudanças comportamentais pelos atores do sistema regional de relações internacionais.

Por fim, as considerações finais buscarão concatenar a importância histórica e geopolítica do mar para a sobrevivência da RPC e do Japão e a importância de suas forças navais na consolidação desses Estados e manutenção de suas respectivas soberanias, no passado e na atualidade.

## **CAPÍTULO 1 – O REALISMO NEOCLÁSSICO E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO EM PERSPECTIVA**

Dante da proposta de análise do trabalho, tal empreitada será desenvolvida nos alicerces teóricos do Realismo Neoclássico em consonância com a Teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan (1890) que serão explorados neste primeiro capítulo para evidenciar os conceitos utilizados na pesquisa e a aplicação da teoria na investigação a ser realizada.

Também serão feitas considerações teóricas com base no pensamento estratégico chinês e japonês, visto que são sociedades milenares e possuem escolas de pensamento político-estratégico que não podem ser ignoradas, visto que, de alguma forma, são empregadas até os dias de hoje por ambos os Estados.

### **1.1. O REALISMO NEOCLÁSSICO**

O Realismo das Relações Internacionais e suas respectivas ramificações constituem um dos principais marcos teóricos desse campo de estudos na atualidade.

Autores como Gideon Rose (1998) classificam as vertentes em “escolas realistas” que têm em comum, perspectivas em relação à natureza anárquica e competitiva do sistema internacional. No entanto, apresentam características próprias que impossibilitam que todas sejam classificadas unicamente como realistas. Com efeito, aponta-se a existência da primeira escola realista cunhada pelo autor como *Innentpolitik*, em que se estabelece a primazia de elementos internos na formulação da política externa de cada Estado. Por sua vez, o Realismo Ofensivo preconiza que elementos externos são preponderantes em relação aos elementos internos na formulação da política externa enquanto o Realismo Defensivo estabelece fatores sistêmicos e orienta tipos de comportamentos dos Estados, mas não de outros (ROSE, 1998).

Por conseguinte, Rose aponta uma quarta escola do realismo, cunhada como Realismo Neoclássico. Esta estabelece que tanto as variáveis internas quanto externas, são influentes para formulações da política externa e “[...] argue that the scope and

*ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities*"<sup>19</sup> (ROSE, 1998, p. 146).

Para este tipo de realismo, as políticas de cada Estado e seus respectivos interesses são formulados em decorrência do lugar em que ocupam no sistema internacional assim como pelos relativos poderes militares. Não estabelece um padrão comum de comportamento de Estados, pois este ocorre em função das capacidades relativas de poder que um Estado conduz sua política internacional, por meio de posse do poder relativo, por parte dos tomadores de decisões, na qual “[...] *it is their perceptions of relative Power that matter, not simply relative quantities of physical resources or forces in being*”<sup>20</sup> (ROSE, 1989, p.147).

Sendo o sistema internacional formado por Estados com desigualdades econômicas, tecnológicas e militares, o realismo neoclássico sustenta que ocorrem diferentes comportamentos, requerendo profunda análise das estruturas desses Estados e suas sociedades civis, de modo que estes determinam o quanto de recursos pode ser alocado em suas políticas externas (ROSE, 1989). Reconhecendo a natureza anárquica e competitiva, Estados irão responder a tais incertezas quanto a sua segurança, procurando influenciar e controlar o ambiente internacional. Nesse âmbito, esse marco evidenciará, como um de seus argumentos empíricos centrais, que o aumento de poder material modelará o escopo e a formulação dos interesses o Estado, de modo que um aumento deste poder relativo resultará numa busca cada vez maior por influência no cenário internacional (ROSE, 1989). Interpretamos poder relativo como: “[...] *reserving the term 'power' to refer to 'the capabilities or resources... with which states can influence each other'* (Wohlforth, 4)”<sup>21</sup> (ROSE, 1989, p.151); em outras palavras,

---

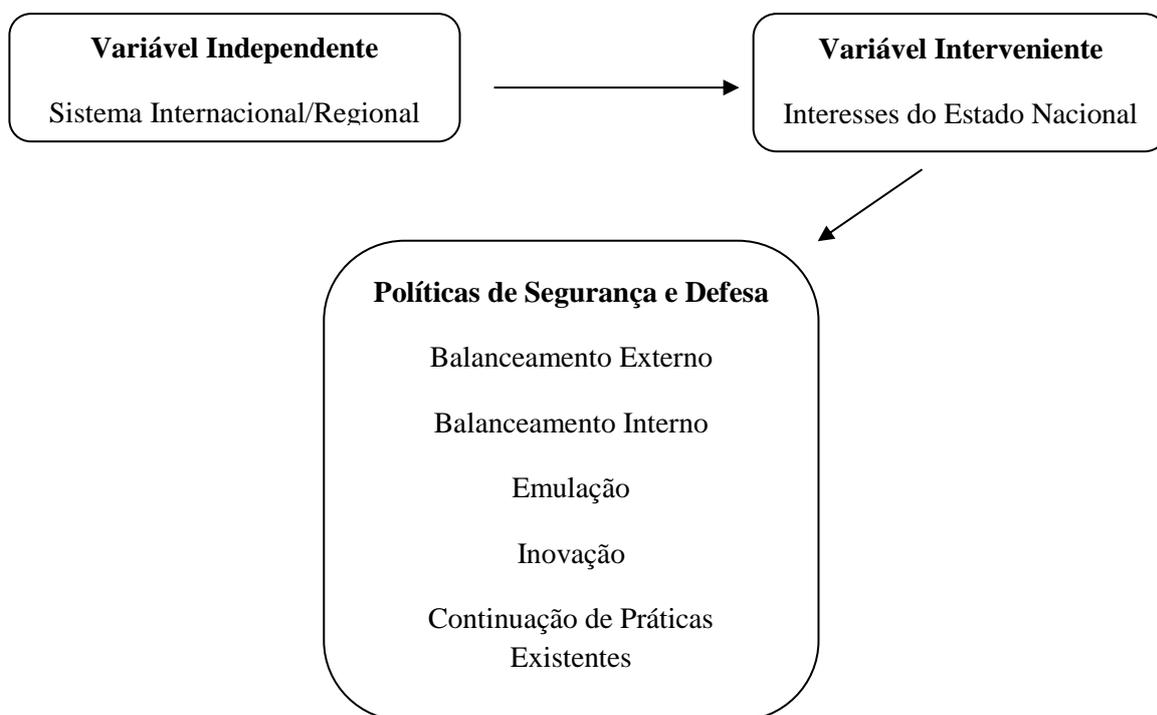
<sup>19</sup> “[...] argumentam que o alcance e a ambição da política externa de um país são dirigidos, antes de mais, pelo seu lugar no sistema internacional e, especificamente, por suas capacidades relativas de poder material”. (Tradução do autor).

<sup>20</sup> “[...] são suas percepções de Poder relativo que importam, não apenas quantidades relativas de recursos físicos ou forças em ser”. (Tradução do autor).

<sup>21</sup> “[...] reservando o termo" poder "para se referir a" recursos ou recursos... com os quais os estados podem influenciar-se "(Wohlforth, 4)". (Tradução do autor).

recursos que Estados podem mobilizar para influenciar outros sobretudo em termos militares.

A lógica causal do Realismo Neoclássico abordada neste trabalho interpreta o sistema internacional e suas influências como variáveis independentes que por sua vez, influenciam os fatores internos que são as variáveis intervenientes. A política externa como expressão do interesse estatal constituem as variáveis dependentes, onde no caso da RPC e do Japão, são direcionadas ao poder naval, traduzidas em termos de modernização militar por meio de técnicas de Inovação, Emulação (cópia, assimilação de técnicas, doutrinas, instituições e tecnologias feitos por um país em relação a outros) e Continuação de práticas existentes sem a aquisição de novas tecnologias ou doutrinas e instituições.



A respeito da RPC e dos países do Sudeste Asiático, sobretudo Vietnã, Filipinas e Indonésia, têm-se a hipótese de que empregam a emulação. No caso do Japão,

emprega-se a continuação de práticas já utilizadas, no caso dos EUA, emprega-se a inovação.

Tal explanação serve para demonstrar o *modus operandi* do Realismo Neoclássico empregado neste trabalho, no entanto, outras terminologias serão empregadas como “nível político” e “nível estratégico”. A escolha possui objetivo de fornecer maior circunscrição do objeto de estudo e restringir ao máximo as possíveis implicações que poderão aparecer na realização do trabalho. Tanto a terminologia dos níveis de decisão quanto as variáveis são análogas mediante ao fato de as variáveis independentes e intervenientes dizerem respeito ao nível político da questão, isto é, o comportamento do poder político dos Estados em questão e seus tomadores de decisões. Por conseguinte, as variáveis dependentes dizem respeito ao nível estratégico da questão, ou seja, um caminho determinado pelo poder político que precisa ser seguido e executado para garantir os interesses do Estado, as políticas de defesa e segurança e o papel das forças navais.

Neste mesmo âmbito, mediante as nuances do sistema internacional e regional, o comportamento desses Estados se torna um elemento analítico importante para a compreensão de suas respectivas políticas de acordo com o realismo neoclássico, principalmente em relação a possíveis ameaças aos interesses estatais. Dessa forma, ameaça diz respeito, segundo Stephen Walt (1987), a capacidade que os Estados possuem de lesar outros de modo que os níveis de ameaça são influenciados por elementos como proximidade geográfica, capacidades ofensivas, intenções demonstradas e pela distribuição de poder (WALT, 1987). Os comportamentos dos Estados podem ser compreendidos à luz, sobretudo das redistribuições de capacidades materiais<sup>22</sup> assim como os seus arranjos em termos de possíveis alianças ou coalizões, não com intenção puramente de contrabalancear um poder isolado, mas sim contra um

---

<sup>22</sup> Segundo Gideon Rose, em *Neoclassical realism and theories of foreign policy* (1998), tal conceito diz respeito, sobretudo ao poder militar que as Forças Armadas conferem ao seu Estado para influenciar no sistema internacional (anárquico e competitivo). É construída primordialmente a partir das habilidades econômicas e tecnológicas de um Estado em extrair recursos e convertê-los em poder militar.

possível oponente. “*I suggest that states ally to balance against threats rather than against power alone*”<sup>23</sup> (WALT, 1987, p. 5).

Este modelo pressupõe que a adoção de políticas estratégicas ocorre mediante a intensidade da competição internacional e regional. A emulação e a continuação de práticas existentes são recorrentes em contextos em que a competição internacional gera novas distribuições de capacidades materiais e militares mediante a rapidez na empregabilidade dos meios necessários. Possuem um custo menor do que a inovação e a desnecessidade de “testes de eficácia”, uma vez que tais elementos, já sendo emulados de outros países, passaram pelos devidos testes, podendo ser empregados rapidamente. Sobre a continuação de práticas existentes, sua ocorrência, além das condições supracitadas, ocorre em contextos quando há limitações orçamentárias ou jurídicas. A inovação tende a ser recorrente em contextos marcados pela distribuição de poder favorável a determinados países que concentram grandes capacidades tecnológicas e econômicas, conferindo enorme disparidade de poder militar em relação a qualquer tipo de ameaça, como no caso dos EUA.

Dados os elementos apresentados, destaca-se que o trabalho será desenvolvido levando em conta que as necessidades econômicas e estratégicas conduzem a RPC e o Japão a manterem presença no MSC, requerendo poder militar para tal. Nesse sentido, a RPC emula<sup>24</sup> tecnologia para reforçar seu poder naval, enquanto que o Japão reforça a continuidade às suas práticas, ainda que sofra limitações constitucionais que restringem o emprego de suas FFAA<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> “Eu sugiro que os Estados se equilibrem contra ameaças e não contra o uma potência em específico”. (Tradução do autor).

<sup>24</sup> É o processo de descoberta e assimilação de princípios tecnológicos, funcionamento de um dispositivo, objeto ou sistema ou instituição por meio da análise de sua estrutura, função e operação, utilizando-se da engenharia reversa (desmontagem de uma máquina para descobrir como ela funciona), acordos de cooperação, exercícios militares conjuntos com forças armadas de outras nações, intercâmbios, interoperabilidade e interoperabilidade de agências.

TALIAFERRO, Jeffrey W. *State building for future wars: Neoclassical realism and the resource-extractive state*. Security Studies, v. 15, n. 3, p. 464-495, 2006.

<sup>25</sup> Resultado direto dos termos de rendição do Japão mediante sua derrota na II Guerra Mundial. O Artigo 9 de sua Constituição, elaborada com os EUA, proíbe o uso de suas Forças Armadas como mecanismo de solução de controvérsias.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN 外務省 *iv. San Francisco Peace Treaty*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/edition92/period4.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

Com base nas indagações supracitadas, serão empregados conceitos como *Hard-balancing*<sup>26</sup>, Ameaça, Poder Naval e Anarquia Internacional<sup>27</sup>.

Mediante as nuances do sistema internacional e regional que influenciam o comportamento dos Estados, o posicionamento desses Estados em relação a si mesmos e em relação ao cenário internacional se torna um elemento analítico importante para a compreensão de seus respectivos comportamentos de acordo com o realismo neoclássico. Importa a posição que um Estado ocupa no sistema, mas se pode acrescentar que importam também as capacidades de outros Estados que podem atrapalhar seus interesses. Essa dinâmica gera medidas expressas por políticas de segurança empregadas para se protegerem de agressões tradicionais e não tradicionais. Nesse sistema competitivo, diversas correntes realistas apresentam os conceitos de Emulação, Inovação e Continuação de práticas já existentes como possíveis respostas às ameaças à segurança dos Estados. Os Livros Brancos oferecem a possibilidade de aferir esses elementos que identificam e caracterizam a política de segurança do Estado em questão. As posições chinesas e japonesas contidas nos seus documentos serão assim abordadas, buscando elencar os principais focos de suas preocupações que são de ordem tradicionais (ameaças produzidas por outros Estados) e não tradicionais (pirataria, tráficos diversos etc.). Oferecem mecanismos para entender tal comportamento com os parâmetros de modernização (pela via da continuação de práticas já existentes, emulação de estratégias, instituições, práticas e meios de combate baseados em modelos estrangeiros ou a inovação), emprego e desdobramentos com a definição dos inimigos a serem contidos.

Desse modo, a análise dos documentos realizada no capítulo quatro é direcionada de acordo com as variáveis decorrentes do modelo teórico acima proposto: a caracterização do sistema internacional feita pelos documentos, o posicionamento

---

<sup>26</sup> Forma de balanceamento em que um Estado emprega em termos militares diante de uma ameaça conjuntural, fortalecendo suas Forças Armadas para influenciar ou garantir sua sobrevivência no sistema internacional.

RESENDE-SANTOS, João. *Neorealism, states, and the modern mass army*. Cambridge University Press, 2007.

<sup>27</sup> Anarquia no sentido de inexistência de uma unidade política superior aos Estados no sistema de internacional.

WALT, Stephen M. *The origins of alliance*. Cornell University Press, 1987.

chinês e japonês e, por fim, as estratégias de balanceamento escolhidas e elencadas pelos Estados supracitados em defesa de seus interesses voltados para o poder naval, expressão militar do poder marítimo.

## 1.2. TEORIA DO PODER MARÍTIMO

Como discutido no tópico anterior, de acordo com o Realismo Neoclássico, os Estados buscam maximizar suas capacidades materiais militares de acordo com o grau de competição do sistema internacional, sobretudo no sistema regional no qual estão inseridos. Fazem isso por meio da inovação, emulação e continuação de práticas existentes.

No tocante às FFAA e seus ramos (Marinha, Exército e Aeronáutica - além de outros ramos que podem ser considerados uma Força Armada, como Guardas Costeiras, Fuzileiros Navais, Força de Mísseis, Força Aeroespacial etc.), uma força receberá mais atenção e recursos em função do ambiente operacional que mais suscita ameaças ao seu Estado. Se o Estado entende que sua principal fonte de agressão ocorre via espaço aéreo, a Aeronáutica tende a receber mais recursos e atenção. E assim sucessivamente. Tudo para assegurar os interesses e sobrevivência do Estado.

Dessa forma, ao analisar a geografia e a história tanto da RPC quanto do Japão, infere-se que atualmente o espaço marítimo tanto de um Estado quanto de outro é o local de onde irradiam as principais preocupações em relação à sobrevivência nacional por tocar na economia e na integridade territorial. Isso faz com que as suas forças navais se destaquem como seus principais meios de obter segurança e influência.

Assim, este trabalho utilizará pressupostos da Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan (1890) para aprofundar a análise da evolução do poder marítimo de ambos os Estados para compreender a dinâmica do balanceamento de poder militar tendo como epicentro as forças navais. O pensamento geopolítico e geoestratégico de Mahan utilizado na pesquisa a respeito da importância geopolítica dos oceanos e o papel das forças navais na atuação e controle geopolítico desses espaços geográficos.

Mahan (1840-1914) foi um oficial da Marinha dos Estados Unidos (*United States Navy, US. Navy*), destacando-se como um geoestrategista. Suas prescrições pontuaram a importância que as forças navais possuiriam no mundo contemporâneo como elemento de poder geopolítico e influência internacional para países com forças navais bem equipadas para defender rotas comerciais e garantir acesso a recursos naturais ao longo do globo, vitais para a economia de qualquer nação no mundo em processo de globalização que, se suscetíveis a ataques inimigos, causariam a derrocada de qualquer país dependente do comércio internacional. Seus postulados se encontram em sua obra de maior relevância, *The Influence of Sea Power upon History*, (1890), onde elenca o conceito de Linhas Marítimas de Comunicação (LMCs), que se refere às principais rotas marítimas entre portos de interesse utilizados para o comércio internacional e local, responsáveis por alimentar a economia de uma unidade política (MAHAN, 1987).

O autor postulava que a grandeza de um Estado estava associada a forma como utiliza o mar no âmbito comercial em tempos de paz e seu controle em tempos de guerra. Com base na história, por meio de exemplos, Mahan analisou que as unidades políticas mais prósperas e poderosas ao longo da história eram aquelas que faziam o bom uso do mar em tempos de paz quanto e em tempos de guerra. Para isso as LMCs seriam elementos primordiais para o Poder Marítimo<sup>28</sup>.

Nesse sentido, na perspectiva chinesa, Yves Lyn conceitua Poder Marítimo como o somatório de estruturas portuárias marítimas e fluviais, a Marinha Mercante, a indústria naval e o Poder Naval. (LYN, 2014). Em relação ao pensamento japonês, SAJIMA & TACHIKAWA conceituam Poder Marítimo como sendo o conjunto formado pela Marinha Mercante, indústria naval, portos, hidrovias terminais e o Poder Naval (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Ambas as interpretações bebem da teoria de Mahan. Para ambas, o poder naval é o componente militar do poder marítimo em que se inserem as Marinhas de Guerra, responsáveis por proteger o poder marítimo nacional e defender as LMCs nacionais, assim como impedir que um inimigo utilize as de seu interesse.

---

<sup>28</sup> O conceito de Poder Marítimo citado Pela Doutrina Básica da Marinha tem conceitualmente, o mesmo sentido que a Mahan aplica em seus postulados.

Mahan postulou tais ideias no contexto do século XIX com devidas diferenças do contexto atual, mas ainda assim são basilares para o contexto de um mundo globalizado e interconectado como o atual. Assim, as Marinhas de Guerra, como parte do poder naval, ainda possuem tal missão na atualidade, principalmente para Estados como a RPC e o Japão (onde os postulados mahanianos são assiduamente estudados nas academias navais), dependentes do comércio mundial (MAHAN, 1987).

Mahan também acreditava que, em tempo de paz, Estados devem aumentar as capacidades marítimas, adquirindo riquezas e prosperidade. A principal missão de uma marinha consiste em proteger LMCs nacionais e ameaçar as pertencentes a outros Estados. Isso permite a manutenção da navegação dos próprios navios civis e militares ao mesmo tempo que nega seu uso ao inimigo e, se necessário, supervisiona com proximidade o comércio neutro. (MAHAN, 1987).

Esta máxima conduz uma oposição Entre forças navais antagônicas onde um enfrentamento de larga escala que Mahan chama de Batalha Decisiva. Entende-se por Batalha Decisiva um embate fulminante que eliminaria a força naval inimiga através de uma esquadra concentrada, operando ofensivamente por meio de navios de grande porte, o que conferiria ao vencedor o domínio do mar. (MAHAN, 1987). Tal formação naval exigia a concentração de forças navais compostas de navios capitais numerosos e bem equipados, com tripulações treinadas e operando sob o princípio de que a melhor defesa fosse uma ofensa agressiva. É algo tenazmente empregado pelo Japão ao final no século XIX até a primeira metade do século XX nos diversos teatros de operações em que atuou, onde a teoria foi empregada rigidamente em consonância com as doutrinas militares japonesas. Emprego esse que se deu contra forças navais chinesas e, sobretudo estadunidenses (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

No entanto, o emprego da Batalha Decisiva foi relativizado ao longo do tempo em função da falta de disposição em travá-la. Tempo como premissa o enfrentamento total em uma batalha entre forças navais opostas, para que ela aconteça, é necessário que este seja o desejo de ambas, entretanto, este confronto se torna impossível quando umas delas não possui esse desejo e opta por outras formas de engajamento. De um modo geral, o postulado a respeito da importância das LMCs permanece relevante para

as políticas de segurança e defesa de ambos os países. São esses elementos que serão abordados neste trabalho.

### 1.3. GO: O JOGO DE TABULEIRO E O CERCAMENTO DO Oponente

No que concerne às estratégias militares oriundas da RPC, evidenciam-se uma sociedade e Estado que são herdeiros de tradições e culturas milenares. Por conseguinte, as doutrinas militares e o *modus operandi* de fazer guerra por parte dos chineses no passado e no presente, em certos aspectos, são muito anteriores aos postulados mahanianos e embebidos por séculos de história militar autóctone. No que tange à própria visão de guerra, a história militar chinesa aponta uma perspectiva diferente: a guerra é vista como um instrumento da política, mas não como o elemento de decisão.

Antes de tudo, diferente do pensamento estratégico militar ocidental, comparado analogamente no jogo de xadrez, em que se preza pelo xeque-mate do inimigo, o pensamento estratégico chinês pode ser compreendido à luz do popular jogo chinês chamado *GO*<sup>29</sup> (圍棋, também conhecido como *Weiqi* ou *Wei-Chi*), que traz uma outra lógica de lidar com o inimigo.

---

<sup>29</sup> O nome Go se originou da pronúncia japonesa de um antigo caractere 碁 (go), mas o jogo é chamado de 囲碁 (igo) no Japão. Sua tradução significa "jogo de cercar (território)". Também é conhecido como 바둑 (Baduk) na Coreia. Diferentemente do tabuleiro dos jogos populares no Ocidente, tem suas casas posicionadas na interseção entre as linhas que formam os quadrados, e não nos próprios quadrados. Durante o jogo, as peças não são movimentadas; elas são apenas colocadas no tabuleiro por um jogador por vez. Porém, existe uma certa "noção" de movimento, uma vez que as pedras vão eventualmente sendo colocadas "em linha" para aumentar o domínio de um jogador sobre determinada região do tabuleiro. As peças podem ser capturadas, caso sejam totalmente cercadas pelas peças do adversário, assim o jogo deve ser feito de modo a obter o máximo de território para si, e ao mesmo tempo posicionar-se de modo a se defender (impedindo que venha a ser capturado). Existem duas regras de contagem para determinar a vitória: a japonesa e a chinesa. Elas diferem em pequenos detalhes, como o fato de se levar em conta também as peças capturadas, conta-se as casas dentro da região formada por suas peças, contando também ou não as casas ocupadas pelas suas peças etc. Apesar de as regras diferirem, o resultado do jogo geralmente é o mesmo tanto na regra japonesa como na chinesa.

SILVA, Alexandre Pinheiro. **Uma breve história do jogo GO**: das suas origens ao século XXI. 2011.

A dinâmica do jogo tem relação com a filosofia *taoista*<sup>30</sup>. Em tal pensamento filosófico e religioso, o princípio da coexistência impresso no conceito chinês *Yin-Yang* pressupõe dualidade de tudo que existe no universo; duas forças fundamentais opostas e complementares que se encontram em todas as coisas. Portanto, uma não existe sem a outra. Esse princípio aplicado ao referido jogo de tabuleiro exprime a ideia de que o inimigo não deve ser aniquilado, pois ainda que esteja em um lado oposto, a existência dele é parte complementar do todo, logo, destruir o inimigo é como destruir a si mesmo. Assim, ao invés de eliminar o adversário, o objetivo é cercá-lo. Tal cerco, ao invés da destruição, tem como objetivo forçá-lo a retroceder. Para essa filosofia evidenciada no jogo, o retrocesso tem um valor extremo, pois faz com que o desfecho ocorra não por meio da violência, mas por meio da negociação.

Esse princípio constitui o núcleo dos pensamentos estratégicos chineses desenvolvidos ao longo de milênios. As ideias taoístas praticadas no jogo Go eram transplantadas para os teatros de operações (terrestres e navais) com o objetivo de forçar o inimigo a retroceder por meio do desgaste e colocá-lo novamente na mesa de negociações. Algo que ocorre a despeito da relativa superioridade/inferioridade das forças militares chinesas disponíveis em termos de meios e pessoal.

Por mais que estejam em beligerância, os pensamentos estratégicos chineses concebem, pelos princípios taoístas, o inimigo como parte essencial para a existência da própria China, por isso a importância da pressão bélica pelo recuo, pois os resultados extraídos da mesa de negociações são considerados mais benéficos para ambos do que os resultados extraídos do teatro de operações (SUN TZU, 2011).

Nesse sentido, as leituras e aplicações dos postulados mahanianos a respeito da estratégia naval são aplicados tendo este pano de fundo, o objetivo de um conflito que coloque os oponentes a negociar interesses pela conversação, sendo o poder naval responsável por “colocar” (ou recolocar) as partes na mesa (SUN TZU, 2011).

---

<sup>30</sup> Tradição filosófica e religiosa chinesa. "Tao" significa "caminho", "via" ou "princípio" e também pode ser encontrado em outras filosofias e religiões chinesas. No taoísmo, especificamente, o termo designa a fonte, a dinâmica e a força motriz por trás de tudo que existe. TSE, Lao. *Tao Te Ching*. Mauad Editora Ltda, 2011.

#### 1.4. KANTAI KESSEN – A BATALHA DECISIVA E O ESPÍRITO SAMURAI

O termo japonês *Kantai Kessen* (Batalha Naval Decisiva) constituiu a aplicação prática do conceito mahaniano supracitado. Tal aplicação não significou uma completa inovação doutrinária no *modus operandi* japonês de fazer guerra, a contrário, ao longo de séculos, doutrinas militares japonesas privilegiaram os grandes, rápidos e fulminantes enfrentamentos como solução preferencial para conflitos (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Este *modus operandi* da guerra, na perspectiva japonesa, encontra respaldo, sobretudo na doutrina dos Samurais. O *Bushido* (武士道), significando literalmente “o caminho do guerreiro”, consiste em um código de conduta e modo de vida dos Samurais (a classe guerreira do Japão feudal, também conhecido como bushi). Prescreve uma série de comportamentos e aprendizados que devem reger a vida de um samurai, desde a relação com a sociedade, o valor das artes, da ciência, até as formas de combate bélico. Especificamente nesta seara, o *Bushido* salienta a aprendizagem de técnicas especiais chamadas de *Iaijutsu* (居合術); também chamado de *Battôjutsu* (抜刀), *Saya-no-uchi* 鞘ノ内, *Nuki* 抜き・居合 e *Yore* 乱曲 - é a arte marcial japonesa que cuida especificamente do desembainhar da espada. Os ensinamentos desta técnica são considerados os mais importantes, pois são por meio deles que a vitória é alcançada com mais rapidez, com menor chance de contra-ataque e com o uso de força adequadamente dosado. É a ideia básica de “bater mais rápido” e assim não sendo possível ao oponente deter o ataque (e nem defender), alcançando a vitória.

Apesar de tanto o *Bushido* quanto o *Iaijutsu* serem ensinamentos e técnicas voltados especificamente para os samurais, a reflexão sobre eles evidencia a sua adaptação para os teatros de operações militares no desenvolver da história do Japão. Tal adaptação se insere num primeiro momento, a confrontos pessoais, e posteriormente, a confrontos abertos e coletivos. Estes últimos ocorriam em cenários de escassez de recursos naturais e humanos. Sustentar uma guerra por longos períodos de tempo sem os recursos necessários se mostra uma tarefa insustentável. As guerras precisavam durar o mínimo de tempo possível.

Esta mentalidade foi uma máxima no contexto das lutas internas no Japão que ocorreram ao longo de sua história, sendo transplantada ao passo que o país ganhava projeção externa e se envolvia em campanhas militares no exterior contra oponentes com acesso a recursos de forma mais fácil que o Japão, como a China Imperial e os EUA. Os líderes militares japoneses que empreenderam campanhas na China e no Sudeste Asiático tinham isso em mente (SAJIMA& TACHIKAWA, 2009).

Nesse sentido, as estratégias navais japonesas eram embebidas dessa mentalidade que, mediante a leitura dos postulados de Mahan, foram muito apreciadas pelo almirantado japonês e aplicadas à guerra naval. A Batalha de Tsushima (1905), a I e II Guerra Sino-Japonesa (1894-1895; 1937-1945, respectivamente), o ataque a Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941), as invasões ao Sudeste Asiático, a Batalha de Midway (junho de 1942) e a Batalha do Mar de Coral (maio de 1942) seguiram esta máxima: ataques rápidos e precisos com o uso adequado de força concentrada para alcançar uma "vitória decisiva" cerrando as LMCs do inimigo e negando a ele o uso do mar no tempo e espaço desejado.

A construção da esquadra japonesa nesse contexto obedecia a esta lógica: uma esquadra forte baseada em grandes navios para atacar em um único golpe decisivo e de surpresa. Após esta vitória ser ganha, seria fácil de aplicar um bloqueio contra um inimigo enfraquecido (SAJIMA& TACHIKAWA, 2009).

## CAPÍTULO 2 - O MAR DO SUL DA CHINA: GEOGRAFIA E IMPORTÂNCIA REGIONAL/GLOBAL

De modo a compreender com mais precisão as complexidades da região do MSC, este capítulo almeja analisar as principais características geopolíticas e históricas da região do MSC. Na primeira parte, será feita uma abordagem histórica de conflitos protagonizados pela RPC e o Japão, no caso em questão, a partir da análise sobre as causas e efeitos da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937 a 1945). Tal investigação será realizada para compreender como esses aspectos influenciaram as estratégias formuladas por esses Estados entre 2000 e 2015. Esses aspectos são direcionados ao lugar que o poder naval possuía no referido contexto e às motivações políticas que levaram os atores ao conflito armado.

Em seguida, serão analisados aspectos geográficos da região supracitada como as dimensões em termos de tamanho, existência de recursos naturais, arquipélagos, ilhas, recifes de corais, bem como a importância de canais e estreitos que são importantes para o tráfego marítimo regional e global.

### 2.1 AS GUERRAS SINO- JAPONESAS E O SÉCULO DAS HUMILHAÇÕES

A I Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) foi um conflito entre o Japão e a China Imperial. A motivação do conflito foi em decorrência do controle político da Coreia, que durante séculos, governada pela Dinastia Joseon (1392 - 1897), foi uma unidade política de influência da China Imperial.

Nas décadas de 1870 e 1880, o Japão e a China Imperial se envolveram em uma série de disputas pela influência da realeza em Seul. Depois das duas Guerras do Ópio <sup>31</sup> contra o Reino Unido e a Guerra Sino-Francesa <sup>32</sup>, a China Imperial se

---

<sup>31</sup> As Guerras do Ópio, também chamada de Guerra Anglo-Chinesa, foram conflitos armados ocorridos entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e a China Imperial governada pela Dinastia Qing. Foi deflagrada nos anos de 1839-1842 e 1856-1860, terminando com a derrota chinesa e a o aumento da influência política britânica direta no território chinês.

ZHENG, Yangwen. **The social life of opium in China**. Cambridge University Press, 2005.

<sup>32</sup> A Guerra Sino-Francesa foi uma guerra entre a China Imperial, aliada ao Vietnã contra a Terceira República Francesa, que aconteceu entre agosto de 1884 e abril de 1885. A França ambicionava ter o

enfraqueceu militarmente e perdeu boa parte de sua soberania para potências ocidentais. Neste momento, o Japão viu uma oportunidade para exercer influência na Coreia e garantir acesso aos recursos da península, evitando que outros Estados o fizessem. O fim de séculos de influência chinesa sobre a Coreia formalizado no Tratado de Ganghwa (1876) graças a vitórias militares, forçando a abertura da Coreia ao comércio com o Japão, proclamando sua independência da China em suas relações externas. O resultado da I Guerra Sino-Japonesa vencida pelo Japão também lhe rendeu o controle direto sobre o território chinês na região da Manchúria, Taiwan e Ilha de Pescadores.

Esta sequência de fatos foi cunhada pela historiografia chinesa como Século das Humilhações (百年国耻 *bǎinián guóchǐ*), ocorrido entre 1839 - 1949. Com as derrotas no campo militar, a China Imperial acabou por ter de assinar uma série de acordos internacionais que davam concessões territoriais e econômicas a tais potências, os chamados Tratados Desiguais (WANG, 2005).

Como uma continuação, a II Guerra Sino-Japonesa foi um conflito armado travado de 1937 - 1945 entre a China Republicana e o Japão no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Desde 1931, já haviam hostilidades entre os dois Estados, mas a guerra em grande escala se iniciou em julho de 1937, com o aumento de pretensões japonesas em controlar maiores porções do território chinês para obter mais recursos naturais. Foi finalizada com a rendição incondicional do Império do Japão para com os Aliados em setembro de 1945.

O conflito seria desencadeado primordialmente pelo Japão como consequência das reformas implementadas na Era Meiji<sup>33</sup>. Diante de tais reformas, o processo de

---

controle político do Rio Vermelho, que ligava Hanói a Yunnan, uma província chinesa rica em recursos. Com a China derrotada militarmente, a França anexou as regiões de Tonkin e Annam à Indochina Francesa, abrindo ainda mais o caminho para a colonização total do Vietnã pela França. OLENDER, Piotr. *Sino-French Naval War 1884-1885*. Stratus, 2012.

<sup>33</sup> A Era Meiji (明治時代 *Meiji-jidai*) é um período da história do Japão marcado entre 23 de outubro de 1868 a 30 de julho de 1912. Este período representa a primeira metade do Império do Japão, durante o qual a sociedade japonesa deixou de ser uma sociedade feudal isolada para ser uma sociedade industrializada e moderna. Mudanças fundamentais afetaram sua estrutura social, política interna, economia, militar e relações externas. O período correspondia ao reinado do Imperador Meiji, depois de 1868, e durou até sua morte em 1912. Foi sucedido pelo período Taishō, após a adesão do Imperador Taishō ao trono.

Kitaoka Shin'ichi. INCEPTION OF A MODERN RELATIONSHIP. In: JAPAN, Ministry Of Foreign Affairs Of. **JAPAN-CHINA JOINT HISTORY RESEARCH REPORT: MODERN AND CONTEMPORARY HISTORY** Vol.1. Tóquio: Ministry Of Foreign Affairs Of Japan, 2011. Cap. 1. p. 3-

industrialização que foi iniciado neste contexto, “[...] *requeria uma quantidade maior de matérias-primas que as disponíveis no arquipélago, sobretudo o ferro e o carvão para alimentar a indústria siderúrgica nascente*”. (SAKURAI, 2007). Dessa forma, a necessidade de aumentar suas fronteiras e zonas de influências para ter acesso a tais recursos fez que o Estado japonês voltasse suas atenções para a Ásia continental e o Sudeste Asiático como espaço de grande interesse geopolítico, sobretudo na região a Manchúria a Coreia e o MSC.

O transbordamento desse conflito na II Guerra Mundial e sua aproximação com a Alemanha nazista e a Itália fascista se deu no âmbito de “[...] *não compartilhar inimigos comuns com esses países e também por não disputar com elas as mesmas áreas [...]*” (SAKURAI, 2007 p. 182). Com seus interesses direcionados ao Pacífico e ao MSC, mediante ao avanço alemão na Europa, a presença europeia no Sudeste Asiático foi enfraquecida, o que permitiu maior margem de manobra do Japão. Tóquio conseguiu estabelecer controle sobre a Indochina Francesa e arquipélagos da região, formando assim um *cinturão* que ia do arquipélago japonês, que inicia apartir da Coréia, rumo ao Sudeste Asiático, perpassando por domínios na China continental.

O avanço militar sobre o território chinês foi lento e demorado devido à resistência da população. A manutenção das tropas japonesas requeria grandes esforços logísticos que, somados aos embargos que se traduziram, sobretudo na suspensão de venda de óleo por parte dos EUA<sup>34</sup>, RU e Holanda, tornavam os projetos japoneses, para o continente asiático, insustentáveis material e financeiramente. Dessa forma, o MSC passa a despontar uma alternativa cada vez maior para a realização dos objetivos estratégicos japoneses.

---

34. Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr\\_mch\\_en1.pdf](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr_mch_en1.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2017.

<sup>34</sup> Fato que levou o Japão a atacar a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, efetuada pela Marinha Imperial Japonesa na manhã de 7 de Dezembro de 1941.

## 2.2. A GRANDE ESFERA DE CO-PROSPERIDADE DA ÁSIA

A Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental (*Dai-tō-a Kyōeiken*, em japonês) foi um termo criado no contexto do Período Showa<sup>35</sup> pelo governo e pelas FFAA do<sup>36</sup> Império do Japão.

Seu mentor, o primeiro-ministro Fumimaro Konoe<sup>37</sup>, em agosto de 1940, almejava criar uma coalizão de Estados asiáticos liderada pelo Japão fora da influência das potências ocidentais. Tal iniciativa seria composta, pela Manchukuo<sup>38</sup> e pela China Imperial, abarcando a maior parte do sudeste asiático. Sob liderança japonesa, a iniciativa iria proporcionar uma nova ordem internacional, produzindo prosperidade para os países asiáticos livres do colonialismo e dominação ocidentais.

O discurso “antiocidental” no tocante ao colonialismo europeu foi uma ferramenta amplamente usada por Tóquio para tornar a iniciativa operacional. A ideia de uma “fraternidade asiática” entre os povos da Ásia frente ao individualismo competitivo dos ocidentais foi outro argumento mobilizado por Konoe para reforçar a liderança de Tóquio na iniciativa de angariar aderência dos Estados asiáticos. No projeto, sua composição seria da seguinte forma: a primeira pelo Japão, Manchukuo e China. A segunda, pelo restante da China continental, Indochina<sup>39</sup> e todo o Sudeste Asiático (tanto a parte continental quanto a parte marítima). A terceira, pela Austrália, Índia e os arquipélagos do Pacífico.

Para estabelecer as três respectivas partes sob seu domínio, o Japão objetivou construir sua hegemonia econômica e militar no Sudeste Asiático. No dia 22 de setembro de 1940, a Indochina francesa caiu mediante ao avanço da 5ª Divisão do

---

<sup>35</sup> Período da história do Japão correspondente ao período da história japonesa ocorrido no reinado do Imperador Showa, Hirohito, de 25 de dezembro de 1926 até 7 de janeiro de 1989.

<sup>36</sup> Sigla para Forças Armadas.

<sup>37</sup> 12 de Outubro de 1891 — 16 de Dezembro de 1945. Foi o primeiro-ministro do Japão de 2 de junho de 1937 a 4 de janeiro de 1939. Cometeu suicídio após a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial.

<sup>38</sup> Nome japonês para a região da Manchúria (*Manju*, em língua manchu), que abrange a maior do nordeste da RPC e parte da Sibéria, sendo ocupada militarmente pelo Japão durante a II Guerra Sino-Japonesa.

<sup>39</sup> O termo utilizado pela França para se referir à sua colônia que compreendia os atuais Estados do Vietnã, Laos e Camboja.

Exército Imperial do Japão. Hong Kong foi rendida em 25 de dezembro de 1941. Luzon e Manila (cidades filipinas) foram conquistadas em janeiro de 1942. A Malásia foi atacada em 11 de janeiro de 1942 e Kuala Lumpur (principal cidade) foi ocupada. Entre março e abril, a Birmânia<sup>40</sup> e as Índias Holandesas<sup>41</sup> promulgam suas respectivas rendições ao Japão (SAKURAI, 2007). Tendo ocupado os principais pontos estratégicos do Sudeste Asiático, ganhava condições estratégicas de se projetar definitivamente na parte continental.

### 2.3. O TEATRO DE OPERAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

Dentro dos objetivos japoneses para com o continente asiático na implementação da Grande Esfera de Co-prosperidade da Ásia, a cúpula militar desempenharia um papel fundamental. Nesse sentido, a *Imperial Japanese Navy* (IJN) desempenhou um papel central, pois o contexto da (tentativa) implementação da iniciativa se dava em meio à guerra, a qual passava a ser de proporções mundiais ao abarcar campanhas no Leste e Sudeste Asiático. Esta escalada acabou por trazer os EUA para a guerra por ocasião do ataque a Pearl Harbor, em 7 de Dezembro de 1941, o oceano e os mares se tornaram as vias de condução da guerra que o Japão (somado à sua insularidade) vinha a travar, tanto para o ataque quanto para a defesa.

Basicamente, o foco dos esforços de guerra do Japão estava concentrado em manter a expansão de suas posições na Coreia, na China continental, sobretudo na Manchúria - regiões de interesse do japonês desde o século XIX e no Sudeste Asiático. (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009). Este último despertou interesse estratégico no tocante às Linhas de Comunicação Marítimas (LCMs) em circulação pelo MSC que, no contexto da guerra, sobretudo, serviam como vias de transporte de suprimentos diversos que os EUA e RU enviavam para resistência chinesa no continente. Além da necessidade do transporte de tropas e seus suprimentos para os teatros de operações, a

---

<sup>40</sup> Atual Mianmar.

<sup>41</sup> Atual Indonésia.

importância estratégica de diversos arquipélagos residia na possibilidade de sufocar a China Imperial cortando suas LMCs por parte da IJN.

The navy's blockade was 'a strategy for quickly sapping China's fighting power in order to stabilize the domestic situation, given the need to take self-defensive measures for protecting Japanese lives, property, and interests from harm by the Chinese military'<sup>42</sup> (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009, p.47).

Estando a maior parte do litoral chinês defrontando o Sudeste Asiático, a obstrução do abastecimento ocidental aos chineses tornou-se tarefa de grande importância. Nesse sentido, as operações da IJN para sufocar a China Imperial se concentravam primordialmente longe da sua costa, o que também atende a necessidade de estabelecer domínio tanto para a parte continental quanto para a parte marítima (sobretudo nas Filipinas).

#### 2.4. O PANORAMA GEOPOLÍTICO DO MSC

O MSC está classificado como um mar fechado ou semifechado<sup>43</sup> e está localizado entre os oceanos Pacífico e Índico. Abrange uma área de aproximadamente 3,5 milhões de quilômetros quadrados, estendendo-se dos Estreitos de Singapura e Malaca até o Estreito de Taiwan. Em termos de extensão, possui cerca de 2.000 quilômetros no sentido Norte-Sul e 1.000 quilômetros no sentido Leste-Oeste. Conta com centenas de pequenas ilhas, baixios<sup>44</sup>, recifes<sup>45</sup>, bancos<sup>46</sup>, penedos<sup>47</sup> e rochedos. A

---

<sup>42</sup> “O bloqueio feito pela marinha foi ‘uma estratégia para sufocar rapidamente o poder de combate da China, a fim de estabilizar a situação doméstica, tendo em vista a necessidade de tomar medidas autodefensivas para proteger as vidas, a propriedade e os interesses japoneses dos danos causados pela resistência às forças armadas chinesas’.” (Tradução do autor).

<sup>43</sup> Juridicamente, de acordo com o artigo 122 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CDNUDM), é considerado um “mar fechado ou semifechado”, banhando dois ou mais Estados e estando ligado a outro mar ou um oceano por meio de estreitos (Tradução do autor).

UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA OF 10 DECEMBER 1982 OVERVIEW AND FULL TEXT. *United nations convention on the law of the sea*. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em: 07 mai. 2017.

<sup>44</sup> Parte do fundo marítimo onde a profundidade da água é muito baixa, em comparação com pontos vizinhos. Em oceanografia e náutica, um baixio é perigoso para a navegação.

maior parte está concentrada em dois arquipélagos: Paracel e Spratly. Estes elementos serão abordados mais adiante.

Estende-se do sudoeste do Estreito de Malaca (entre Indonésia e Malásia) até o Estreito de Taiwan, ao nordeste. Banha os Estados da RPC, República da China (Taiwan), Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Tailândia, Camboja e Vietnã.

## 2.5. A IMPORTÂNCIA DO ESTREITO DE MALACA

Esse estreito é uma das mais antigas e importantes vias marítimas do mundo. É a principal ligação marítima entre os oceanos Índico e Pacífico. Nas proximidades de Singapura, a largura do estreito se restringe a um mínimo de 2,5 km, o que torna a navegação mais difícil devido ao intenso tráfego. Às dimensões máximas dos navios que podem atravessar o estreito, dá-se o nome Malaccamax<sup>48</sup>.

---

DICIO. **Significado de baixio**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/baixio/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>45</sup> Rochedo localizado próximo à costa, ligeiramente acima do nível do mar ou completamente submerso, em regiões de pouca profundidade.

DICIO. **Significado de Recife**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/recife/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>46</sup> Acúmulo de sedimentos (areia e cascalho) depositados no leito de um rio, constituindo obstáculo ao escoamento e à navegação.

IBGE. **Glossário cartográfico**. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario\\_cartografico.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>47</sup> Pedra grande, rocha, penhasco.

DICIO. **Significado de penedo**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/penedo/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>48</sup> Refere-se ao máximo tamanho permitido a um navio para poder navegar nos 25 metros de profundidade do Estreito de Malaca. Caso navio tenha mais do que 25 metros de calado, o navio deverá por outros caminhos, como o Estreito de Lombok, Estreito de Macáçar, Passagem de Sibuto, Estreito de Míndoro; Estreito de Ombai, Mar de Banda, Estreito de Lifamatola (entre as ilhas Sula e as de Obi) e Mar das Molucas e Contorno da Austrália.

FONSECA, Maurílio M. Arte naval. **Rio de Janeiro-RJ: Serviço de Documentação da Marinha**, v. 1, 2002.

Pelo estreito de Malaca são transportados cerca de 25% de todos os bens comercializados<sup>49</sup> na região. Liga o Mar de Andaman, ao norte e o MSC, ao sul. Seu comprimento é de 805 km e sua largura, entre 50 e 180 km. Os principais portos que se situam no estreito são Malaca, George Town e Singapura.

São cerca de 60.000 a 94.000 navios mercantes navegando anualmente pelo estreito. Tal fluxo lhe confere uma movimentação três vezes maior do que o canal do Panamá e duas vezes maior do que o canal de Suez. Os Estados limítrofes do Estreito de Malaca (Indonésia, Malásia e Singapura) são os principais responsáveis pela segurança desta hidrovia (PURUSHOTHAMAN, 2015).

## 2.6. O TRANSPORTE DE PETRÓLEO E GÁS

No que tange à elevada intensidade comercial e ao volume que é transportado pelo MSC, destaca-se a importância que este espaço geográfico possui para a RPC e para o Japão devido ao transporte de petróleo e gás. Dois terços do abastecimento de recursos energéticos da Coreia do Sul são transportados pelas rotas que transitam pelo MSC. Da mesma forma, 60% dos recursos energéticos do Japão e Taiwan<sup>50</sup>.

Aproximadamente 80%<sup>51</sup> das importações de petróleo do Japão e 39% das importações chinesas de petróleo são provenientes do Oriente Médio através do oceano Índico com destino ao Sudeste e Leste asiático.

Os investimentos chineses e japoneses na África Oriental são concentrados nos setores de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos etc.) para auxiliar no acesso, produção, extração e transporte de *commodities*, sobretudo no acesso, produção e transporte de petróleo e gás. Esse fato desponta a importância das LCMs da RPC e do

---

<sup>49</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>50</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>51</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

Japão que obrigatoriamente precisam perpassar pelo oceano Índico e MSC para abastecer suas respectivas economias.

Em relação ao transporte e circulação de Gás Natural Liquefeito (GNL), um terço do GNL<sup>52</sup> de todo o mundo passa pelo MSC, através do Estreito de Malaca. A maior parte dele origina-se do golfo Pérsico e do continente africano com destino ao Sudeste Asiático, Leste Asiático e Oceania para alimentar, principalmente, as economias do Japão, Coreia do Sul e RPC.

## 2.7. AS ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS NO MSC

O comércio internacional que trafega por este espaço geográfico torna a região que propicia conflitos. Além disso, este fator está ligado a disputas territoriais envolvendo diretamente Estados do Sudeste Asiático, RPC e Taiwan, além de Estados que não fazem parte geograficamente da região, mas têm ações preponderantes como EUA e Japão.

O lócus dessa conturbação geopolítica reside principalmente em disputas territoriais que tocam na questão da soberania sobre as águas do MSC e seus respectivos arquipélagos. A adoção de conceitos divergentes e de difícil justificativa frente às reivindicações dos países envolvidos diretamente acentua a tônica das disputas quando é confrontada com justificativas históricas como, por exemplo, o pertencimento de uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) a um determinado Estado/unidade política.

Como em diversas partes do mundo, a delimitação dos espaços marítimos supracitados é alvo de disputas e contendas entre Estados, resultando em disputas na área jurídica e até mesmo tensões e instabilidades no campo geopolítico e estratégico-militar. Tais disputas acontecem no tocante à sobreposição de limites marítimos entre Estados que possuem suas próprias interpretações a respeito das considerações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CDNUDM). Considerações

---

<sup>52</sup>ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. *18 maps that explain maritime security in Asia*. Disponível: < <https://amti.csis.org/atlas/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

essas baseadas primordialmente em alegações históricas que datam de séculos antes da criação da CDNUDM e até mesmo da Organização das Nações Unidas (ONU).

O que se observa é o estabelecimento do limite de 200 milhas náuticas da costa de um determinado Estado, o qual coloca ZEE sobreposta à de outro Estado. Isso resulta em litígios como, por exemplo, grande parte das Ilhas Spratly dentro dos limites das Filipinas e ao mesmo tempo dentro dos limites da Malásia. Por este mesmo critério, as Ilhas Parcel pertencem às águas vietnamitas e chinesas, concomitantemente. Vietnã, RPC e Taiwan reivindicam as ilhas que disputam entre si baseados no direito histórico, ressaltando a existência de fontes que comprovam a possessão, como no caso do Vietnã que invoca a legitimidade de sua soberania sobre as Ilhas Parcel com base em documentos que datam do século XVII. Do mesmo modo, a RPC e Taiwan recorrem às fontes produzidas no século XV. Este critério ajuda a explicar tais contestações, mas encontra difícil respaldo diante das leis internacionais. (Ver mapas das figuras 6 e 7 do anexo).

Disputas internacionais nesse espaço marítimo giram em torno do controle ou soberania de ilhas remotas, rochedos ou pequenos atóis, não necessariamente motivadas pelo controle da área superficial da ilha ou arquipélago, mas sim pela localização estratégica desses pontos em termos geopolíticos e pela abundância de riquezas naturais (pesca, petróleo) na área marítima adjacente, podendo fazer parte de suas respectivas ZEEs, pois de acordo com a CDNUDM, mais precisamente no seu Artigo 55, no item A, dentro da sua ZEE, o Estado possui Direitos soberanos no âmbito da exploração, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não. Tais direitos dizem respeito às águas sobrejacentes do leito marinho e do fundo do mar bem como do seu subsolo.

1. In the exclusive economic zone, the coastal State has:
  - (a) sovereign rights for the purpose of exploring and exploiting, conserving and managing the natural resources, whether living or non-living, of the waters superjacent to the seabed and of the seabed and its subsoil, and with regard to other activities for the economic exploitation and exploration of the zone, such as the production of energy from the water, currents and winds<sup>53</sup> [...] (UNCLOS, Article 56, 1987).

---

<sup>53</sup> 1. Na zona econômica exclusiva, o Estado costeiro:

(a) Direitos soberanos para explorar, conservar e gerir os recursos naturais, vivos ou não vivos nas águas sobrejacentes ao leito marinho e do fundo do mar, bem como do seu subsolo referentes a outras atividades

Dessa forma, o interesse em possuir soberania em relação a tais ilhas e arquipélagos espalhados pelo MSC gira em torno da possibilidade de explorar os recursos do subsolo marítimo circunscrito em suas respectivas ZEEs.

---

para a exploração econômica, tais como a produção de energia a partir da água, correntes e ventos.  
(Tradução do autor).

### **CAPÍTULO 3 - AS CONCEPÇÕES SINO-JAPONESAS DE SEGURANÇA E DEFESA: ANÁLISE A PARTIR DOS RESPECTIVOS LIVROS BRANCOS DE DEFESA**

Observa-se uma ênfase crescente ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, uma preocupação da RPC e do Japão relacionadas ao MSC. Tal ênfase decorre, em especial, do reconhecimento dos interesses destes Estados que envolvem a livre navegação e a defesa de territórios e arquipélagos em disputa, tendo como resultante em programas de modernização militar, sobretudo naval, por parte da RPC, e políticas de revisão constitucional e maior autonomia militar, por parte do Japão.

Tais movimentos serão captados observando e analisando os Livros Brancos da RPC e do Japão. Estes documentos fornecem importantes dados a respeito dos rumos de políticas de segurança com base em interesses primordiais para seu respectivo Estado, interesses de diversas naturezas e, principalmente, das providências que serão tomadas para tratá-las, por meio de doutrinas de segurança. Eles não indicam a real extensão das capacidades militares de um país, no entanto, fornecem um norte para suas estratégias em relação à segurança do Estado.

Dessa forma, a análise dos Livros Brancos emitidos por ambos os Estados entre os anos de 2000 e 2015 terá como meta a busca por informações que comprovem a hipótese dessa pesquisa, a qual foi a que, nos últimos anos, ocorreu com maior ênfase no desenvolvimento de capacidades e atuações marítimas tendo em vista uma transformação das relações de poder no continente asiático. Para tanto, este capítulo busca, nos documentos analisados, referências e problemas específicos que gerem esse tipo de posicionamento político.

Ademais, com base na premissa teórica da resposta às mudanças no balanceamento de poder, esse capítulo concentra-se na observação de duas formas específicas de balanceamento: a Emulação e a Continuação de Práticas Existentes. Conforme discutido na introdução, ambas são formas de balanceamento interno.

Emular envolve a adaptação de tecnologias militares desenvolvidas por outros países. Nesse sentido, uma forma de emular é a própria cooperação militar. Assim, foi observada nos documentos a referência de possíveis parcerias internacionais que servem

como possíveis modelos de inspiração para o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades materiais chinesas.

### 3.1. O SISTEMA INTERNACIONAL NA ÓTICA CHINESA

A estrutura do sistema internacional condiciona o comportamento das unidades políticas. As dinâmicas regionais e internacionais impactam sobre as políticas de segurança particulares. Os Livros Brancos chineses expressam as formas de como os tomadores de decisão da RPC observam o mundo bem como posicionam o país diante de tais conjunturas. Foram analisados os Livros Brancos publicados a partir do ano 2000 em razão de ter sido a primeira publicação do gênero, não havendo tais documentos publicados nos anos anteriores.

Nesse contexto, o país vem experimentando grande crescimento econômico. A paz e o desenvolvimento são os principais itens da agenda internacional, com um “[...] *vast number of developing countries, with great potential of growth*”<sup>54</sup> (CHINA, 2000, p. 1), gerando, assim, maior estabilidade e paz ao sistema. Ou seja, o crescimento econômico é concebido como pedra angular para a estabilidade internacional com maior interdependência econômica e deveras competitivo, de modo que a ciência e tecnologia têm conferido outro patamar de desenvolvimento econômico aos países com capacidades de inovação tecnológica.

No que tange aos assuntos pertinentes à segurança internacional e regional, na percepção chinesa, o clima é de relativa estabilidade. A cooperação e o diálogo aparecem como elementos balizadores dessa estabilidade e das relações interestatais, buscando a opção de resolução de disputas de forma pacífica.

The cooperation among ASEAN, China, Japan and the Republic of Korea (10+3) is steadily developing in the economic and financial field. The tense situation on the Korean Peninsula is markedly easing off. China and Viet-

---

<sup>54</sup> “Grande número de países em desenvolvimento, com grande potencial de crescimento”. (Tradução do autor).

Nam have signed a land border treaty. The situation in the South China Sea remains generally stable<sup>55</sup> (CHINA, 2000, p. 2).

Ao analisar o posicionamento chinês sobre o sistema internacional por meio dos Livros Brancos, é possível apontar que há mais traços de continuidade do que descontinuidade a respeito do seu posicionamento no sistema internacional contemporâneo. Os documentos dos anos seguintes evidenciam, dentre os elementos citados acima, o intenso ritmo de mudanças sistêmicas, a globalização da economia internacional e o desenvolvimento econômico chinês como partes constitutivas dessa economia, trazendo a necessidade de manutenção de estabilidade interna e externa para a saúde da economia pela via pacífica, utilizando o desenvolvimento científico e a modernização como principais parâmetros para este fim. A relação de complementaridade entre a economia chinesa e a economia mundial é um elemento presente nos documentos, mas reforçado na versão de 2008.

Historic changes have taken place in the relations between contemporary China and the rest of the world. The Chinese economy has become an important part of the world economy, China has become an important member of the international system, and the future and destiny of China have been increasingly closely connected with the international community. China cannot develop in isolation from the rest of the world, nor can the world enjoy prosperity and stability without China<sup>56</sup> (CHINA, 2008, p. 1).

No documento de 2015, o Estado chinês vai mais adiante no que tange à importância do desenvolvimento econômico do país e a relação de interdependência entre Estados. Classifica seu estágio atual de desenvolvimento como o “Sonho Chinês”:

China's destiny is vitally interrelated with that of the world as a whole. A prosperous and stable world would provide China with opportunities, while

---

<sup>55</sup> “A cooperação entre a ASEAN, a China, o Japão e a República da Coreia (10 + 3) está em constante desenvolvimento no domínio econômico e financeiro. A tensa situação na península coreana é marcadamente estável. China e Vietnã assinaram um tratado de fronteira terrestre. A situação no Mar da China do Sul permanece geralmente estável” (Tradução do autor).

<sup>56</sup> “Mudanças históricas ocorreram nas relações entre a China contemporânea e o resto do mundo. A economia chinesa tornou-se uma parte importante da economia mundial, a China tornou-se um importante membro do sistema internacional e o futuro e o destino da RPC têm estado cada vez mais intimamente ligados à comunidade internacional. A China não pode se desenvolver isoladamente do resto do mundo, nem o mundo pode desfrutar de prosperidade e estabilidade sem a RPC” (Tradução do autor).

China's peaceful development also offers an opportunity for the whole world. China will unswervingly follow the path of peaceful development, pursue an independent foreign policy of peace and a national defense policy that is defensive in nature, oppose hegemonism and power politics in all forms, and will never seek hegemony or expansion. China's armed forces will remain a staunch force in maintaining world peace. [...] The world today is undergoing unprecedented changes, and China is at a critical stage of reform and development. In their endeavor to realize the Chinese Dream of great national rejuvenation, the Chinese people aspire to join hands with the rest of the world to maintain peace, pursue development and share prosperity<sup>57</sup> (CHINA, 2015, p. 1).

Nesse sentido, estando à economia da RPC cada vez mais integrada à economia mundial, a estabilidade desta última é fundamental para a manutenção do desenvolvimento chinês.

### 3.1.1. ELEMENTOS DESESTABILIZADORES NO MUNDO E NA ÁSIA: OS PRINCIPAIS ENTRAVES

É reiterado o caráter defensivo da política nacional de defesa da RPC: consolidar o território, resistir a agressões de todos os tipos e proteger a população. Em concordância com a sua constituição.

China pursues a national defense policy that is defensive in nature. The Constitution of the People's Republic of China (PRC) and the National Defense Law of the PRC, which is enacted in accordance with the Constitution, specify the tasks of the armed forces of the PRC as being to consolidate national defense, resist aggression, defend the motherland, safeguard the people's peaceful labor, participate in national construction and serve the people wholeheartedly<sup>58</sup>. (CHINA, 2000, p. 5)

---

<sup>57</sup> “O destino da China está vitalmente inter-relacionado com o do mundo como um todo. Um mundo próspero e estável proporcionaria oportunidades à China, enquanto o desenvolvimento pacífico da China também oferece uma oportunidade para o mundo inteiro. A China seguirá inabalável o caminho do desenvolvimento pacífico, perseguirá uma política externa independente de paz e uma política de defesa nacional de natureza defensiva, opor-se ao hegemonismo e à política de poder sob todas as formas, e nunca buscará hegemonia ou expansão. As forças armadas da China continuarão a ser uma força firme na manutenção da paz mundial. [...] O mundo de hoje está passando por mudanças sem precedentes, e a China está em um estágio crítico da reforma e desenvolvimento. Em seu esforço para realizar o sonho chinês de grande rejuvenescimento nacional, o povo chinês aspira juntar as mãos com o resto do mundo para manter a paz, buscar o desenvolvimento e partilhar a prosperidade.” (Tradução do autor).

<sup>58</sup> RPC prossegue uma política de defesa nacional que é de natureza defensiva. A Constituição da República Popular da China (RPC) e da Lei de Defesa Nacional do país, que são promulgadas em

Contudo, tal contexto ainda apresenta elementos de instabilidades para este Estado. Aqui, observa-se a preocupação com o intervencionismo das demais potências em assuntos internos da esfera da economia e da política assim como preocupa fortemente a manipulação das questões referentes aos Direitos Humanos e ajuda humanitária por parte das potências que se utilizam das Nações Unidas para ingerir arbitrariamente em assuntos internos de outros países, causando impactos negativos, aos olhos de Pequim para a estabilidade internacional. Considera um reflexo da disparidade de poder no sistema internacional entre países ricos e pobres como potencializador de problemas internacionais. Tal desproporção é reforçada nas relações entre o Norte e o Sul globais. (CHINA, 2004).

World peace and development are faced with multiple difficulties and challenges. Struggles for strategic resources, strategic locations and strategic dominance have intensified. Meanwhile, hegemonism and power politics still exist, regional turmoil keeps spilling over, hotspot issues are increasing, and local conflicts and wars keep emerging<sup>59</sup>. (CHINA, 2008, p. 2).

A preocupação com o desequilíbrio de poder econômico e militar da *realpolitik*<sup>60</sup> permanecem constantes até os tempos presentes e é reafirmado no documento de 2015.

The forces for world peace are on the rise, so are the factors against war. In the foreseeable future, a world war is unlikely, and the international situation is expected to remain generally peaceful. There are, however, new threats from hegemonism, power politics and neo-interventionism. International competition for the redistribution of power, rights and interests is tending to intensify<sup>61</sup> (CHINA, 2015, p. 2).

---

conformidade com a Constituição, especificam as tarefas das forças armadas do país, a saber: consolidar a defesa nacional, resistir à agressão, defender a pátria, salvaguardar trabalho pacífico do povo, participar na construção nacional e servir o povo de todo o coração. “(Tradução do autor)”.

<sup>59</sup> “A paz e o desenvolvimento mundial enfrentam múltiplas dificuldades e desafios. As lutas por recursos estratégicos, locais estratégicos e dominância estratégica se intensificaram. Entretanto, a hegemonia e a política de poder ainda existem, a turbulência regional continua a se espalhar, as questões de pontos fortes estão aumentando e os conflitos e guerras locais continuam emergindo”. (Tradução do autor).

<sup>60</sup> Do alemão real "realístico", e Politik, "política" refere-se à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas. O termo é frequentemente utilizado pejorativamente, indicando tipos de política que são coercitivas, imorais ou maquiavélicas. Henry Kissinger conceitua Realpolitik como sendo "política exterior baseada em avaliações de poder e interesse nacional.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster, 1994.

A escalada de conflitos armados locais propagados por turbulências religiosas, étnicas e territoriais assim como a busca por recursos têm saltado aos olhos do estado chinês. Nesse sentido, faz-se menção a ameaças não tradicionais como o tráfico de drogas, problemas ambientais e o aumento do fluxo migratório como fatores de desordem também. As turbulências causadas por conflitos étnicos e religiosos configuram as principais ameaças não tradicionais (que serão analisadas mais adiante) presentes na região (CHINA, 2008).

No tocante à região da Ásia-Pacífico, mesmo reconhecendo a relativa estabilidade (ausência de guerras), uma série de fatores causa descontentamento. A presença militar estadunidense no Japão, Coréia do Sul e suas ingerências na resolução da situação do Estreito de Taiwan.

Sobre ameaças tradicionais, as disputas territoriais e marítimas despontam entre as mais relevantes, “[...] *claims over territorial and maritime rights and interests remain serious, regional hotspots are complex*”<sup>62</sup> (CHINA, 2008, p. 4).

Da mesma forma, o desenvolvimento econômico e comercial da China perpassa pelo grande fluxo de importações e exportações de todo tipo. As rotas comerciais e as LMCs que alimentam a economia chinesa perpassam majoritariamente pelos mares, necessitando, portanto de proteção (CHINA, 2015).

A presença militar dos EUA, elevada gradualmente, é tomada como um fator desestabilizador para a RPC assim como suas investidas em formalizar alianças militares com países da região. O aumento dessa presença causa descontentamento a Pequim, “[...] *US have increased its strategic attention to and input in the Asia-Pacific region, further consolidating its military alliances, adjusting its military deployment and enhancing its military capabilities*”<sup>63</sup> (CHINA, 2008, p. 4). Isto é, suas estratégias

---

<sup>61</sup> “Os esforços pela paz mundial estão a aumentar, por isso são fatores contra a guerra. No futuro previsível, a guerra mundial é improvável, e a situação internacional deverá manter-se pacífica. Há, no entanto, novas ameaças de hegemonismo, política de poder e neointervencionismo. A concorrência internacional para a redistribuição de poder, direitos e interesses tende a se intensificar.” (Tradução do autor).

<sup>62</sup> “[...] afirma sobre os direitos e interesses territoriais e marítimos permanecem graves, elevando os pontos de tensões regionais de forma mais complexa.” (Tradução do autor).

de rebalanceamento provocam distorções no equilíbrio de poder regional, segundo a RPC (CHINA, 2015).

Com relação ao Japão, suas tentativas de romper com o *status quo* pós-Guerra Fria não é bem visto por Pequim. Tal *status quo* pós-Guerra Fria (restringe o Japão constitucionalmente de usar o seu poder militar. Uma vez o Japão recuperando a soberania militar, litígios territoriais mal resolvidos com Pequim podem escalar em conflitos armados.

Japan is sparing no effort to dodge the post-war mechanism, overhauling its military and security policies. Such development has caused grave concerns among other countries in the region. On the issues concerning China's territorial sovereignty and maritime rights and interests, some of its offshore neighbors take provocative actions and reinforce their military presence on China's reefs and islands that they have illegally occupied. Some external countries are also busy meddling in South China Sea affairs; a tiny few maintain constant close-in air and sea surveillance and reconnaissance against China. It is thus a long-standing task for China to safeguard its maritime rights and interests<sup>64</sup> (CHINA, 2015, p. 2).

A situação da península da Coreia, o terrorismo regional assim como questões separatistas e extremistas, permanecendo incertas, têm impacto negativo na segurança e estabilidade da periferia da RPC (CHINA, 2015). Pequim advoga a adoção de novos conceitos de segurança, política internacional e economia internacional.

The core of the new security concept should be mutual trust, mutual benefit, equality and cooperation. The UN Charter, the Five Principles of Peaceful Coexistence and other universally recognized principles governing international relations should serve as the political basis for safeguarding

---

<sup>63</sup>"[...] EUA aumentaram sua atenção estratégica e na região da Ásia-Pacífico, consolidando ainda mais as suas alianças militares, ajustando sua presença militar e reforçando as suas capacidades militares". (Tradução do autor).

<sup>64</sup>"O Japão não está poupando esforços para iludir o mecanismo de pós-guerra, revendo suas políticas militares e de segurança. Esse desenvolvimento tem causado sérias preocupações entre outros países da região. Sobre as questões relativas à soberania, direitos marítimos e interesses territoriais da China, com alguns países vizinhos tomando ações provocativas e reforçando a sua presença militar em recifes e ilhas que ocupam ilegalmente da China. Alguns países externos são também responsáveis por intromissões nos assuntos do MSC; com constantes vigilâncias em espaços marítimos contra a China. É, portanto, uma tarefa de longa data para a China, salvaguardar os seus direitos e interesses marítimos". (Tradução do autor).

peace while mutually beneficial cooperation and common prosperity its economic guarantee<sup>65</sup> (CHINA, 2000, p. 4).

Esses são conceitos baseados na confiança mútua, igual e benéfica através da cooperação. Premissa essa endossada pelos cinco Princípios da Coexistência Pacífica<sup>66</sup> como parâmetros norteadores das relações internacionais reconhecidos internacionalmente através da ONU para resguardar a paz e garantir a prosperidade econômica.

### 3.1.2. EUA, JAPÃO E O ESTREITO DE TAIWAN. CORRIDAS ARMAMENTISTAS E POSICIONAMENTOS ANTAGÔNICOS A PEQUIM

A questão de Taiwan constitui uma das principais fontes de preocupação chinesa. Elemento central de sua política externa e de segurança, influências estrangeiras nesta questão são mal recebidas por Pequim.

The separatist activities of the "Taiwan independence" forces have increasingly become the biggest immediate threat to China's sovereignty and territorial integrity as well as peace and stability on both sides of the Taiwan Straits and the Asia-Pacific region as a whole. The United States has on many occasions reaffirmed adherence to the one China policy, observance of the three joint communiqués and opposition to "Taiwan independence." However, it continues to increase, quantitatively and qualitatively, its arms sales to Taiwan, sending a wrong signal to the Taiwan authorities<sup>67</sup> (CHINA, 2004, p. 5).

<sup>65</sup>"O núcleo do novo conceito de segurança deve ser a confiança mútua, benefício mútuo, igualdade e cooperação. A Carta das Nações Unidas, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e outros princípios universalmente reconhecidos que regem as relações internacionais devem servir como a base política para salvaguardar a paz enquanto a cooperação mutuamente benéfica e prosperidade comum a sua garantia econômica". (Tradução do autor).

<sup>66</sup> Criado por Chu En-lai fundador da diplomacia da República Popular da China, formulou os Cinco *Princípios da Coexistência Pacífica* durante viagem à Ásia meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: **1)** respeito mútuo à soberania e integridade nacional; **2)** não-agressão; **3)** não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; **4)** igualdade e benefícios recíprocos e **5)** coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Boa parte dos mesmos era inspirada na Carta das Nações Unidas, que serviram para deslegitimar políticas intervencionistas das grandes potências num contexto da descolonização da África e da Ásia, como elemento de proteção das colônias em processo de emancipação e já independentes, servindo também, como elemento de defesa dentro na nova configuração de força dentro da Assembléia Geral da ONU, agora, compondo uma centena de novos estados recém-emancipados. GRATIUS, Susanne; DE PAZ, Programa; SEGURIDAD, FRIDE. *Las potencias emergentes: ¿Estabilizadoras o desestabilizadoras?* *The Economist*, v. 16, 2006.

<sup>67</sup> As atividades separatistas das forças de "independência de Taiwan" têm cada vez mais se tornado a maior ameaça imediata para a soberania e a integridade territorial da China, bem como a paz e a

Esse elemento constitui o principal item da Agenda de segurança da RPC. A retomada da soberania sobre a ilha é o maior e mais importante objetivo da política chinesa de segurança. A conturbada evolução da Guerra Civil Chinesa (1927–1949) marcada pelo embate entre forças comunistas e nacionalistas resultou na fuga dos nacionalistas para a Ilha de Formosa e estabelecendo a República da China. Este ato recebeu o reconhecimento de Estados ocidentais como representante legítimo de toda a China, causando grande imbróglio diplomático e desestabilizando ainda mais política entre o continente e a ilha na medida em que o governo do continente presidido pelo Partido Comunista Chinês (PCC) almejava a reanexação legítima de Taiwan, permanecendo refratário às pretensões chinesas, sem, no entanto, declarar independência formal<sup>68</sup>.

Com efeito, a RPC se estrutura para uma retomada a soberana sobre Taiwan pelas vias legais<sup>69</sup> sob o conceito de “Uma China”, Dois Sistemas”, mas também leva em consideração recorrer às vias militares. O princípio estabelece que, após a reunificação dessas unidades, mesmo com a China continental sendo regida pelo socialismo, Hong Kong e Macau têm a permissão praticar o capitalismo com alto nível de autonomia econômica, incluindo um judiciário independente com tribunais de apelação final, imigração e alfândega, finanças públicas, moedas e extradições, sendo a

---

estabilidade em ambos os lados do Estreito de Taiwan e na região Ásia-Pacífico como um todo. Os Estados Unidos têm, em muitas ocasiões, reafirmado adesão à política de uma China, se opondo à "independência de Taiwan". No entanto, ele continua a aumentar, quantitativa e qualitativamente, as suas vendas de armas para Taiwan. (Tradução do autor).

<sup>68</sup> Nenhum dos presidentes (Lee Teng-hui e Chen Shui-bian) taiwaneses fez uma declaração formal de independência pelo fato de já considerarem esta unidade política independente, não necessitando, portanto, de uma declaração formal. No entanto, o presidente Ma Ying-jeou considera a unidade política soberana, mas incluindo a China Continental.

SHIRK, Susan L. *China: fragile superpower*. Oxford University Press, 2008.

<sup>69</sup> Pelas vias legais, a RPC propôs sucessivas vezes à implantação do regime cunhado como Uma China, Dois Sistemas. Tal conceito foi desenvolvido por Deng Xiaoping, na década de 1980 especialmente para o contexto de negociação de devoluções de unidades políticas da China sob domínio colonial de potências ocidentais, produtos do imperialismo ocidental no século anterior. Hong Kong e Macau foram os negociados com os países aos quais estavam sob tutela, Inglaterra e Portugal, respectivamente.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. *Revista Sociologia e Política*, v. 19, n. 145-148, p. 131-154, 2011.

política externa, diplomacia e defesa nacional a cargo do governo central de Pequim. O poder político de Taiwan vem recusando a adoção deste princípio ao longo do tempo.

Militarmente, a RPC encontra um grande obstáculo para a retomada da ilha. Taiwan goza de um acordo de cooperação militar com os EUA, que garante proteção militar recíproca em caso de invasão. Tendo Taiwan a proteção da maior potência militar do mundo, esta alternativa torna-se inviável a curto e médio prazo para a China continental. Assim os EUA constituem a principal ameaça à RPC na medida em que atrapalham o processo de reunificação completa de Taiwan ao continente ao oferecerem proteção militar. “The United States has never stopped selling advanced weapons to Taiwan<sup>70</sup>” (CHINA, 2000, p. 4).

The struggle to oppose and contain the separatist forces for "Taiwan independence" and their activities remains a hard one. By pursuing a radical policy for "Taiwan independence," the Taiwan authorities aim at creating "de jure Taiwan independence" through "constitutional reform," thus still posing a grave threat to China's sovereignty and territorial integrity, as well as to peace and stability across the Taiwan Straits and in the Asia-Pacific region as a whole<sup>71</sup> (CHINA, 2006, p. 4).

Mesmo reconhecendo a legitimidade do princípio chinês de “Uma China”, EUA continuam a vender armas de alta tecnologia para Taiwan reforçar seus laços militares com ele.

The United States has reiterated many times that it will adhere to the "one China" policy and honor the three joint communication between China and the United States. But, it continues to sell advanced weapons to Taiwan, and has strengthened its military ties with Taiwan<sup>72</sup>” (CHINA, 2006, p. 4).

---

<sup>70</sup>“EUA nunca pararam de vender armas avançadas a Taiwan.” (Tradução do autor).

<sup>71</sup> A luta para opor e conter as forças separatistas pela "independência de Taiwan" e suas atividades continua a ser difícil. Através de uma política radical de "independência de Taiwan", as autoridades de Taiwan visam à criação "de um jure para independência de Taiwan" através de "reforma constitucional", levantando grave ameaça à soberania e integridade territorial da China, bem como para a paz e a estabilidade em todo o Estreito de Taiwan e na região Ásia-Pacífico como um todo. (Tradução do autor).

<sup>72</sup> Os EUA reiteraram muitas vezes que vão aderir à política de "uma só China" e honrar os três comunicados conjuntos entre a RPC e os EUA. Mas, eles continuam a vender armas avançadas a Taiwan, e reforçou os seus laços militares com Taiwan. (Tradução do autor).

Neste mesmo âmbito, destaca-se a criação de um Sistema de Defesa Antimísseis, na região Ásia-Pacífico. Sediado no Japão e endossado pelo histórico acordo nipo-estadunidense de cooperação e defesa recíproca (destacado nos capítulos anteriores), o sistema tem como objetivo proteger o país de ataques de mísseis oriundos possivelmente da Coreia do Norte, empregando sistemas de detecção e interceptação antecipadas. Englobando EUA e Japão, a problemática dessa instalação se eleva na medida em que os dois países estudam a inclusão de Taiwan por conta da proximidade geográfica com o Japão, em suas áreas circundantes, favorecem operações militares. Tal perspectiva teria reforçado impulsos separatistas em Taiwan e dificultando objetivos chineses “[...] *inflated the arrogance of separatist forces in Taiwan seriously undermined China’s sovereignty and security and imperiled the peace and stability of the Asia-Pacific region*”<sup>73</sup> (CHINA, 2000, p. 4).

Para além do apoio dos EUA a Taiwan, aproximações bilaterais com o Japão em assuntos sensíveis à segurança e defesa, incomodam Pequim. O aumento da presença militar estadunidense e a interferência na condução da problemática da Península da Coreia acirram a preocupação chinesa em relação a esse Estado, bem como a repetição deste mesmo comportamento e nas disputas geopolíticas que a RPC trava com seus vizinhos no MSC. “*The US action does not serve a stable situation across the Taiwan Straits*”<sup>74</sup> (CHINA, 2004, p. 5).

O Japão desponta como uma ameaça em potencial na medida em que implementa mudanças constitucionais, permitindo maior desdobramento de suas capacidades materiais no futuro. “Japan is stepping up its constitutional overhaul, adjusting its military and security policies and developing the missile defense system for future deployment. It has also markedly increased military activities abroad”<sup>75</sup>. (CHINA, 2004, p. 4). “*Japan is strengthening their military alliance in pursuit of*

---

<sup>73</sup> “[...] Inflado a arrogância das forças separatistas em Taiwan, minou seriamente a soberania e a segurança da China e pondo em perigo a paz e a estabilidade da região Ásia-Pacífico.” (Tradução do autor).

<sup>74</sup> “A ação dos EUA não favorece uma situação estável no Estreito de Taiwan.” (Tradução do autor).

<sup>75</sup> “O Japão está a intensificar a revisão constitucional, ajustando as suas políticas militares e de segurança e desenvolvimento do sistema de defesa antimíssil para a futura implantação. Também tem aumentado acentuadamente as atividades militares no exterior”. (Tradução do autor).

*operational integration. Japan seeks to revise its constitution and exercise collective self-defense. Its military posture is becoming more external-oriented*<sup>76</sup>” (CHINA, 2006, p. 3).

Alguns Estados em desenvolvimento são vistos por Pequim como parte desta dinâmica de disputas territoriais. Evidencia que Filipinas e Vietnã buscam o contrabalancear economicamente, politicamente e militarmente a RPC no continente asiático, sobretudo no Sudeste Asiático. Para o Estado chinês, essas medidas prejudicam o seu desenvolvimento regional (CHINA, 2006). Reforça os perigos de uma corrida armamentista regional que vem tomando forma, junto com o Japão e os EUA.

O termo *international military competition* sintetiza de forma efetiva a preocupação chinesa com o desenvolvimento de novas tecnologias empregadas no setor bélico. Direcionado principalmente às grandes potências, a RPC acompanha com preocupação os processos de reforma, sofisticação e desenvolvimento de novas estratégias e doutrinas militares no continente asiático. Este desenvolvimento diz respeito aos setores referentes ao espaço sideral, ciberespaço e para as regiões polares, impulsionando o desenvolvimento de armamentos cada vez mais destrutivos (novos sistemas de mísseis, sobretudo). Essas necessidades de desenvolver e modernizar o poder militar diante de um sistema internacional unipolar, com grande concentração de poder militar, gera desequilíbrios. Estes desequilíbrios incidem diretamente sobre disputas marítimas e territoriais, escalando tensões (CHINA, 2010).

#### 3.1.4. AMEAÇAS NÃO TRADICIONAIS

Os Livros Brancos chineses apresentam considerações sobre ameaças não tradicionais, como o terrorismo, o narcotráfico, e principalmente a pirataria (crimes transnacionais em geral). Desastres naturais, pandemias e escassez de recursos são objetos de preocupação da RPC. São classificados assim por trazerem instabilidade e

---

<sup>76</sup>“O Japão está a intensificar a revisão constitucional, ajustando as suas políticas militares e de segurança e desenvolvimento, um sistema de defesa. Também tem aumentado acentuadamente as atividades militares no exterior”. “O Japão está a reforçar a sua aliança militar em busca da integração operacional, visando rever a sua Constituição e exercer a autodefesa coletiva. Sua postura militar está se tornando mais externamente orientada”. (Tradução do autor).

perturbarem o ritmo de desenvolvimento econômico e social, objetivo principal do governo. “*Security threats posed by such global challenges as terrorism, economic insecurity, climate change, nuclear proliferation, insecurity of information, natural disasters, public health concerns, and transnational crime are on the rise*”<sup>77</sup> (CHINA, 2010, p. 3).

Nesse sentido, percebe-se uma interação entre percepções de ameaças de cunho interno, interligada com percepções de cunho externo, que reforça a necessidade de novas abordagens, conceitos e mecanismos para responder de forma efetiva a tais questões.

Traditional security concerns blend with nontraditional ones and domestic concerns interact with international security ones, making it hard for traditional security approaches and mechanisms to respond effectively to the various security issues and challenges in the world<sup>78</sup> (CHINA, 2010, p. 3).

A pirataria constitui uma ameaça não tradicional que incide diretamente sobre as LMCs e rotas comerciais intimamente ligadas ao mar, necessitando de uma política de segurança específica.

### 3.1.5. O BALANCEMANENTO INTERNO: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO EMULAÇÃO

A cooperação, de um modo geral, aparece como um elemento norteador da política externa e de segurança da RPC nessa nova configuração atual do sistema internacional, assim como a preocupação, sempre constante, com a manutenção do crescimento e desenvolvimento econômico que consubstancia as políticas de segurança.

A major strategic task of the Communist Party of China (CPC) in exercising state power is to secure a coordinated development of national defense and

---

<sup>77</sup> "As ameaças de segurança colocadas por estes desafios globais como o terrorismo, a insegurança econômica, as alterações climáticas, a proliferação nuclear, a insegurança da informação, desastres naturais, problemas de saúde pública e crime transnacional estão em ascensão." (Tradução do autor).

<sup>78</sup> "Preocupações de segurança tradicionais se misturam com as não tradicionais, preocupações nacionais interagem com os de segurança internacional, tornando-se difícil para as abordagens tradicionais de segurança criar mecanismos para responder de forma eficaz aos vários desses problemas." (Tradução do autor).

the economy, and to build modernized, regularized and revolutionary armed forces to keep the country safe<sup>79</sup> (CHINA, 2004, p. 1).

Dessa forma, as FFAA devem ser modernizadas com o objetivo de agregar alta tecnologia para resguardar o crescimento do país. Os demais Livros Brancos formulados pelo Estado reforçam a necessidade de modernização das forças militares para apoiar e garantir os interesses da RPC nessa nova conjuntura mundial e regional. O documento de 2006 evidencia esta relação.

China's national defense and military modernization, conducted on the basis of steady economic development, is the requirement of keeping up with new trends in the global revolution and development in military affairs, and of maintaining China's national security and development [...] At the new stage in the new century, we will take the scientific development outlook as an important guiding principle for the building of national defense and military affairs, vigorously advance the revolution in military affairs with Chinese features, and strive to realize an all-round, coordinated and sustainable development in our country's national defense and military capabilities<sup>80</sup> (CHINA, 2006, p. 1).

Fazer o uso do desenvolvimento científico é uma necessidade do ponto de vista chinês. No entanto, não deve demonstrar ameaça aos países vizinhos ou causar uma corrida armamentista, pois são elementos desestabilizadores prejudiciais à manutenção do desenvolvimento econômico, elemento fundamental para as políticas de segurança e defesa da RPC. “*China will not engage in any arms race or pose a military threat to any other country*”<sup>81</sup> (CHINA, 2006, p. 1). Contudo, para alcançar o objetivo de incorporar alta tecnologia nas FFAA, a RPC teria que inovar, buscando desenvolver

---

<sup>79</sup> “A principal tarefa estratégica do Partido Comunista da China (PCC) no exercício do poder do Estado é garantir um desenvolvimento coordenado da defesa nacional e da economia, e para tal, construir forças armadas modernizadas, regularizadas e revolucionárias para manter o país seguro”.

<sup>80</sup> “A defesa nacional e a modernização militar da China, conduzidas com base no constante desenvolvimento econômico, é a exigência de acompanhar as novas tendências da revolução e do desenvolvimento global nos assuntos militares e de manter a segurança nacional e o desenvolvimento da China.[...] Na nova etapa no novo século, nós tomaremos as perspectivas de desenvolvimento científico como um princípio orientador importante para a construção da defesa nacional e assuntos militares, para vigorosamente avançar na revolução militares com características chinesas, coordenada e sustentável nas capacidades de defesa nacional e militar do nosso país.” (Tradução do autor).

<sup>81</sup> “A China não vai se envolver em qualquer corrida armamentista ou uma ameaça militar em relação a qualquer outro país” (Tradução do autor).

novas tecnologias ou emular, adaptando tecnologias desenvolvidas por outros países à realidade e às necessidades de suas FFAA. A via usada pela RPC parece ser a cooperação internacional como caminho mais rápido para incorporar tecnologias já disponíveis no estado da arte bélica. Nesse sentido, argumenta-se aqui que a cooperação internacional prevista nos Livros Brancos, é um dos maiores indícios de que as estratégias de balanceamento são escolhidas pela RPC em resposta às ameaças percebidas à sua segurança e a emulação.

### 3.1.6. EMULAÇÃO COMO COOPERAÇÃO

Como abordado nos capítulos anteriores, as formas de balanceamento interno que um Estado pode adotar, dentro dos programas de pesquisa realistas são, inovação, continuação de práticas existentes e emulação. É o grau das ameaças percebidas por um Estado que irão determinar quais das estratégias de balanceamento ele poderá adotar.

Nesse sentido, dadas as experiências históricas a partir do século XIX com a perda da soberania do estado chinês em porções do seu território no litoral por potências estrangeiras, tendo em seguida a eclosão da guerra civil, produzindo dentre muitos resultados, a fuga de forças nacionalistas para Formosa e a perda de soberania de Pequim sobre a ilha. Ocorreram mudanças cruciais em relação ao mar como fonte de ameaças mais urgentes, tanto no âmbito interno quanto externo. Neste último aspecto, com a interferência militar dos EUA na situação de Taiwan, o rompimento político-ideológico e estratégico com a antiga ex-URSS e a ameaça de um conflito militar com estas superpotências condicionaram ainda mais urgência na preparação do *People Liberation Army* (PLA), pois a integridade territorial estava em constante risco por conta da interferência das duas superpotências (destacando a presença de suas respectivas esquadras em águas próximas à costa chinesa).

Dessa forma, a emulação foi à forma adotada pela RPC como forma de contrabalancear as ameaças que percebia, tanto de ordem interna quanto externa, dada a intensidade dessas ameaças e a necessidade de pronta resposta.

Tal contexto foi referente ao século XX, sobretudo, mas o século XXI traz outros desafios à RPC de ordem tradicional e não tradicional, todas, de alguma forma,

tendo ligação com o mar. Com efeito, diante dessa conjuntura de ameaças diferenciadas nos períodos anteriores, demanda-se da RPC a urgência de modernizar seu poder naval. A emulação como forma de balanceamento toma corpo com diferentes nuances no que tange à aquisição de novas técnicas, doutrinas e tecnologias. A cooperação internacional constitui uma das principais formas com a qual a RPC vem desenvolvendo suas forças armadas através da emulação. A troca de experiências com outras forças armadas oferece importantes parâmetros de comparação e desenvolvimento assim como os testes das inovações tecnológicas e estratégicas, instituições e práticas feitas pela RPC e os países aos quais ela coopera podem verificar as eficiências e deficiências sem uma guerra.

A forma que a RPC vem se utilizando da cooperação internacional como uma forma de emulação, não declarada oficialmente, pode ser entendida em três aspectos:

1. *Creating a new situation in military diplomacy which is open, practical and dynamic*<sup>82</sup>: intenso uso de adidos militares em representações diplomáticas, sobretudo com a Rússia (estabelecendo uma linha telefônica direta entre os ministros da defesa da RPC e da Rússia) e EUA (também estabelecendo uma linha telefônica direta entre o ministro da defesa da RPC e o secretário de defesa dos EUA). Criando também, mecanismos internacionais de consulta em segurança com o Japão a respeito da segurança marítima, da mesma forma como ocorre com a Índia;
2. *Actively holding bilateral or multilateral joint military exercises with other Countries*<sup>83</sup>: aproximadamente vinte exercícios antiterrorismo foram realizados de forma conjunta desde 2007 com os países da Organização de Cooperação de Shangai<sup>84</sup> (OCS). No tocante ao poder naval, nos anos anteriores a 2007, foram

---

<sup>82</sup> “Criar uma nova situação na diplomacia militar, de forma aberta, prática e dinâmica.” (Tradução do autor).

<sup>83</sup> Participando ativamente de exercícios militares conjuntos bilaterais ou multilaterais com outros países. (Tradução do autor).

<sup>84</sup> Constitui uma organização internacional fundada em 14 e junho de 1996, por China, Rússia, Cazaquistão, Quirquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Com exceção deste último, todos esses países eram membros de outra organização antecessora, a Shangai 5, passando a ganhar o nome atual com a

realizados exercícios com forças navais de quatorze Estados, incluindo Rússia, RU, França, EUA, Paquistão, Índia e África do Sul, como o exercício *Peace-2007*, realizado no mar da Arábia em março de 2007, ou o *Western Pacific*, realizado em maio do mesmo ano nas águas de Singapura. Também se destaca o *Naval Symposium*, realizado em outubro do mesmo ano com a Austrália e Nova Zelândia, focado em busca e salvamento no mar da Tasmânia;

3. *Conducting cooperation and exchanges in personnel development*<sup>85</sup>: consiste no envio de estudantes militares para mais de trinta Estados, estabelecendo programas de intercâmbio de vinte escolas militares chinesas para com homólogas russas e paquistanesas para gerar maior confiança entre as partes (CHINA, 2008).

### 3.1.7. COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E INTERCÂMBIOS MILITARES

Mais uma vez, os cinco Princípios de Coexistência Pacífica são os norteadores dessas manobras de cooperação. No campo diplomático, a Diplomacia Militar deve gerar subsídios para o desenvolvimento, modernização da defesa nacional, “[...] *In pursuance of this purpose the PLA has actively engaged in external contacts and exchanges in a flexible and practical manner [...]* <sup>86</sup>” (CHINA, 2000, p. 33).

Aproximadamente 70 delegações de oficiais chineses foram enviadas para sessenta Estados, ao passo que a RPC recebeu aproximadamente 160 homólogas. Este volume de intercâmbio militar demonstra interesse da RPC em adquirir expertise em segurança e defesa, apesar de não especificar o que está sendo intercambiado

---

inclusão do Uzbequistão. A finalidade desta organização, é a promoção de cooperação em segurança, com foco especial em terrorismo, separatismo e extremismo).

PAUTASSO, Diego. **China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica.** *Conjuntura Austral*, v. 2, n. 5, p. Pág. 45-60, 2011.

<sup>85</sup> “Realização de cooperação e intercâmbio em desenvolvimento de pessoal”. (Tradução do autor).

<sup>86</sup> “De acordo com essa finalidade, o PLA tem ativo envolvimento em contatos externos e as trocas de um modo flexível e prático [...]”. (Tradução do autor).

(destacam-se desses dados, trezentos e trinta delegações de especialistas, técnicos estrangeiros que visitaram a RPC (CHINA, 2000).

O que a RPC entende por segurança está atrelado aos cinco Princípios de Coexistência Pacífica, promovendo políticas de interação com os países vizinhos de forma pragmática. *“Implementing the nation's foreign policy, the PLA develops cooperative military relations with other countries that are non-aligned, non-confrontational and not directed against any third party [...]”*<sup>87</sup> (CHINA, 2008, p. 59).

Após o quinquênio de 2005, a cooperação chinesa nesta área toma maior escopo e institucionalização com a criação de um órgão do governo especificamente direcionado para esta finalidade: o Conselho de Chefes de Governo.

A decision-making mechanism has taken shape, with the Council of Heads of State and the Council of Heads of Government being its core. Two permanent bodies, namely, the Secretariat and the Regional Anti-terrorism Structure, have also been established. A number of documents on cooperation in fighting terrorism, separatism, extremism and drug trafficking have been adopted<sup>88</sup> (CHINA, 2006, p. 59).

Tal órgão do governo de gerenciamento de decisões é especificamente direcionado para criar toda uma infraestrutura antiterrorismo em consonância com os países membros da OCS, da Organização do Tratado do Sudeste Asiático<sup>89</sup> (ASEAN, em inglês) e da *Commonwealth*<sup>90</sup> também, contando com um memorando que conduz a

---

<sup>87</sup>“Na implementação de política externa da nação, o ELP desenvolve relações militares de cooperação com outros países que são não-alinhados a outras nações [...]” (Tradução do autor).

<sup>88</sup>“Um mecanismo de tomada de que funciona com o Conselho de Chefes de Estado e com o Conselho de Chefes de Governo, sendo seu núcleo. Dois órgãos permanentes, ou seja, o Secretariado e o Estrutura Regional Anti-terrorismo. Uma série de documentos sobre a cooperação na luta contra o terrorismo, o separatismo, o extremismo e o tráfico de drogas foram produzidos. ”(Tradução do autor).

<sup>89</sup>Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Em inglês The Southeast Asia Treaty Organization – SEATO) organização internacional voltada para defesa coletiva, criada no contexto do *Tratado de Defesa Coletiva do Sudeste Asiático* ou Pacto de Manila, protocolado em 8 de setembro de 1954, estabelecida formalmente num encontro em Bangkok, Tailândia, em fevereiro de 1955, estabelecendo lá, seu quartel general, com objetivo de conter prováveis avanços comunistas no sudeste da Ásia. A organização foi dissolvida em 30 de junho de 1977.

ACHARYA, Amitav et al. **Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the Problem of Regional Order: ASEAN and the Problem of Regional Order**. Routledge, 2014.

<sup>90</sup> Constitui uma organização intergovernamental formada por 53 países, sendo a maioria deles, com exceção de Moçambique e Ruanda, parte do antigo Império Britânico como colônias. A finalidade desta

cooperação entre essas partes contra o terrorismo, evidenciando a necessidade de adquirir expertise militar em assuntos de ameaças não tradicionais, contando com novas definições conceituais de cooperação nesse segmento (CHINA, 2006). Neste ensejo, a *ASEAN Plus Three* (RPC, Japão e Coréia do Sul) é visto por Pequim como espaço de fomento de iniciativas desta natureza.

Mais uma vez adidos<sup>91</sup> militares são destacados como parte fundamental de cooperação para a RPC, que enviou cento e sete adidos ao exterior. Como retorno, a RPC recebeu oitenta e cinco adidos estrangeiros (sobretudo provenientes da OCS), sendo a Rússia a maior emissária.

[...] hold regular high -level military exchanges, and the general staff headquarters of the two countries have held the ninth and tenth rounds of strategic consultations. The military activities connected with "Russia Year" was successful<sup>92</sup> (CHINA, 2006, p. 54).

Isto posto, foram programados uma série de exercícios militares. Em agosto de 2005, a RPC e a Rússia realizaram o *Peace Mission-2005*, exercício militar conjunto dividido em duas partes, a primeira ocorrendo em Vladivostok, na Rússia e a segunda parte acontecendo na Península de Shandong, na RPC, nos respectivos espaços marítimos de ambos os países. Em novembro e dezembro de 2005, a *PLA Navy* realizou exercícios de busca e salvamento conjuntamente com os seus homólogos paquistaneses, indianos e tailandeses. Em setembro de 2006, a RPC e o Tadjiquistão realizaram a "Cooperação-2006", exercício militar conjunto contra o terrorismo. Em setembro e

---

organização é a promoção da democracia, direitos humanos, boa governança, livre comércio, multilateralismo e paz.

THE COMMONWEALTH. *Our work*. Disponível em: <<http://thecommonwealth.org/our-work>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

<sup>91</sup> Um adido militar é um oficial das forças armadas do estado acreditado que atua junto a uma representação diplomática com a finalidade de estreitar laços com autoridades militares locais, através do intercâmbio de informações. Geralmente, cada embaixada deve dispor de um adido militar de forma rotativa de cada ramo das forças armadas em estados-nacionais de muita relevância. Podendo ser concomitantemente, mais de um adido pertencente a cada força armada.

DE ARAUJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência?. *Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, v. 15, n. 20, p. 245-273, 2009.

<sup>92</sup>"[...] Realizar intercâmbios militares de alto nível regularmente, com os funcionários dos dois países realizando diversos encontros, estando atualmente na décima rodada de consultas estratégicas. As atividades militares relacionadas com "Ano da Rússia" foram bem-sucedida." (Tradução do autor).

novembro de 2006, a *PLA Navy* e a *US Navy* conduziram exercícios de busca e salvamento nas águas ao largo de San Diego, na primeira parte, e no MSC, na segunda parte. Em dezembro de 2006, a RPC e o Paquistão realizaram o *Friendship-2006*, exercício militar conjunto contra o terrorismo. Nos últimos dois anos, a RPC enviou observadores para exercícios militares realizados pela Turquia, Tailândia, Paquistão, Índia, EUA e a Austrália. Em setembro de 2005, a RPC convidou quarenta e um observadores militares de vinte e quatro Estados para participar das manobras *North Espada-2005*, organizado pelo Comando Militar de Pequim. Navios da Marinha da Tailândia, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, RU, República da Coreia, França, Cingapura e Peru visitaram a RPC. Belonaves chinesas têm visitado o Paquistão, Índia, Tailândia, Estados Unidos, Canadá e Filipinas. (CHINA, 2006).

### 3.1.8. O PRAGMATISMO CHINÊS

Diante da necessidade de rápido desenvolvimento de suas forças militares, sobretudo as forças navais, observa-se que os critérios de escolha dos Estados com os quais a RPC coopera é justamente a falta de um critério específico que aponte países com os quais a RPC deve cooperar militarmente. Isto é, ao obedecer aos cinco Princípios de Coexistência Pacífica que norteiam a política externa do país (compreendendo também a diplomacia militar), a RPC não faz nenhum tipo de discriminação no que tange aos regimes políticos internos e respeitando a unidade territorial destes (princípio extremamente caro para Pequim, uma vez que a mesma já sofre graves problemas de fragmentação ao longo de sua história), preconizando pela igualdade de benefícios recíprocos entre as partes.

Assim, diferentemente de alguns países ocidentais como os EUA, a RPC não vê nenhum tipo de impedimento político-ideológico com países de regimes diferentes para cooperar militarmente, como prescrevem os cinco Princípios percorridos anteriormente. O pragmatismo é o balizador da cooperação. Os Estados do Norte, Sudeste, Sul e Centro da Ásia são destinos com os quais as FFAA chinesas mantêm algum tipo de

contato regular com mais afinco, sem descartar Estados da África, América Latina, Leste Europeu e Commonwealth, invocando o espírito de Bandung<sup>93</sup>.

Chinese armed forces have made great efforts to promote ties with the armed forces of Northeast Asian countries, and made positive contributions to the stability of the Korean Peninsula and Northeast Asia as a whole. China's military contacts with countries in Southeast, South and Central Asia have maintained their momentum [...] At the same time, China has further strengthened its military relations with countries in West Asia, Africa, Latin America and Oceania, as well as those in Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States<sup>94</sup> (CHINA, 2000, p. 33).

Assim, não é de se estranhar que a RPC se aproxime de estados como os EUA, sendo a década de 2000 marcada por visitas recíprocas entre os ministros de defesa de ambos os países (CHINA, 2006). Estados geopoliticamente mais alinhados com os EUA na região da Ásia-Pacífico, América do Norte e Europa Ocidental também são indiscriminadamente considerados potenciais parceiros em cooperação militar com a RPC como a Austrália, Nova Zelândia, Malásia, França, Bélgica e Canadá. Tais aproximações englobam ampla gama de segmentos como medicina e educação militares, treino e gerenciamento de pesquisa científica (em decorrência da necessidade de informatização).

No Oriente Médio, a Turquia desponta como potencial parceira estratégica com a qual a RPC realiza trocas de expertise militar.

Apartir do final da década de 1970, a RPC enviou aproximadamente 200 militares para escolas de guerra na Rússia, Alemanha, RU, Paquistão, Bangladesh,

---

<sup>93</sup> A Conferência de Bandung ocorrerá entre 18 e 24 de abril de 1955, na cidade de Bandung, Indonésia. Contando com 23 países asiáticos e 6 países africanos, visou a promoção de cooperação econômica, política e cultural afro-asiática como forma de resistência ao colonialismo e imperialismo dos EUA e da EX-EX-URSS principalmente. Dentro desse contexto, dentro da teoria dos 3 Mundos de Alfred Sauvy (Primeiro Mundo compreende as democracias liberais, o Segundo Mundo compreende os países socialistas e o Terceiro Mundo compreende os países pós-coloniais) evoca o não-alinhamento do Terceiro Mundo nem ao bloco capitalista e nem ao bloco socialista.

BURKE, Roland. *Decolonization and the evolution of international human rights*. University of Pennsylvania Press, 2011.

<sup>94</sup> “Forças armadas chinesas têm feito grandes esforços para promover os laços com as forças armadas dos países do Nordeste Asiático, e fez contribuições positivas para a estabilidade da península coreana e nordeste da Ásia como um todo. Contatos militares da China com os países do Sudeste, Sul e Ásia Central têm mantido elevada frequência. [...] Ao mesmo tempo, a China fortaleceu ainda mais suas relações militares com países da Ásia Ocidental, África, América Latina e Oceania, bem como com os da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes.”. (Tradução do autor).

Tailândia e Kuwait, assim como recebeu aproximadamente 1000 militares oriundos de alguns Estados da África e da América Latina (CHINA, 2010). Isso demonstra grande preocupação de Pequim em se atualizar em relação ao que há de mais atual em termos de material humano para oficiais e praças ao redor do mundo.

### 3.1.9. COOPERAÇÃO REGIONAL EM SEGURANÇA

A RPC vem buscando estabelecer canais de diálogo em relação a assuntos de segurança com os países da região por meio de organizações internacionais. A ASEAN desempenha papel fundamental nesta empreitada chinesa. Também destina atenção a espaços de diálogo com Japão e EUA por meio de iniciativas como o *Academic Symposium of China, the United States and Japan*, onde são discutidos assuntos de segurança internacional de foram multilateral (CHINA, 2000, p. 35).

China has participated in the ASEAN Regional Forum (ARF), Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia (CICA), Council on Security Cooperation in the Asia-Pacific Region (CSCAP), Northeast Asia Cooperation Dialogue (NEACD), [...]” (CHINA, 2000, p. 35)

A RPC tem-se utilizado desses espaços para advogar uma redefinição do conceito de *Diplomacia Preventiva*<sup>96</sup>. Este conceito foi remodelado de acordo com as novas especificidades da região Ásia-Pacífico como uma reminiscência negativa da era da Guerra Fria, quando orbitava entre os eixos de força dos EUA e ex-URSS e suas

---

<sup>95</sup> “China tem participado no Fórum Regional da ASEAN (ARF), Conferência sobre Interação e Medidas de Fortalecimento da Confiança na Ásia (CICA), Conselho de Cooperação em Segurança na Região Ásia-Pacífico (CSCAP), o Diálogo nordeste da Ásia Cooperação (NEACD), [...]”. (Tradução do autor).

<sup>96</sup> Tipo de pensamento político-diplomático oriundo das últimas décadas da Guerra Fria. Esta doutrina prescreve a defesa dos Direitos Humanos ao redor do mundo, legitimando intervenções humanitárias e missões de paz por coalizões internacionais permitidas pela ONU e geridas pelo Conselho de Segurança, dando substrato jurídico para operações de Peacekeeping, Peace Enforcement e Peace Building. CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. 2006.

respectivas políticas intervencionistas em que os princípios da diplomacia preventiva vão ao encontro das políticas intervencionistas adotadas por estas superpotências.

China holds that the ARF should continue to focus on confidence-building measures, explore new security concepts and methods, and discuss the question of preventive diplomacy. At the same time, it believes that the parties concerned should have a full discussion first on the concept, definition, principles and scope of preventive diplomacy in the Asia-Pacific region and reach consensus in this regard<sup>97</sup> (CHINA, 2000, p. 35).

Embora a RPC defenda a discussão regional para se chegar a um consenso a respeito da nova definição e diplomacia preventiva, ela não explicita documentalmente o seu ponto de vista a esse respeito, mas, muito provavelmente, defende uma definição menos intervencionista.

Em relação ao setor marítimo, defende na *ASEAN Regional Forum* (Fórum Regional da ASEAN), ARF, a criação de um braço deste foro para lidar com assuntos marítimos, preconizando justamente o intercâmbio de militares de alto nível, com previsão de visitas recíprocas a portos, navios militares, suporte a resgates e desastres, mas, sobretudo segurança marítima e proteção de ambiente marítimo.

It has proposed to establish an ARF marine information and data center, encouraged exchange of high-level military visits and port 36 calls by naval vessels, as well as exchanges of military personnel, and supported cooperation in emergency rescue and disaster relief, safety in maritime navigation and marine environmental protection<sup>98</sup> (CHINA, 2000, p. 36).

Vem buscando criar mecanismos de consulta regulares e irregulares pertinentes à segurança, defesa e controle de armas. Rússia, EUA, França, Alemanha, Ucrânia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia são países nos quais a RPC vem tentando

---

<sup>97</sup> “RPC afirma que o ARF deve continuar a se concentrar em medidas de confiança, explorar novos conceitos e métodos de segurança, e discutir a questão da diplomacia preventiva. Ao mesmo tempo, ele acredita que as partes interessadas devem ter uma discussão completa sobre os primeiro conceito, definição, princípios e âmbito da diplomacia preventiva na região da Ásia-Pacífico e chegar a um consenso a este respeito.” (Tradução do autor).

<sup>98</sup> “Ele propôs a criação de um centro de informação marinha para, troca de visitas e incentivou militares de alto nível a portos, com 36 diálogos entre navios de guerra, bem como a em cooperação resgate de emergência e socorro em desastres, segurança na navegação marítima e proteção do ambiente marinho.” (Tradução do autor).

desenvolver estes mecanismos para aparentar transparência em suas políticas de segurança e diminuir tensões na região da Ásia-Pacífico (CHINA, 2004).

O desenvolvimento de uma indústria militar dual é vista por Pequim como um mecanismo de reinserção da divisão internacional do trabalho. Confere competitividade incentivando a cooperação entre uma ampla gama de empresas nacionais e estrangeiras (de forma pragmática) que atuam no ramo de defesa e desenvolvem artigos de alta tecnologia.

China encourages military enterprises and institutions to develop both the international and domestic markets, utilize resources from both home and abroad, participate in the international division of labor, optimize the export product mix, and raise the international competitiveness of their products<sup>99</sup> (CHINA, 2004, p. 49).

O incentivo à produção industrial é constante pelo fato de que a produção e desenvolvimento industrial são a base modernização militar. Indústria e FFAA são vistas como coessenciais. Par ao poder naval chinês, a produção industrial colaborou para o desenvolvimento de belonaves mais modernas. Daí a importância da cooperação com outros países para dar mais suporte a esse desenvolvimento.

A proteção das LMCs permanece constante, demandando grandes esforços conjuntos com outras nações, como fica evidenciado no mais recente documento nacional de defesa emitido pelo governo a busca em reforçar diálogos permanentes entre secretários, procuradores gerais, supremas cortes, ministros da defesa, ministros de segurança pública e agências de segurança com os países membros da OCS, cooperação em diversos níveis e instâncias relativas a temas ligados à segurança (CHINA, 2010).

Through the afore mentioned operations, the armed forces can also enhance their own capabilities and expertise. Faithfully fulfilling China's international obligations, the country's armed forces will continue to carry out escort missions in the Gulf of Aden and other sea areas as required, enhance exchanges and cooperation with naval task forces of other countries, and

---

<sup>99</sup> “RPC incentiva empresas e instituições militares para desenvolver os mercados internacionais e domésticos, utilizar os recursos domésticos e estrangeiros, participar na divisão internacional do trabalho, aperfeiçoar produtos exportados, e aumentar a competitividade internacional dos seus produtos.” (Tradução do autor).

jointly secure international SLOCs. China's armed forces will engage in extensive regional and international security affairs, and promote the establishment of the mechanisms of emergency notification, military risk precaution, crisis management and conflict control<sup>100</sup> (CHINA, 2015, p. 13).

Destaca-se que além do poder marítimo, a RPC vem buscando desenvolvimento científico e tecnológico na área espacial. Rússia, França, Ucrânia, EUA, a Agência Espacial Europeia, a Organização da Ásia-Pacífico para Cooperação Espacial e o Brasil são considerados atores importantes para este tipo de desenvolvimento que o país vem buscando. A área espacial constitui uma das novas fronteiras de guerra na contemporaneidade, fundamental para apoiar os demais ramos das FFAA que atualmente contam cada vez mais com tecnologia espacial para atuarem com precisão (sistemas de mísseis, sistemas de miras, detecção e navegação) (CHINA, 2010).

### 3.1.10. COOPERAR PARA MODERNIZAR

A cooperação constitui a principal via de emulação de suas capacidades materiais, de modo que a Rússia é uma das principais parceiras dos chineses. No entanto, o pragmatismo prescreve a cooperação do país com outras unidades políticas de forma indiscriminadamente político-ideológica. Países que possuem tensões com a RPC como os EUA, aqueles com os quais esta mesma tem buscado intensificar intercâmbios militares de diversas formas.

Grande parte da cooperação militar preterida pela RPC ocorre em âmbito naval e marítimo. Pragmaticamente, exercícios militares conjuntos com Marinhas de Guerra de outros países são fortemente incentivados pelo país. Com relação às ameaças não tradicionais, observa-se um pragmatismo que impulsiona a RPC a cooperar com Estados que não possuem capacidades militares modelos, mas que do ponto de vista de

---

<sup>100</sup> “Através das operações acima mencionadas, as forças armadas também podem melhorar suas próprias capacidades e conhecimentos. Para cumprir fielmente as obrigações internacionais da RPC, as forças armadas do país vão continuar a levar a cabo missões de escolta no Golfo de Aden e outras zonas marítimas, conforme necessário, reforçando o intercâmbio e a cooperação com forças-tarefa navais de outros países, garantindo a proteção das LMCs. As FFAA da RPC vão se envolver em assuntos de segurança regional e internacional de forma cooperativa, promovendo mecanismos de notificação de emergência, precaução risco militar, gestão de crise e controle de conflitos”. (Tradução do autor).

Pequim, tem conhecimentos que podem ser úteis ao processo de modernização das FFAA chinesas.

### 3.2. O SISTEMA INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA DO JAPÃO

De forma semelhante ao que acontece com a RPC, a estrutura do sistema internacional é vista como uma condicionante do comportamento das unidades políticas por parte do Estado japonês. As diversas dinâmicas que ocorrem no seio do sistema internacional e regional, sobretudo, exercem influência direta no posicionamento do Japão.

Non-state actors such as terrorist organizations have drawn much attention as dire threats in today's international security. There is also greater risk of transfer or proliferation of weapons of mass destruction or WMDs, such as nuclear, biological, and chemical weapons, and ballistic missiles. In particular, international concern is mounting over the acquisition of WMDs by certain states and international terrorists seeking them. In addition, illegal activities, such as piracy and drug smuggling, have impacted on the international security<sup>101</sup> (JAPAN, 2005, p. 1).

Além da forte preocupação com a proliferação das chamadas armas de destruição em massa a exemplo das armas nucleares, biológicas e químicas (reminiscência dos ataques sofridos em Hiroshima e Nagasaki, no ano de 1945), é possível observar uma preocupação de Tóquio por parte de ameaças<sup>102</sup> que não dizem respeito exclusivamente a outros Estados. Isto é, na perspectiva japonesa presente em seus Livros Brancos, a intensa atuação de organizações consideradas terroristas e com especial destaque para pirataria e tráfico de drogas. “[...] *illegal activities, such as*

---

<sup>101</sup> Atores não estatais, como organizações terroristas, chamaram muita atenção como ameaças terríveis na segurança internacional de hoje. Existe também um maior risco de transferência ou proliferação de armas de destruição em massa ou WMDs (sigla em inglês), como armas nucleares, biológicas e químicas e mísseis balísticos. Em particular, a preocupação internacional está aumentando a aquisição das ADM por certos estados e terroristas internacionais que os procuram. Além disso, atividades ilegais, como a pirataria e o tráfico de drogas, impactaram na segurança internacional. (Tradução do autor).

<sup>102</sup> Ameaça pode ser definida como qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais.

COUTO, Abel Cabral; PORTUGAL. **Elementos de estratégia: apontamentos para um curso**. 1988.

*piracy and drug smuggling, have impacted on the international security*<sup>103</sup>” (JAPAN, 2005, p. 1). São elementos de perturbação da conjuntura internacional que afetam o Japão.

As atividades de tráfico de drogas e de pirataria<sup>104</sup> recebem especial atenção por parte do Japão, pois constituem entraves à segurança das LMCs que abastecem a economia do país. Elas perpassam pelo MSC, o que legitima uma postura mais ativa do país na área de defesa e segurança, ora por um estreitamento mais próximo com os países do Sudeste Asiático, ora por um reforço com os laços que possui com os EUA. Esses elementos serão abordados mais adiante.

### 3.2.1. A CONSTITUIÇÃO JAPONESA E O ESTATUTO DA JAPANESE SELF DEFENSE FORCE (JSDF)

Antes de tudo, para compreender o posicionamento do Japão referente aos assuntos de defesa e segurança no MSC, faz-se necessário perpassar pelas características do estatuto constitucional que a JSDF possui para compreender as possibilidades de emprego por parte de Tóquio.

A Constituição do Japão de 1947 foi redigida no contexto da ocupação dos Aliados, sobretudo dos EUA, ao término da II Guerra Mundial, estando vigente até os dias de hoje, sem alterações. Garante um sistema de governo parlamentar com a

---

<sup>103</sup> “Atividades ilegais, como pirataria e tráfico de drogas, impactaram na segurança internacional”. (Tradução do autor).

<sup>104</sup> “ARTIGO 101 - Definição de pirataria.”

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos: a) todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra: i) um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado; b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata; c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b).”

UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA. *Part IV High Sea*. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2017.

vigência de direitos fundamentais<sup>105</sup>. Nela o Imperador constitui o símbolo do Estado e da união do povo, exercendo um poder puramente cerimonial sem a posse de nenhum poder soberano.

No entanto, a perspectiva mais atinente e interessante para o desenvolvimento reside no Capítulo II desta Constituição, mais precisamente no Artigo 9, a seguir:

Capítulo II. Renúncia à Guerra

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais.

Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido (JAPAN, 1946, p. 3).

Isto significa que a Constituição japonesa em vigência proíbe Tóquio de recorrer ao uso de força para solução de controvérsias. Isso traz consequências importantes para a atuação da SDF no tocante às possibilidades de desdobramento para tarefas que não envolvam diretamente o território japonês, trazendo limitações consideráveis para as hipóteses de emprego que o Japão possa demandar. Nesse sentido, os Livros Brancos acompanham tal diretiva constitucional.

A Constituição não nega o direito de legítima defesa, como um Estado soberano tem o direito de manter. Permite ao Japão possuir uma força mínima necessária para a autodefesa nacional. Este recurso nos termos do Artigo 9 da Constituição só pode ser exercido quando as três condições seguintes forem cumpridas:

1. Existência de um ato iminente e ilegítimo de agressão contra o Japão;
2. Inexistência de meios adequados para lidar com tal ato de agressão, a não ser recorrer ao direito de autodefesa;
3. Uso da força armada é confinado ao nível mínimo necessário.

---

<sup>105</sup> Dizem respeito aos direitos do ser humano que são reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de um determinado Estado; possui caráter eminentemente nacional. SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Livraria do Advogado Editora, 2008.

É reconhecido no direito internacional que um Estado tem direito de autodefesa coletiva, que é o direito de usar a força armada para impedir um ataque armado em um país estrangeiro com o qual possui relações íntimas, mesmo quando o próprio Estado não está sob ataque direto. Uma vez que o Japão é um Estado soberano, possui tal direito. No entanto, o Estado japonês entende que o direito de autodefesa coletiva excede o limite de legítima defesa autorizado nos termos do artigo 9 da Constituição e, portanto, inconstitucional (JAPAN, 2005). Nesse sentido, o Japão, em termos de defesa e segurança, necessita do “guarda chuva” militar e nuclear dos EUA.

### 3.2.2. A IMPORTÂNCIA DOS EUA

O alinhamento da política externa e de defesa do Japão para com os EUA é uma constante. “[...] *Japan will and should maintain its bilateral alliance with the U.S, and ensure its own security through making the deterrent power provided by the alliance work effectively*<sup>106</sup>” (JAPAN, 2005, p. 31).

Toda arquitetura de defesa e segurança do Japão, possui como pedra angular o acordo de Tratado de Mútua Cooperação e Segurança entre os EUA e o Japão<sup>107</sup>. Isso significa que a política externa do Japão, sendo dependente militarmente do aparato militar estadunidense, sua política externa também possui um alinhamento estreito com Washington. Os interesses japoneses na área de segurança internacional estão intimamente ligados aos interesses estadunidenses.

Logo, os interesses japoneses no Leste e Sudeste da Ásia contam com o beneplácito e apoio de Washington. O Japão instrumentaliza sua aliança com os EUA através da eficácia do poder de dissuasão que os EUA oferecem (JAPÃO, 2005). Tal aliança conta com a presença de um importante contingente militar estadunidense

---

<sup>106</sup> “O Japão deverá manter sua aliança bilateral com os Estados Unidos e assegurar a sua própria segurança através da eficácia do poder de dissuasão da aliança.” (Tradução do autor).

<sup>107</sup> Assinado em 19 de janeiro de 1960 entre EUA e Japão, fruto de uma renegociação do acordo de defesa mútua inserido no Tratado de São Francisco e da Lei de Assistência Militar dos EUA e seus aliados. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN 外務省. *Japan-U.S. security treaty*. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

permanentemente estacionado no Japão, a *U.S. Forces in Japan* (USFJ)<sup>108</sup>, expressão de uma ocupação militar travestida em uma aliança dos EUA com o Japão, responsável pela defesa das ilhas nipônicas e por salvaguardar os interesses estadunidenses na região supracitada. Conta com componentes terrestres, aéreos, anfíbios e navais das FFAA estadunidenses que atuam de forma conjunta com a JSDF, formalizando uma ocupação não declarada.

### 3.2.3. A COOPERAÇÃO COM OS EUA E A CONTINUAÇÃO DE PRÁTICAS EXISTENTES

De um modo similar à RPC, o Japão enxerga a cooperação como um elemento norteador da sua política externa e de segurança. Por conta das suas ações na II Guerra Mundial, no tocante ao domínio colonial/imperial sobre unidades políticas no Leste e Sudeste da Ásia bem como pela ausência de um pedido oficial de desculpas dos governos japoneses após o conflito, Tóquio conta com uma gama de Estados com que possa cooperar muito menor em comparação a RPC. Por mais que os países do Sudeste Asiático escalem sérias tensões com a RPC por conta de suas políticas de segurança e defesa, o Japão não é automaticamente aceito de bom grado por eles como um ator “melhor”. Ao contrário, é tratado com desconfiança e ressalvas de forma pragmática e equidistante. Isso causa certa reclusão do Japão enquanto ator geopolítico regional e limita ações, dificultando uma reinserção mais profunda sem os EUA.

Nesse certame, a cooperação que o Japão desenvolve com os EUA, e pode vir a tentar desenvolver com os países do Sudeste Asiático, possui um conteúdo diferente do que a RPC vem desenvolvendo dentro de suas possibilidades. Embora ambos possuam

---

<sup>108</sup> Originalmente estabelecido na estação aérea de Fuchu em 1º de julho de 1957, a USFJ, com seus elementos do Exército dos EUA, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, da Marinha dos EUA e da Força Aérea dos EUA, consiste em aproximadamente 54.000 militares, 42.000 dependentes, 8.000 funcionários civis do DoD e 25.000 japoneses Trabalhadores. As forças dos EUA estão estacionadas no Japão de acordo com o Tratado de Cooperação e Segurança de 1960 dos EUA. U.S. FORCES, JAPAN. *About usfj*. Disponível em: <<http://www.usfj.mil/about-usfj/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

objetivos semelhantes (defesa de interesses), a forma é diferente, o que influencia diretamente na forma de balanceamento interno e externo adotado pelo Japão.

Como foi discorrido na parte referente aos Livros Brancos da RPC, é evidenciado que a cooperação internacional para Pequim é um elemento de balanceamento interno na forma de Emulação. Utilizando a cooperação internacional, com devida atenção a exercícios navais (sobretudo com a Rússia), constitui um meio para adotar uma forma de balanceamento conscrito no conceito de Emulação, pois tal aproximação favorece o desenvolvimento de novas doutrinas, táticas, práticas, instituições e base para desenvolvimento de novos equipamentos militares já “testados” e aprovados para o pronto emprego. No entanto, no caso japonês, a limitação constitucional e a aliança com os EUA conduzem o Japão a cooperar para engendrar uma forma de balanceamento interno na forma de Continuação de Práticas Existentes (*Countermeasure*, em inglês). Este fato faz com que a emulação de novos equipamentos ocorra de forma limitada dentro do espectro ofensividade-defesa. Sendo o Japão constitucionalmente incapaz de adquirir determinados equipamentos, resta-lhe apenas manter aquilo que lhe é permitido segundo sua Constituição, onde junto com os EUA, aprimorar o que já possui (questão essa que será discutida no próximo capítulo) dentro dos limites constitucionais.

Através de intercâmbios, a JSDF vem buscando aprimorar suas capacidades operativas, de forma conjunta com outros Estados. Operações de paz e atividades de assistência emergencial estão dentro dos principais arranjos cooperativos japoneses (JAPAN, 2005). Com devido destaque à atuação da *Japanese Maritime Self Defense Force* (JMSDF, sigla em inglês para Força Marítima de Autodefesa) que em ações de contraminação<sup>109</sup> no Golfo

---

<sup>109</sup> As Operações de Contraminação consistem na execução de ações ativas e passivas que visem a reduzir ou controlar a ameaça constituída pelas minas já lançadas pelo inimigo. Têm como efeito desejado a permissão do trânsito de navios de guerra e mercantes, normalmente, em áreas marítimas de passagem obrigatória ou na entrada e saída de portos ou bases navais, visando a reduzir ou a controlar a ameaça constituída pelas minas lançadas pelo inimigo. As contramedidas de minagem, quanto ao conceito de emprego dos meios, podem ser ofensivas ou defensivas. As ofensivas compreendem ataques aos agentes lançadores e à capacidade logística do inimigo (depósitos, unidades de produção, etc). As defensivas são representadas por contramedidas ativas e passivas. Nas contramedidas ativas, incluem-se a varredura e a caça de minas. Nesta, podem ser utilizados mergulhadores devidamente qualificados e veículos submersos, operados remotamente (ROV) ou autônomos (AUV). Nas passivas, incluem-se as medidas de autoproteção dos navios de superfície e submarinos (redução de ruídos irradiados e redução do magnetismo pelo projeto e construção, pelo deperminge e pelo degaussing, respectivamente). A fonte desta nota é mesma fonte da nota anterior.

Pérsico no ano de 1992, contribuiu significativamente para o engajamento do país e se tornou um marco para uma atuação internacional das forças de defesa do Japão, marcando uma gradual mudança no escopo de operações navais para águas mais distantes e na consolidação de operações de contraminagem.

A cooperação e ajuda oferecidas pelo Japão possui roupagens bem definidas por tocar em questões sensíveis da comunidade internacional como o terrorismo<sup>110</sup>. Mediante cooperação impulsionada pela Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo, promulgada em outubro de 2001, (logo após os ataques terroristas ocorridos nos EUA em 11 de setembro de 2001), sua força naval atuou no suporte a operações antiterroristas no Oceano Índico, indicando preocupação do Japão com a segurança de espaços marítimos muito além de suas águas territoriais como ordena sua Constituição. (JAPAN, 2005). A JMSDF atuou no apoio logístico a embarcações de marinhas de Estados aliados. Como exemplo, em 2 de dezembro de 2001, a JMSDF abasteceu navios dos EUA no Oceano Índico como parte das atividades de cooperação e suporte. O Contratorpedeiro *Sawagiri* e o navio de abastecimento *Towada* prestaram atividades de socorro para civis junto aos navios *Kurama*, *Kirisame* e *Hamana* no Oceano Índico. Esses navios japoneses abasteceram navios britânicos em 29 de janeiro de 2002 (JAPAN, 2005). Este apoio da JMSDF foi importante para manutenção das capacidades operativas das forças navais que atuam na região, e bem como foi importantes para a própria JMSDF.

Nesse certame, um total de 11 países tiveram seus navios reabastecidos pela JMSDF, helicópteros da aviação naval embarcados também foram reabastecidos. (JAPAN, 2005). Em números, 520 navios foram reabastecidos pelo Japão em atividades no mar, recebendo cerca de 444.000 litros de combustível até o final de maio de 2005.

---

U.S. FORCES, JAPAN. *About usfj*. Disponível em: <<http://www.usfj.mil/about-usfj/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

<sup>110</sup> Uso de violência, física ou psicológica, por meio de ataques localizados a instalações de um governo ou da sociedade em geral, para gerar medo, pânico e, a fim de obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, incluindo o restante da população do território. É utilizado por ampla gama de instituições como forma de alcançar seus objetivos, como organizações políticas, grupos separatistas e até por governos no poder. No entanto, se trata de um conceito sem uma definição precisa aceito pela comunidade internacional, não sendo entendido da mesma forma por todos os indivíduos depende muito do contexto histórico, geográfico, social e político.

LAQUEUR, Walter. *A History of Terrorism: Expanded Edition*. Transaction Publishers, 2016.

(JAPAN, 2005). No tocante a operações aeronavais, a JMSDF forneceu 18 helicópteros que transportaram 300 quilolitros de combustível (JAPAN, 2005). Embora tais números evidenciam mudanças geográficas nas operações navais japonesas, demonstram a manutenção de operações ainda limitadas para a JMSDF na contemporaneidade.

### 3.2.5.A RPC NA GEOPOLÍTICA JAPONESA

O Japão acompanha de perto a trajetória do seu rival de longa data. De forma particular, acompanha o desenvolvimento econômico que impulsiona o país e o catapultou para a posição de segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) nominal, desbancando o próprio Japão, e maior PIB per capita, ultrapassando os próprios EUA. Isso fez com que alcançasse status de grande potência e capacidade de influência global.

Grandes mudanças ocorreram para que a RPC alcançasse tal posição como atratividade de investimentos, aumento da competitividade no comércio exterior etc. No entanto, essas mudanças denotam a persistência de dificuldades presentes no cenário interno chinês que reverberam em sua política externa e de segurança. Dentre os principais, destaca a constante preocupação chinesa com sua integridade territorial (JAPAN, 2010).

Tais impedimentos, para serem sanados, precisam de uma infraestrutura econômica que alcance as regiões mais distantes e carentes com diversos grupos etnolinguísticos de culturas diversas. Tal situação de fragilidade desperta potenciais pulsos separatistas e ameaçam a integridade territorial, problema de constante preocupação para Pequim (JAPAN, 2010).

Acompanhado do componente econômico, o país conta com o incremento considerável do seu aparato militar, na instituição do PLA. Para assegurar também o desenvolvimento econômico do país, acesso a fontes de recursos, a RPC vem elevando gradativamente o orçamento destinado à defesa e segurança, com especial atenção a Taiwan e a região de Xinjiang<sup>111</sup> (JAPAN, 2010).

---

<sup>111</sup> Sinkiang, Sinqiã ou Xinjiang (em chinês 新疆 pinyin: Xīnjiāng; Wade-Giles: Hsin1-chiang1; em uigur شەنجاڭ, transl. Shinjang; nome completo: Xinjiang-Uigur ou Sinkiang-Uigur). Chamada oficialmente Região Autônoma Uigur do Xinjiang (chinês: 新疆维吾尔自治区, Xīnjiāng Wéiwú'ěr

É neste ponto que o Japão evidencia tensões com os países vizinhos. “*The military trends of China draw attention from countries in the region, as the country has been steadily growing as a major political and economic power in the region*”<sup>112</sup> (JAPAN, 2010, p. 54). Isto é, o dilema de segurança<sup>113</sup> gerado na região a partir do incremento do poderio militar da RPC levanta tensões regionais por conta do desequilíbrio na balança de poder militar na região, sobretudo nos Estados do continente asiático que são geograficamente próximos à RPC e possuem hostilidades.

Para assegurar o desenvolvimento econômico e a manutenção da integridade territorial, a RPC vem implementando o conceito de *Revolution in Military Affairs with Chinese Characteristics*<sup>114</sup>. Este conceito é uma adaptação do termo *Revolution in Military Affairs* (RMA), significando um processo de mecanização e informatização no campo militar em todos os níveis (JAPAN, 2010). Conceito esse que vem sendo abordado e discutido de diversas formas e variações nas FFAA das maiores potências e que vem sendo discutido pelos decisores do PLA e implementado com características chinesas.

Nesse sentido, a implementação do conceito de RMA com características chinesas segue duas perspectivas oriundas da ótica de Pequim a respeito do desenvolvimento dos conflitos armados nos tempos atuais:

### 1. Defesa Ativa;

---

Zizhiqū; uigur: زىڭخۇي ئاپتونوم رايونى، Xinjiang Uyghur Aptonom Rayoni) é uma região autônoma da RPC. Faz limite ao sul com a região autônoma do Tibete e a sudeste com as províncias de Qinghai e de Gansu. Limita-se também com a Mongólia a leste, com a Rússia ao norte e com o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Afeganistão e as partes da Caxemira (controladas pelo Paquistão) e pela Índia a oeste. Inclui a maior parte de Aksai Chin, região reivindicada pela Índia como a parte do seu estado de Jammu e Caxemira.

THE CENTRAL PEOPLE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Xinjiang**. Disponível em: <[http://www.gov.cn/test/2013-04/07/content\\_2371589.htm](http://www.gov.cn/test/2013-04/07/content_2371589.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2017.

<sup>112</sup> “As tendências militares da China chamam a atenção dos países da região, já que o país vem crescendo constantemente como um grande poder político e econômico na região.” (Tradução do autor).

<sup>113</sup> Trata-se de um conceito presente nas teorias de Relações Internacionais que aponta a dinâmica no sistema internacional quando Estado visa aumentar sua segurança pode, sendo a segurança um balanceamento de soma-zero, produzir maior instabilidade no relacionamento com os demais Estados do sistema regional e global, que respondem a tal incremento de força com desconfiança e esforços para incrementar suas próprias forças.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Elsevier, 2005.

<sup>114</sup> Revolução em Assuntos Militares com Características Chinesas. (Tradução do autor).

## 2. Guerras Locais sob Condições Informatizadas:

- Guerras de Alta Intensidade;
- Guerras high tech (JAPAN, 2010).

Tais pontos serão mais bem analisados no capítulo seguinte, mas por hora, cabe ressaltar a atenção dada pelo Japão aos esforços que a RPC vem realizando no âmbito da modernização de suas forças de defesa e como isso impacta Tóquio em relação ao seu posicionamento no continente asiático.

Conversely, mobile missile, combat vehicle, and aircraft formations increased, while advanced equipment such as early warning and control systems and unmanned aerial vehicles were displayed, thereby demonstrating China's military mechanization and informatization to Chinese people and overseas<sup>115</sup> (JAPAN, 2010, p.54).

Como consta no trecho acima, presente no Livro Branco de 2010 do Japão, até mesmo as paradas militares do 60º Aniversário de Fundação da RPC<sup>116</sup> serviram de parâmetro para Tóquio analisar os esforços chineses em reduzir tropas e investir em mecanização e informatização de seus equipamentos e maior amplitude de guerras que podem ser travadas, como o conceito das Três Guerras (Psicológica, Midiática e Legal), indicando a inclinação chinesa em se preparar para os mais variados espectros dos conflitos armados.

Moreover, China appears to emphasize the concept of “Three Warfares – Psychological Warfare, ‘Media Warfare’ and ‘Legal Warfare’” – into the tasks of the political work by military, and declaring a policy of “close

---

<sup>115</sup> "Inversamente, os modelos de mísseis móveis, veículos de combate e aeronaves aumentaram, enquanto equipamentos avançados como sistemas de alerta e controle antecipado e veículos aéreos não tripulados foram exibidos, demonstrando a mecanização militar e a informatização da China para pessoas chinesas e no exterior". (Tradução do autor).

<sup>116</sup> A República Popular da China foi fundada em 1 de outubro de 1949 por Mao Tsé-Tung. É sucessora continental da República da China, unidade política proclamada em 1912. Com a rendição japonesa após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma grande guerra civil entre forças comunistas lideradas pelo PCC, contra forças nacionalistas lideradas pelo Kuomintang, a qual este último saíra derrotado e seus remanescentes se refugiaram na Ilha de Taiwan, estabelecendo ali, a sede da república da China, enquanto que os as forças comunistas vitoriosas estabeleceram em Pequim, a sede da República Popular da China. Tal situação dura até os dias de hoje.

LIJUN, Sheng. *China and Taiwan: cross-strait relations under Chen Sui-bian*. Institute of Southeast Asian Studies, 2002.

coordination between military struggle and political, diplomatic, economic, cultural and legal endeavors<sup>117</sup>” (JAPAN, 2010, p.54).

Diante deste contexto, ao Japão incomoda uma “falta de transparência” por parte da RPC a respeito das necessidades e justificativas para disposição de seu aparato militar: a falta de informações claras e transparentes por parte de Pequim a respeito dos seus principais armamentos, localização das suas principais unidades, realização de exercícios e principalmente, poucos detalhes a respeito do seu orçamento de defesa (JAPAN, 2010).

Tal fato levanta preocupações por parte do Japão dentro dos moldes do dilema de segurança, pois mediante as limitações que a sua Constituição traz ao seu aparato militar e, levando em conta o passado conflituoso entre os dois Estados, constitui uma considerável ameaça geopolítica ao país. Este fator é utilizado no seio do poder político japonês como objeto de intensas discussões a respeito da política de defesa e segurança adotada por Tóquio para lidar com tal conjuntura.

Até mesmo a forma de escrita dos Livros Brancos chineses são fontes de críticas por parte do Japão no tocante à transparência de seus orçamentos de defesa.

Slight progress was seen in China’s National Defense in 2008 in terms of information disclosure but it does not provide a basic breakdown such as procurement costs for major weapons. Moreover, the report for the United Nations Instrument for Reporting Military Expenditures submitted by China in 2009 was not files out in accordance with the standard format used by Japan and other nations, whereby a detailed breakdown of military expenditure is required; the information disclosed was almost as simple as that provided in China’s defense white papers<sup>118</sup> (JAPAN, 2010, p.54).

---

<sup>117</sup> Além disso, a China parece enfatizar o conceito de "Três Guerras - Guerra Psicológica," Guerra das Mídias "e" Guerra Líbia "- nas tarefas do trabalho político por militares e declarando uma política de estreita coordenação entre luta militar e política". Empreendimentos diplomáticos, econômicos, culturais e legais. (Tradução do autor).

<sup>118</sup> Poucos progressos foram observados na Defesa Nacional da China em 2008, em termos de divulgação de informações, mas não fornecem uma quebra básica, como os custos de aquisição de armas importantes. Além disso, o relatório do Instrumento das Nações Unidas para Relatórios de Gastos Militares apresentado pela China em 2009 não foi arquivado de acordo com o formato padrão utilizado pelo Japão e outras nações, pelo que é necessária uma repartição detalhada das despesas militares; As informações divulgadas eram quase tão simples como as fornecidas nos documentos de defesa da China. (Tradução do autor).

Nesse mesmo certame, o Japão também expressa descontentamento com a falta de transparência chinesa a respeito do alcance dos seus meios militares (sobretudo dos seus mísseis balísticos<sup>119</sup>) e os desdobramentos desses meios no cenário regional como também exercícios, testes e episódios de aproximações com FFAA de outros Estados e desdobramentos para áreas de disputas territoriais, principalmente atividades dos meios navais e aeroespaciais chineses, como ocorreu em 2004, mediante detecção de um submarino nuclear de ataque navegando em águas territoriais japonesas (JAPAN, 2010). Da mesma forma, em janeiro de 2007, a RPC realizou um teste de armas antissatélite, dando uma explicação considerada insuficiente por parte de Tóquio, levantando preocupações. Além disso, em novembro de 2007, a RPC não permitiu a atracação do *Carrier Strike Group* do NAe<sup>120</sup> USS *Kitty Hawk*, no porto de Hong Kong no dia esperado de chegada, mas depois revogando. No entanto, os navios estadunidenses já haviam mudado de curso, o que levou Tóquio a questionar a amistosidade da RPC em relação aos militares de outros Estados.”

Os mísseis balísticos empregados e desdobrados pela PLA preocupam o Japão no que tange suas aplicações em teatros de operações navais com destaque para os mísseis do tipo DF-21, com capacidades antinavio, podendo neutralizar NAes. No mesmo ensejo, mísseis de cruzeiros<sup>121</sup> chineses como o DH-10 possuem um campo de

---

<sup>119</sup> Um míssil balístico constitui um armamento que segue uma trajetória pré-determinada, que não pode ser significativamente alterada após o míssil queimar todo o seu combustível (a sua trajetória fica governada pelas leis da balística – física). Para cobrir grandes distâncias, a trajetória dos mísseis balísticos atinge as camadas mais altas da atmosfera ou o espaço, efetuando um voo suborbital. Para mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) o alcance máximo é de aproximadamente 1200 quilômetros.

ÁVILA, Fabrício Schiavo; MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. *Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades*. Contexto internacional, v. 31, n. 1, p. 49, 2009.

<sup>120</sup> Navio capaz de operar, reabastecer, municiar, alojar e reparar aeronaves com rapidez e eficiência. Possui grande importância devido ao alcance de seu armamento aviões e helicópteros sendo o corpo principal de uma força naval. Caracteriza-se pelo convés corrido, sem obstruções, servindo de pista e esportagem para aeronaves, denominado convés de voo ou convoo, por uma superestrutura lateral, denominada ilha, e pelas instalações necessárias à manutenção das aeronaves, localizadas cobertas abaixo, os hangares e as oficinas.

BRASIL. *Glossário das Forças Armadas 2007*: Navio-aeródromo. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

<sup>121</sup> É um míssil que porta certa carga explosiva, sendo propulsado normalmente por um motor a jato, com um rumo e alvo pré-determinados em terra ou no mar. Mísseis de cruzeiro são projetados para liberar uma

ação de 1.500km ou mais que, em complemento aos mísseis balísticos, dão a Pequim à capacidade de cobrir toda a região Ásia-Pacífico, incluindo as ilhas nipônicas e o MSC, outro fator de preocupação do Japão em relação à RPC (JAPAN, 2010).

### 3.2.6. A PEOPLE LIBERATION ARMY NAVY

No tocante ao poder naval da RPC, o Japão tem observado o desenvolvimento da *PLA Navy*, sobretudo no que tange à expansão da sua força de superfície. *“Additionally, the Navy is increasing surface combatant ship with improved air defense and anti-ship missile capabilities, and its increasing and improving landing ships and supply ships”*<sup>122</sup>(JAPAN, 2010, p.63). Tal desenvolvimento naval vem permitindo a RPC a realizar operações em áreas distantes de suas águas territoriais e do seu território físico mediante a aquisição e operação de NAes.

As conversações entre os Ministros da Defesa de ambos os países ocorrem com relativa frequência. As reuniões de 2009 evidenciaram as necessidades chinesas de portar esse tipo de embarcação dentro da estratégia chinesa, expressadas pelo Ministro da Defesa da RPC, na ocasião, General Liang Guanglie. (JAPAN, 2010).

Nesse sentido, o Japão interpreta as principais mudanças que a RPC vem empreendendo na sua força naval sob 4 aspectos.

Em primeiro lugar, é preciso possuir capacidade de se opor a operações navais consideradas hostis em suas águas territoriais no continente (JAPAN, 2010). Em segundo lugar, desenvolver capacidades militares para impedir a independência de Taiwan. Para tal, Pequim não permitirá qualquer intervenção estrangeira na resolução

---

grande ogiva em longas distâncias com alta precisão. Podem viajar em velocidades supersônicas ou em altas velocidades subsônicas, sendo autonavegáveis ou não. São capazes de voar em uma trajetória não-balística, de altitude extremamente baixa. Neste tipo de míssil, a ogiva faz parte do veículo, que é sempre sacrificado na missão.

GUNSTON, Bill. **The illustrated encyclopedia of the world's rockets & missiles: a comprehensive technical directory and history of the military guided missile systems of the 20th century**. Crescent, 1988.

<sup>122</sup> “Além disso, a Marinha está aumentando a capacidade de combate dos navios de superfície com melhorias na defesa aérea e com mísseis antinavio, com navios que operam aeronaves e navios de apoio de suprimentos.” (Tradução nossa).

dessa problemática e na realização da unificação territorial plena da RPC. Sendo Taiwan cercada pelo mar, as capacidades navais chinesas são fundamentais.

Em terceiro lugar, a RPC busca possuir capacidades navais que garantam a defesa de seus interesses e diretos. Tais interesses giram em torno da exploração de petróleo e gás no mar do Leste da China e no MSC. Nesse sentido, navios de guerra da RPC operaram em espaços que contêm instalações de exploração desses recursos (JAPAN, 2010).

Por fim, englobando todos os elementos supracitados, o quarto lugar é ter forças navais capazes de proteger suas LMCs. Tais características do desenvolvimento das forças navais chinesas apontadas pelo Japão o inquietam pelo fato de muitas das atividades supracitadas ocorrerem em proximidade com o território japonês e suas respectivas instalações marítimas (JAPAN, 2010).

Também é dado certo destaque às atividades militares chinesas no âmbito das operações de paz e assistência humanitária, elementos os quais recebem devida atenção por parte do Japão. Evidencia-se, também devido empenho à atividade de Pequim em missões de paz da ONU no continente africano e operações contra pirataria na região do Chifre da África<sup>123</sup>. Política coincidente com a que o Japão adota para a região, podendo colidir no médio prazo. A esse respeito, há que se destacar uma atenção especial dada à atuação da *PLA Navy*, a força naval chinesa, no ano de 2008, na região do Golfo do Aden, a qual ganhou experiências tanto em escolta como em combate e proteção, ambos em alto mar, evidenciando esforços chineses em proteger suas LMCs. “*It is also thought to be an expression of the fact that China is placing a greater emphasis on protecting its own sea lanes of communications*”<sup>124</sup> (JAPAN, 2010, p.63).

---

<sup>123</sup> Também conhecido como Nordeste Africano e algumas vezes como península Somali, é uma região a nordeste do continente africano. Inclui a Somália, a Etiópia, o Djibouti e a Eritreia. Tem uma área de aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 90,2 milhões de pessoas (Etiópia: 75 mi, Somália: 10 mi, Eritreia: 4,5 mi, e Djibouti: 0,7 mi). O termo Chifre da África, surgiu curiosamente na cultura chinesa, no episódio mitológico da vitória de Huang Ti, o Imperador Amarelo, sobre Tche Yeu, "o de cabeça cornuda".

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1988, pp.233,234.

<sup>124</sup> “Também é pensado para ser uma expressão do fato de que a China está colocando uma ênfase maior na proteção de suas próprias linhas de comunicação marítimas.” (Tradução do autor).

### 3.2.7. O SUDESTE ASIÁTICO E O MSC

Indubitavelmente, como consta nos Livros Brancos do Japão estudados neste trabalho, a região do Leste Asiático constitui a região de maior prioridade geopolítica e estratégica justamente pelo fato do Japão estar localizado nela.

No entanto, como sustenta o pressuposto deste trabalho, a região do Sudeste Asiático, com especial atenção ao MSC, é uma região de importância para Tóquio; primeiramente, pela importância das LMCs japonesas que passam por este espaço, assim como pelas instabilidades geopolíticas ali presentes que são capazes de ameaçar a segurança delas, sendo o Sudeste Asiático um espaço geográfico crucial para estes desdobramentos. “*Southeast Asia holds key positions for traffic linking the Pacific and Indian oceans, such as the Straits of Malacca, the South China Sea, and is an important for Japan*<sup>125</sup>” (JAPAN, 2010, p.81).

É analisada pelo Japão, nesta região, toda uma dinâmica de instabilidades que incluem disputas territoriais, questões étnicas mal-resolvidas, movimentos separatistas e o extremismo religioso (JAPAN, 2010). A pirataria e incidentes relacionados a passagens inocentes<sup>126</sup> de navios têm-se escalonado na região. Diante de tais

<sup>125</sup> “O Sudeste Asiático ocupa posições-chave para o tráfego que liga os oceanos do Pacífico e da Índia, como o Estreito de Malaca, o MSC, sendo importante para o Japão”. (Tradução do autor).

<sup>126</sup> ARTIGO 19 Significado de passagem inocente 1. A passagem é inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro. A passagem deve efetuar-se de conformidade com a presente Convenção e demais normas de direito internacional. 2. A passagem de um navio estrangeiro será considerada prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro, se esse navio realizar, no mar territorial, alguma das seguintes atividades: a) qualquer ameaça ou uso da força contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política do Estado costeiro ou qualquer outra ação em violação dos princípios de direito internacional enunciados na Carta das Nações Unidas; b) qualquer exercício ou manobra com armas de qualquer tipo; c) qualquer ato destinado a obter informações em prejuízo da defesa ou da segurança do Estado costeiro; d) qualquer ato de propaganda destinado a atentar contra a defesa ou a segurança do Estado costeiro; e) o lançamento, pouso ou recebimento a bordo de qualquer aeronave; f) o lançamento, pouso ou recebimento a bordo de qualquer dispositivo militar; g) o embarque ou desembarque de qualquer produto, moeda ou pessoa com violação das leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários do Estado costeiro; h) qualquer ato intencional e grave de poluição contrário à presente Convenção; i) qualquer atividade de pesca; j) a realização de atividades de investigação ou de levantamentos hidrográficos; k) qualquer ato destinado a perturbar quaisquer sistemas de comunicação ou quaisquer outros serviços ou instalações do Estado costeiro; l) qualquer outra atividade que não esteja diretamente relacionada com a passagem.

UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA. **PART II**

**TERRITORIAL SEA AND CONTINUOUS AREA.** Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2017.

instabilidades, o Japão observa uma busca por parte dos Estados da região em modernizar suas FFAA, “[...] *particularly their navy and air forces*<sup>127</sup>” (JAPÃO, 2010, p.81).

Nesse certame, há que se observar a participação política da RPC na geopolítica do Sudeste Asiático e do MSC como ator de maior peso e preeminência econômica e militar e como o fiel da balança de poder na região é um incômodo para Tóquio. Geopoliticamente, o Japão analisa grande atividade da RPC no tocante a disputas territoriais com os Estados do Sudeste Asiático em relação aos arquipélagos Spratly e Paracel. Ocorreram certos movimentos entre os Estados da ASEAN para melhor se coordenarem a fim de evitar tensões no MSC, que resultaram no *Regional Code of Conduct in the South China Sea*<sup>128</sup>, concerto destinado a articular as passagens e utilizações do MSC. No entanto, as disputas pela soberania dos arquipélagos supracitados ainda dão a tônica das conversações entre os atores regionais e dificultam um consenso entre as partes (JAPAN, 2010).

A RPC vem sendo colocada no epicentro dessas tensões por intensificar suas atividades econômicas de exploração nas imediações desses arquipélagos, levantando protestos por parte dos vizinhos e minando possibilidades de acordos e soluções de controvérsias a esse respeito.

For example, in September 2004, China and the Philippines agreed on a joint oil field exploration in the waters of the Spratly Islands, and March 2005, China, the Philippines, and the Vietnam reached an agreement on the launch of joint exploration of oil and natural gas in the South China Sea. However, the Philippines did not agree to the renewal/extension of the agreement and withdrew from the agreement in July 2008<sup>129</sup> (JAPAN, 2010, p.86-87).

Tais questões, para o Japão, suscitam na região um clima permanente de tensões que resultam em uma busca por balanceamento de capacidades materiais a fim de que cada Estado crie possibilidades de resguardar seus interesses no MSC. Embora o Japão

---

<sup>127</sup> “[...] particularmente suas Marinhas de Guerra e Forças Aéreas”. (Tradução do autor).

<sup>128</sup> Código de Conduta Regional no MSC. (Tradução do autor).

<sup>129</sup> “Por exemplo, em setembro de 2004, a China e as Filipinas concordaram em uma exploração conjunta do campo de petróleo nas águas das Ilhas Spratly e março de 2005, a China, as Filipinas e o Vietnã chegaram a um acordo sobre o lançamento da exploração conjunta de petróleo E gás natural no Mar da China Meridional. No entanto, as Filipinas não concordaram com a renovação / prorrogação do contrato e retiraram-se do acordo em julho de 2008.” (Tradução do autor).

não seja um ator *ad intra* nesta região, a eclosão de conflitos armados nela afeta a segurança de suas LMCs, o que obriga Tóquio a ter capacidade de atuar na região. O crescimento do orçamento de defesa de Estados do Sudeste Asiático e a consequente modernização militar tem alterado a geopolítica da região, tornando-a mais sensível (JAPAN, 2010).

## **CAPÍTULO 4 - AS ESTRATÉGIAS NAVAIS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E DO JAPÃO PARA O MSC**

Diante da proposta deste capítulo em analisar as estratégias navais da RPC e do Japão, com base nos interesses nacionais de ambos os Estados evidenciados em seus Livros Brancos, este capítulo abordará as estratégias navais da RPC e do Japão como resposta aos anseios dos seus respectivos poderes política. O processo de formação de suas respectivas forças navais e como elas serviram e servem estrategicamente aos objetivos políticos traçados pelos seus dirigentes.

### **4.1. A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC**

Será analisado num primeiro momento, o lugar do poder naval no contexto da ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC), abordando sua importância na fundação dele e na manutenção da RPC enquanto Estado-nação. Por fim, analisará as fronteiras chinesas, tanto marítimas quanto terrestres, que são fonte de preocupações e interesses chineses. Neste período, tem-se Mao Zedong sendo esse responsável por estabelecer prioridades de segurança incumbidas ao poder terrestre, focando na integridade e estabilidade soberana territorial.

Serão analisadas mudanças domésticas e mudanças na conjuntura internacional que incidem sobre a RPC e levaram este Estado a privilegiar o poder naval, destacando mudanças internas engendradas por Deng Xiaoping. Isso resultou em importantes revisões nas prioridades de segurança dentro dos círculos de decisão do PCC e da Comissão Militar Central (CMC), colocando o mar como elemento central na defesa e segurança da RPC, uma vez que a integridade territorial estava assegurada (em relação ao período anterior). As necessidades por recurso e o acirramento da Guerra Fria trouxeram novos desafios ao Estado chinês que passa a ter o mar como principal fonte de preocupação. Nesse mérito, o crescimento da economia chinesa e sua reabertura ao comércio internacional colaboram para a re colocação do mar como fator estratégico primordial em decorrência da intensificação do comércio (escoamento de carga, importação de matérias-primas, combustíveis e demais recursos) que depende cada vez

mais das LMCs. Novas estratégias de segurança são elaboradas para este novo cenário, bem como para retomar a ilha de Taiwan<sup>130</sup>.

#### 4.1.1. ENTRE A TERRA E O MAR. O PODER NAVAL NA CHINA IMPERIAL

As instabilidades fronteiriças e rebeliões internas permaneceram durante a era republicana na primeira metade do século XX, mas é uma preocupação muito anterior a este contexto, pelo menos desde a Dinastia Ming (1368 - 1644). Isso demandou constantemente o preparo do poder terrestre. Ainda que este tenha ganhado primazia, o poder naval não foi completamente negligenciado, uma vez que a China Imperial também lidava com ameaças provenientes do mar. A visão estratégica do mar era basicamente defensiva. “*Beijing has abundantly used arguments based on the specificity of China's culture and strategic culture to explain that its ambition are strictly defensive and that its future use of the sea will be in line with Zheng He's peaceful expeditions*”<sup>131</sup>, (LYM, 2014, p.5).

A pirataria se tornou mais constante no MSC. Durante o século XIV, as guerras civis no Japão da Era Nanbokuchō<sup>132</sup> (embates entre as cortes do Norte e do Sul) tiveram como um dos muitos efeitos, o aumento da pirataria, ao passo que as conturbações sociopolíticas ocorridos junto ao domínio mongol que sacramentou sua hegemonia política com o advento da Dinastia Yuan (1280 – 1368) evidenciaram dificuldades dos poderes políticos centrais das duas unidades políticas em coibir tais

---

<sup>130</sup>TAIWAN DOCUMENTS PROJECT. *Mutual defense treaty between the United States of America and the republic of China*. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm>>. Acesso em: 28 set. 2017.

<sup>131</sup> “Pequim utilizou abundantemente argumentos com base na cultura estratégica da China para explicar que sua ambição é estritamente defensiva e que o seu futuro uso do mar é alinhado com o passado das expedições pacíficas de Zheng He”. (Tradução do autor).

<sup>132</sup> Período conhecido também como a *era das Cortes Hokuchō e Nanchō*. Constitui um período da história do Japão, ocorrido entre os anos de 1336 e 1392. Neste período, estiveram em conflito dois Cortes Imperiais, o do Norte (Hokuchō), estabelecido por AshikagaTakauji em *Kyoto*, e a do Sul (Nanchō), estabelecido pelo Imperador Go-Daigo em *Yoshino*. Período marcado por constantes tentativas a Corte de o Sul subjugar a Corte do Norte durante cinquenta anos. DEAL, William E. *Handbook to life in medieval and early modern Japan*. Infobase Publishing, 2005.

atividades. Por consequência, os *Wokou*<sup>133</sup> tiraram proveito dessa instabilidade e construíram domínios na costa, visto como uma ameaça à dinastia Yuan, e posteriormente, à dinastia Ming.

Com efeito, as forças navais chinesas nesse contexto eram projetadas para atuar principalmente contra esse tipo de ameaça e não necessariamente contra outros Estados. O tamanho das embarcações, o tipo de tecnologia empregada, a disposição dos comandos militares e as doutrinas utilizadas eram projetados para lidar com pirataria. No século XIV, com a ascensão da Dinastia Ming, a China experimentou uma projeção marítima sem precedentes, mas permaneceu como uma potência terrestre.

O século XIX, no contexto da Dinastia Qing governando o país, apresenta uma conjuntura externa e interna completamente diferente. As derrotas militares na Guerra Sino-Francesa<sup>134</sup>, Rebelião Taiping<sup>135</sup> e as Guerras Sino-Japonesas para potências estrangeiras oriundas, sobretudo do mar, marcaram a derrocada política e social da China. A supremacia naval conferida pela alta tecnologia provou a inferioridade que a China possuía neste setor frente a tais potências que abriram portas para a dominação de diversas partes do território chinês. Já no final do século XIX, nos círculos de tomadas de decisão da cambaleante Dinastia Qing, o pensamento em relação ao mar e ao oceano mudou, ainda que tardiamente.

---

<sup>133</sup> Termo utilizado em países do Extremo Oriente para designar atividades de pirataria. *wakō* em japonês, *wōkòu* em mandarim ou *waegu* em coreano era utilizado para se referir aos piratas que atacavam as costas da China e Coreia em meados do século XIII. Em geral, os **wakō** eram *rōnin* (samurais sem um senhor), comerciantes ou contrabandistas japoneses, mas durante os séculos a prática também se estendeu para chineses. A etimologia desse termo japonês (*wakō*) era "bandidos do país de Wa", se referindo ao Japão.

DEAL, William E. *Handbook to life in medieval and early modern Japan*. Infobase Publishing, 2005

<sup>134</sup> Foi uma guerra entre a China Imperial governada pela Dinastia Qing, junto com o atual o Vietnã contra a Terceira República Francesa, entre agosto de 1884 e abril de 1885. Paris almejava ter o controle do Rio Vermelho, que ligava Hanói a Yunnan, uma província chinesa rica em recursos. Como resultado da guerra, a França anexou as regiões de Tonkin e Annam à Indochina Francesa.

OLENDER, Piotr. *Sino-French Naval War 1884-1885*. Stratus, 2012.

<sup>135</sup> A Rebelião Taiping (1851-1864) um confronto entre as forças da China Imperial governada pela Dinastia Qing e um grupo inspirado por um místico autoproclamado, chamado Hong Xiuquan (ou Hung Hsiu-ch'uan) (1813-1864), objetivando substituir a tradição confucionista e budista por algo novas filosofias e culturas. O confronto expôs ainda mais a dificuldade do poder central da China em manter a soberania e controle do seu território, perdendo cada vez mais legitimidade.

YU, Maochun. *The Taiping Rebellion: A Military Assessment of Revolution and Counterrevolution. A military history of China*, v. 149, 2002.

#### 4.1.2. 1949. O NASCIMENTO DA PLA NAVY E A SEGURANÇA CONTINENTAL

Na história da China Imperial, as preocupações com as atividades de pirataria no contexto da Dinastia Yuan permaneceram constantes durante a Dinastia Ming, esta última elevou ainda mais a importância ao setor marítimo quando governou. Preocupações estratégicas as quais a *PLA Navy* muito tem resgatado. No entanto, mesmo o apogeu do poder marítimo chinês ter ocorrido no contexto da dinastia supracitada, a China Imperial permaneceu como uma potência eminentemente terrestre. A Dinastia Qing manteve a prioridade estratégica das forças terrestres, acentuando-a na medida em que perdia a soberania sobre o território. Com o PCC em sua fase inicial não foi diferente, onde a sua hegemonia na correlação de forças políticas na Guerra Civil Chinesa (1927–1937) foi marcado por uma vitória das forças comunistas no âmbito terrestre (LYM, 2014).

Isto posto, a *PLA Navy* nasce como o ramo naval do PLA (braço militar do PCC), composto inicialmente por guerrilheiros recrutados das classes operárias e camponesas, empenhados no combate as forças nacionalistas, no plano interno, e combater possíveis invasões de outros Estados potencialmente tentados a influenciar no curso dos acontecimentos para um *status quo* favorável a eles, como o Japão (LYM, 2014). Sua tarefa é auxiliar na restauração da soberania plena sobre o território.

#### 4.1.3. A ARTE DA GUERRA NO MAR. APRENDENDO COM OS SOVIÉTICOS

Tendo esse contexto como pano de fundo, de alguma forma a experiência naval do passado, na perspectiva do poder político chinês capitaneado pelo PCC, não mais seria suficiente para lidar com os novos desafios do período pós-guerra. A continuação das práticas existentes não mais garantiria a segurança chinesa e a visão estratégica empregada pela Dinastia Qing precisava ser revista. Fazia-se necessária a busca por uma parceria estratégica a fim de aprender práticas, tecnologias e instituições de base para a modernização completa das forças armadas chinesas. A ex-URSS apresentava esse modelo por questões ideológicas (afinidade entre regimes comunistas num primeiro momento) e por questões geopolíticas referentes ao balanceamento de poder

com as potências do mundo ocidental, sobretudo os EUA visto como inimigo por Pequim e Moscou.

Confirmada a necessidade de revisão das estratégias navais, a questão seria a respeito dos termos desta revisão e quais tipos de equipamentos e embarcações seriam adquiridos. Tal condução ocorreu no biênio de 1949-1950 com a visita de Zhang Aiping e Mao Zedong a Moscou. Essas negociações resultaram em empréstimos para aquisição de equipamentos e belonaves. Tais negociações dificultaram aquisição de navios de grande porte em decorrência dos acontecimentos da Guerra da Coreia<sup>136</sup> em junho de 1950. Pequim acabou por adquirir navios de pequeno porte para o combate nesta guerra e conter possíveis ameaças a sua porção continental (LYM, 2014).

Moscou decidiu colaborar na construção de uma escola de guerra naval para o desenvolvimento de estratégias marítimas que tinha como premissas básicas:

1. O novo regime comunista estava sob ameaça de ingerência externa e, internamente, as lutas domésticas em vigor;

---

<sup>136</sup> Tal acontecimento data do final da I Guerra Sino-japonesa. Com a derrota da China Qing, Japão obtém controle sobre a península tornando um protetorado; logo depois, tal situação é sacramentada com a vitória japonesa na Guerra Russo-Japonesa (1904–1905) com a assinatura do Tratado de Eulsa em 1905 e depois pelo tratado de Anexação Japão-Coreia em 1910, antes, zona de influência da China, impondo sérias políticas de assimilação cultural, uso de jovens coreanos para trabalho forçado e envio destes mesmos para territórios ocupados pelo Japão no palco a II Guerra Mundial. Com a derrota nipônica no conflito após os ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki, a legitimidade da dominação japonesa foi perdida no âmbito as potências mundiais e das sociedades civis, e diversas unidades políticas demandaram emancipação em 1943, em uma conferência no Egito, RDC, Reino Unido e EUA acordaram que a Coreia deveria se tornar independente, de modo que 1945, na Conferência de Yalta, foi acertado que o novo país estaria na zona de influência soviética como moeda de troca em relação ao apoio soviético contra o Japão, sendo responsável pela ocupação do norte do país, e o sul com as potências ocidentais, divididas pelo Paralelo 38, sem nenhuma consulta aos coreanos, que iniciaram uma série de protestos e movimentos armados contra a ordem estabelecida pela Comissão Americano-Soviética que administrava o país. Ocorreram eleições gerais no norte e no sul, de modo que nesta porção, o presidente eleito possuía uma linha anticomunista (Syngman Rhee), expulsando comunistas da vida política do sul em direção ao norte, que elegeu Kim Il-sung. Ambos querendo reunificar o país sob seus respectivos regimes, sendo norte muito militarizado pela China e ex-URSS. O início do conflito se deu de forma duvidosa quanto a qual lado iniciou a mobilização. O sul recebeu apoio o Conselho de Segurança da ONU e dos EUA que os muniam militarmente a partir de então que acabaram por repelir as forças de Il-sung para o norte, mudando os rumos da batalha para dentro do norte em favor de Rhee e seus aliados ocidentais, até a entrada definitiva da China e ex-URSS, equilibrando o conflito fazendo os aliados recuarem para trás do Paralelo 38, gerando um impasse diante da incapacidade de ambos os lados avançarem, até 1953 com a assinatura do armistício que formalizou a divisão das Coreias e estabeleceu a desmilitarização a região do paralelo até os dias de hoje.

WHITING, Allen Sues. *China crosses the Yalu: The decision to enter the Korean War*. Stanford University Press, 1968.

2. Iminência de desembarques anfíbios provenientes de nações inimigas (naquele contexto), sobretudo em relação aos EUA;
3. Marinha de Guerra plenamente capacitada para conter inimigos;
4. Preparação adequada mesmo em situações de restrições orçamentárias;
5. Aprimorar infraestrutura industrial deficiente para desenvolver equipamentos de uso dual;
6. Ter como referência a fronteira marítima russa cercada por potenciais esquadras inimigas (LYM, 2014, p.60).

A parceria rendeu aos chineses a aquisição de dois contratorpedeiros<sup>137</sup>, quatro submarinos e grande número de navios- patrulha, dez corvetas, dúzias de botes fluviais e quarenta navios de desembarque anfíbio<sup>138</sup>. Também foram adquiridas embarcações para auxílio na manutenção de estaleiros e instalações em terra para apoio ao poder marítimo, bem como a construção de fortificações terrestres na costa e a criação de centros de formação profissional naval (LYM, 2014).

Evidencia-se um caráter defensivo, mas com maleabilidade para ter certa ofensividade. Tal caráter pode ser expresso no conceito de “Guerrilha no Mar”<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup>Um contratorpedeiro (*Destroyer* em inglês) constitui embarcação um tipo de navio de guerra, rápido e manobrável, com uma pequena autonomia, concebido para escoltar navios maiores numa esquadra ou comboio de navios e defendê-los contra agressores menores, mas perigosos. Como a sua designação indica, a missão inicial dos contratorpedeiros era a defesa contra torpedeiros, mas, com o passar do tempo, a missão passou a ser, sobretudo, a defesa contra submarinos e aeronaves. PRESTON, Antony. **Destroyers**. Hamlyn, 1977.

<sup>138</sup>Também chamado de Navio de Desembarque Doca, é similar a um dique flutuante, com propulsão própria, que, por alagamento dos tanques de lastro e aberturas de portas na popa, permite o desembarque no mar de carros lagarta anfíbia e embarcações de desembarque. BRASIL. **Glossário das Forças Armadas 2007**: Navio de Desembarque Doca. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

<sup>139</sup> Combate assimétrico, uso do ambiente como arma de batalha, utilizando não o combate corpo-a-corpo, mas emboscadas e armadilhas para desorganizar forças inimigas. Para tal, o principal estratégia é a ocultação e extrema mobilidade dos combatentes, chamados de guerrilheiros, incluindo, mas não limitado a civis armados (ou "irregulares"). Como tal, esse conceito Pode ser aplicado a batalhas navais, conceituada como Guerrilha Naval, ou no Mar, comumente empregada na China Comunista, conceito criado por Mao Zedong. VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. Editora Contexto, 2013.

A estratégia chinesa deste a fundação da RPC foi eminentemente defensiva, no entanto, o grau de ofensividade era voltado para a recuperação de arquipélagos ainda ocupados pelo *Kuomintang*, como Taiwan e mais adiante, para estabelecer soberania no MSC. Para tais objetivos, foi necessário o desenvolvimento e capacitação de forças anfíbias<sup>140</sup> apoiadas por uma logística apropriada e cobertura aérea eficaz. Ainda que tais tarefas sejam tidas como ofensivas, na perspectiva chinesa, são lidas como tarefas defensivas pelo fato de Taiwan ser considerada uma província, portanto, parte do território chinês. O mesmo vale para o MSC.

No entanto, era necessária a preparação para lidar com a possibilidade de interferência estrangeira, sobretudo estadunidense, como ocorreu na década de 1950 durante a Guerra da Coreia. Neste contexto, entre 1954 e 1955, na chamada Primeira Crise do Estreito de Taiwan<sup>141</sup>, Pequim assistiu ao desdobramento da operação da 7<sup>o</sup> Esquadra da *US Navy*<sup>142</sup> para o Estreito de Taiwan, a fim de resguardar o *status quo* da ilha. Seu deslocamento através do estreito causou perplexidade às autoridades da RPC

---

<sup>140</sup> Operação Anfíbia / guerra anfíbia designa uma operação militar desdobrada a partir do mar por uma força naval ou de desembarque em navios ou embarcações, demandando o desembarque em uma praia hostil ou potencialmente hostil.

DE SOUSA, Alessandro Mello. **O Corpo de Fuzileiros Navais como ferramenta de projeção de poder nas Relações Internacionais do Brasil no século XXI**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

<sup>141</sup> Foi um conflito militar envolvendo RPC E RDC (Taiwan) reduto do Kuomintang. A RPC tomara o controle de algumas ilhas Ilhas Yijiangshan, obrigando Taiwan se retirarem da Ilhas Tachen. Com efeito, as marinhas dos EUA e Taiwan se uniram para a evacuação de pessoal militar e civil dessas ilhas para Taiwan. Devida a distância de 150 km entre Taiwan e essas ilhas, agora controladas pela China, confrontos de artilharia eram constantes. Com a reanexação dessas ilhas, os territórios em posse do Kuomintang se reduziram a Taiwan, Ilha de Pescadores e a pequenos arquipélagos ao longo do estreito. Tal ofensiva da RPC causou a assinatura do O Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan em 1954, se aplicando a defesa desta ilha e da ilha de Pescadores, e o desdobramento de três porta-aviões da Sétima Esquadra para a região e algumas operações aéreas baseadas em Taiwan. No dia 18 de janeiro de 1955, a RPC invadiu as Ilhas Dachen e as Ilhas Yijiangshan. A Sétima Esquadra não interferiu diretamente na ajuda da evacuação das forças nacionalistas e modo que as forças do PLA não estavam autorizadas a abrir fogo contra tropas estadunidenses. Ao término de janeiro, foi aprovada uma resolução, nas duas casas do Congresso dos EUA que autoriza o uso de força para a defesa de Taiwan, Ilha de Pescadores e "territórios relacionados" no Estreito de Taiwan, o que ampliava a proteção norte-americana a Taiwan. KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Penguin, 2011

<sup>142</sup> A US Navy é dividida em forças-tarefas em áreas geográficas específicas ao redor do mundo para garantirem os interesses estadunidenses em suas respectivas páreas de responsabilidade, de modo que a região Ásia-Pacífico é de responsabilidade da 7<sup>o</sup> Esquadra. COMMANDER, U.S. 7<sup>TH</sup> FLEET. **History**. Disponível em: <<http://www.c7f.navy.mil/subs-and-squadrons/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

por conta da superioridade aeronaval que os EUA demonstraram nas águas do Pacífico (LYM, 2014). Tal fato foi importante para uma reavaliação das capacidades chinesas como um todo, agora, com suas fragilidades evidenciadas diante do maior perigo daquele contexto, que era dos EUA.

#### 4.1.4. CONSOLIDAÇÃO DA DEFESA COSTEIRA E A SITUAÇÃO DOS ARQUIPÉLAGOS: 1955-1959

A deflagração da Guerra da Coreia foi um divisor de águas dentro do pensamento estratégico do PLA. A superioridade naval estadunidense garantida pelas suas bases de apoio permitiram a Washington atuar em um teatro de operações navais consideravelmente distante do seu continente. Este fato chamou a atenção de Pequim.

Contudo, as forças terrestres do PLA foram estrategicamente bem-sucedidas no teatro de operações terrestres em incursões diretas, sendo suficientes para mudar os rumos da guerra para um cenário mais favorável aos norte-coreanos, como desejava o poder político chinês. Esta guerra não foi essencialmente um conflito naval, provando, de alguma forma, a eficácia do sistema defensivo chinês em quase todos os teatros, mas causando importantes choques de avaliações de oficiais chineses a respeito do desempenho do PLA. Alguns deles sugeriram a mudança do conceito “Guerra Popular”<sup>143</sup>, para “Guerra Popular Moderna”, agregando alta tecnologia aos dispositivos militares e às estratégias a serem adotadas. No entanto, esta mudança doutrinária foi dificultada pela necessidade de manter o novo conceito alinhado à ideologia de Mao Zedong e pela necessidade de mais recursos para sua aplicação. Recursos esses indisponíveis no momento em virtude da necessidade de construir armamentos nucleares, fundamentais para a o desenvolvimento da Dissuasão<sup>144</sup> nuclear chinesa,

---

<sup>143</sup> Conceito criado por Mao Tsé-Tung no contexto da Guerra Civil de 1949, onde estipulava estrategicamente que por meio do constante apoio popular, o inimigo seria atraído para o interior do país, sendo derrotado por forças populares em um misto de guerra móvel com guerra de guerrilha. KISSINGER, Henry. *On China*. Penguin, Canada, 2011.

<sup>144</sup> “Preferir a situação resultante da inação à que resultaria da ação, na hipótese de que esta acarretasse as consequências previstas, isto é, no plano das relações internacionais, a execução de uma ameaça implícita ou explícita. Um Estado será tanto mais sensível à dissuasão quanto mais acreditar na execução da

objetivo principal de Mao Zedong no contexto da ameaça nuclear dos EUA durante os anos 1950. Tal conjuntura interna e externa resultou na manutenção das forças terrestres como principais forças chinesas, mantendo a *PLA Navy* ainda relegada como força de apoio por quase dez anos.

A Guerra da Coreia não mudou a crença do Estado chinês de que a defesa costeira, até então arquitetada, poderia conter uma invasão estadunidense, de modo que a construção de uma “Marinha de Águas Azuis”<sup>145</sup> não tivera sido planejada até então. (LYM, 2014). A principal determinação de Mao Zedong em adquirir dispositivos de dissuasão nuclear vem do desgaste nas relações com Moscou, colocando a ex-URSS como uma ameaça à RPC, sobretudo em termos nucleares. À *PLA Navy*, no âmbito da defesa costeira, cabia o combate às forças do Kuomintang e capturar de ilhas sobre posse do mesmo.

A força estadunidense operando em águas próximas as reclamadas por Pequim durante a Guerra da Coreia e a Crise do Estreito de Taiwan de 1954-1955 foram elementos que impulsionaram a modernização naval chinesa para reduzir as disparidades de força em relação a *US Navy*. (LYM, 2014). Isto posto, a *PLA Navy* em 1955 ganha sua Força Aeronaval<sup>146</sup>, a *PLA Navy Air Force* (nome em inglês para Força Aérea da Marinha do Exército de Libertação Popular), com a missão de dar suporte aéreo a navios de superfície e resguardar perímetros no âmbito de operações de guerra antissubmarino. Esta força contou inicialmente com 80 caças<sup>147</sup>, incluindo “Mg 15”,

---

ameaça pelo adversário; quanto maiores for os danos causados por essa execução e quanto mais aceitáveis parecer à alternativa da nação.”

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. UNB/IPRI, 2002.

<sup>145</sup> Força naval capaz de operar em águas internacionais.

MACHADO, Luís Rodrigo et al. Elementos da modernização naval chinesa: a política de defesa e a doutrina naval sob a luz de seus desafios estratégicos. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 33-34, p. 75-90, 2016.

<sup>146</sup> Força constituída por navios e unidades aéreas para fins administrativos. 2. Reunião de alas aéreas e navios-aeródromo, tanto quanto possível, homogêneos, incumbidos de uma missão de grande vulto ou duração.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas 2007**: Força Aeronaval. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

<sup>147</sup> Aeronave de combate equipada para destruir aeronaves no ar e atacar alvos de superfície.

bombardeiros<sup>148</sup> a jato “II-28” (modelo ainda em atividade) e turbo-hélices<sup>149</sup> de ataque modelo “Tu-2”. A partir de 1958, passou a contar com aproximadamente 470 caças.

É importante salientar que a *PLA Navy* foi dividida em quartéis gerais e esquadras localizadas em locais estratégicos para a proteção dos mares territoriais chineses. (Ver mapa da figura 8 no anexo). Nesses espaços ocorre a existência de três esquadras: a *North Sea Fleet* (Esquadra do Mar do Norte), a *East Sea Fleet* (Esquadra do Mar do Leste) e a *South Sea Fleet* (Esquadra do Mar do Sul). Esta última está direcionada ao MSC. No passado, esta esquadra se destacou na retomada da cidade de Hainan, sob domínio do Kuomintang além do monitoramento e preparo contra ameaças referentes à Guerra Franco-vietnamita<sup>150</sup>, em 1954.

---

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas 2007**: Aeronave de caça. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

<sup>148</sup> Aeronave de combate que tem como missão principal o ataque contra alvos de superfície.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas 2007**: Aeronave de ataque. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

<sup>149</sup> Avião a jato, com designações semelhantes aos caças, porém, com seu motor a jato movido por hélices.

BERTAZZO, Roberto Portella. **A crise da indústria aeronáutica brasileira: 1945-1968**. Monografia (Bacharel em História) –ICHL/UFJF, Juiz de Fora, 2003.

<sup>150</sup> Mais conhecida como Guerra da Indochina, ocorreu entre 1954 e 1956, colocando França e a Indochina francesa (antiga colônia que hoje corresponde aos atuais Estados do Camboja, Laos e Vietnã). O resultado foi à derrota da França e a emancipação e descolonização da Indochina francesa dando origem a esses atuais países. O movimento foi iniciado pelo Partido Comunista local, apoiado por China e União Soviética almejando a independência da colônia. As forças comunistas dessa colônia se concentraram a partir do norte do atual Vietnã. Ao término do conflito, com a independência sacramentada pelos Acordos de Genebra de 1954, limitando forças leais aos comunistas ao norte do Paralelo 17 da Zona Desmilitarizada do Vietnã. Dois Estados foram formados após a partição: a República Democrática do Vietnã no norte e o Estado do Vietnã, no Sul até as eleições de 1956, quando o país deveria ser reunificado, mas diante de um golpe do primeiro-ministro do Estado do Vietnã, NgôĐìnhDiêm, derrubou BảoĐại em um referendo de legitimidade duvidosa para a comunidade internacional organizado por seu irmão NgoĐìnhNhu e proclamou-se presidente da República do Vietnã. Tal situação evoluiu para a Guerra do Vietnã (1954-1975), ou segunda Guerra da Indochina. MAGNOLI, Demétrio. **Guerras da Indochina**. Historia das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

Por conseguinte, a criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático<sup>151</sup> trouxe grandes preocupações geopolíticas à RPC, colocando esta recém-criada Esquadra contra uma possível articulação militar dos Estados desta organização.

#### 4.1.5. OS ANOS 1960-1976, UMA NOVA SITUAÇÃO, NOVOS INIMIGOS E NOVAS NECESSIDADES

A ortodoxia maoísta permanecia hegemônica dentro do Estado, conduzindo assim, o processo de modernização, implicando em uma permanência do conceito de Guerra Popular. Tal ortodoxia era avessa à implementação de alta tecnologia, como ficou demonstrado nos vetos às tentativas do ministro da defesa de Mao Zedong, Lin Biao<sup>152</sup> em direcionar investimentos para agregar alta tecnologia às FFAA.

No plano internacional, o afastamento político-estratégico entre RPC e ex-URSS no ano de 1959, motivado por desentendimentos entre Nikita Krushnev<sup>153</sup> e Mao Zedong, marcou a interrupção das assessorias soviéticas aos planos de modernização militar da RPC, paralisando planos a serem realizados e planos já em vigor.

---

<sup>151</sup>Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Em inglês, *The Southeast Asia Treaty Organization – SEATO*) organização internacional voltada para defesa coletiva, criada no contexto do *Tratado de Defesa Coletiva do Sudeste Asiático* ou Pacto de Manila, protocolado em 8 de setembro de 1954, estabelecida formalmente num encontro em Bangkok, Tailândia, em fevereiro de 1955, estabelecendo lá, seu quartel general, com objetivo de conter prováveis avanços comunistas no sudeste da Ásia. A organização foi dissolvida em 30 de junho de 1977.

ACHARYA, Amitav et al. *Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the Problem of Regional Order: ASEAN and the Problem of Regional Order*. Routledge, 2014.

<sup>152</sup> Político e militar chinês (1907-1971). Participou da Longa Marcha pelo PCC, lutou contra a dominação japonesa na Manchúria e participou de muitas batalhas contra as forças do kumintang e lutou na Guerra da Coreia. Foi ministro da defesa durante a gestão de Mao Zedong, implementando uma série de medidas que transformaram o PLA em importante força política dentro do Estado.

MACFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. *Mao's last revolution*. Cambridge, 2006.

<sup>153</sup> Secretário-geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), entre 1953 e 1964 sucedendo Joseph Stalin como líder da ex-URSS. Em sua gestão, a criação do Pacto de Varsóvia em 1955 como resposta a OTAN, o Programa Espacial Soviético com o lançamento do satélite Sputnik em 1957, e a chegada do primeiro ser humano ao espaço sideral com Yuri Gagarin em 1957 foram fatos marcantes. Foi o principal mentor da Doutrina de Coexistência Pacífica entre ex-URSS e EUA (com seus aliados). No entanto, as conversações com os EUA e a recusa na cooperação para o desenvolvimento da dissuasão nuclear chinesa causaram o descontentamento de Mao Zedong e o afastamento das relações entre RPC e ex-URSS.

KHRUSHCHEV, Sergei N. (Ed.). *Nikita Khrushchev and the Creation of a Superpower*. Penn State Press, 2010.

No mesmo período, a escalada de tensões envolvendo o mar se intensificou. O envolvimento estadunidense no Vietnã<sup>154</sup> preocupou a RPC na medida em que a crescente presença militar estadunidense no Sudeste Asiático (entorno estratégico chinês) era desafiadora. A presença da Sétima Esquadra dos EUA nesse conflito e seu respectivo tráfego pelo MSC constitui um incômodo para Pequim (LYM, 2014).

No entanto, nos anos 1960, a ex-URSS passou a ser considerada como ameaça. Litígios fronteiriços mal resolvidos e competição dos dois modelos de comunismo moldaram as tensões. Tais litígios ocorreram no entorno da Ilha Zhenbao<sup>155</sup> (assim nomeada pelos chineses e Damansky, nomeada pelos soviéticos) localizada ao longo do Rio Amurn, envolvendo reclamações de soberania de ambos os Estados. Tal situação escalou a ponto de ocorrerem conflitos terrestres armados nessa localidade. A deflagração desse conflito sino-soviético teve como consequências para o PLA a intensificação de investimentos nas forças terrestres, tendo como agravante o fato de possuir fronteiras diretas com a RPC no Norte (preocupação história dos governos chineses, desde as primeiras dinastias), elemento este somado à proximidade da capital Pequim e a existência de recursos naturais e indústrias nessas regiões. Isso incumbiu à PLA Navy o papel de apoio às forças terrestres na medida em que a ex-URSS também era uma potência terrestre e trazia ameaças dessa natureza ao território chinês.

Nesse mesmo contexto, a RPC engendrou esforços para desenvolver seu programa nuclear. As tensões com EUA e ex-URSS, dois Estados nucleares, impulsionaram o poder político chinês a desenvolver artefatos nucleares como forma de

---

<sup>154</sup> Foi um conflito armado ocorrido no Sudeste Asiático entre 1955 e 30 de abril de 1975. Este conflito colocou em lados postos, a República do Vietnã (Vietnã do Sul) e os EUA, com participação, da Coreia do Sul, da Austrália e da Nova Zelândia (apoio logístico); e a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FNL). A RPC, a Coreia do Norte e, principalmente, a URSS prestaram apoio logístico ao Vietnã do Norte, sem envolvimento efetivo no conflito. Em 1965, os EUA enviaram tropas para sustentar o governo do Vietnã do Sul, que diante de sua incapacidade de conter o movimento insurgente de nacionalista e comunista, que se haviam aderido à Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FNL). Apesar da superioridade militar e econômica, os estadunidenses não foram capazes de alcançar esse objetivo, pelo fato dos vietcongues do norte utilizar táticas de combate de Guerrilha, tornando tal superioridade incapaz de enfrentar essa nova modalidade de guerra, obrigando-os a se retirarem do país em 1973 e dois anos depois o Vietnã foi reunificado sob o governo socialista, tornando-se oficialmente, em 1976, a República Socialista do Vietnã. BUZZANCO, Robert. *Masters of War: military dissent and politics in the Vietnam era*. Cambridge University Press, 1997.

equilíbrio nas relações com Washington e Moscou. A primeira bomba atômica chinesa foi testada em 1964, bem sucedida<sup>156</sup>. Nesse sentido, a PLA Navy recebeu mais recursos com o desenvolvimento de mísseis balísticos intercontinentais. Tal desenvolvimento impulsionou a construção de Submarinos Lançadores de Mísseis Balísticos<sup>157</sup>, plataformas ideias para o lançamento destes dispositivos e assegurar as capacidades de ocultação de artefatos nucleares, aumentando capacidades de retaliação em caso de agressão nuclear. Logo, o desenvolvimento dessas belonaves colocou a PLA Navy em grau e importância um pouco maiores.

Outra consequência desse conflito foi um deslocamento geopolítico da RPC no tocante às suas parcerias estratégicas, tendo ocorrido um profundo afastamento sino-soviético ao passo que este país se aproximava cada vez mais dos EUA. (LYM, 2014).

Embora a ameaça colocada pela ex-URSS à RPC fosse majoritariamente terrestre, também trazia ameaças marítimas. A então Esquadra Soviética do Pacífico<sup>158</sup> era outro elemento de ameaça à RPC, pois possibilitava desembarques anfíbios em praticamente qualquer parte da costa chinesa e/ou de arquipélagos em posse dela ou com algum tipo de litígio.

#### 4.1.6. A REVOLUÇÃO CULTURAL DE 1966 E SEUS EFEITOS PARA A MODERNIZAÇÃO NAVAL

---

<sup>156</sup> Como codinome 596, o primeiro teste nuclear da RPC aconteceu em 16 de outubro de 1964 surpreendendo os EUA e a ex-URSS. Possuía 22 quilotons (a mesma potência da Fat Man, bomba atômica lançada sobre Nagasaki, em 1945), sendo um artefato de design de implosão, tornando a RPC a quinta potência nuclear do mundo.

CHASE, Michael S. Assessing China's Evolving Nuclear Capabilities. In: **Assessing China's Power**. Palgrave Macmillan, New York, 2015. p. 91-111.

<sup>157</sup> Tipo submarino de propulsão nuclear que porta mísseis balísticos (SLBMs) com ogivas nucleares. É parte fundamental de uma estratégia de dissuasão nuclear que atribui à capacidade do Estado que os detém de revidar uma agressão nuclear nas mesmas proporções graças a sua furtividade.

DINIZ, Eugenio. Armamentos Nucleares: Dissuasão e Guerra Nuclear Acidental. **Carta Internacional**, v. 11, n. 1, p. 9-62, 2016.

<sup>158</sup> A Marinha da Rússia, herdeira da Marinha da ex-URSS, é dividida em esquadras com áreas de atuação específicas. Tem-se a Esquadra do Báltico, Esquadra do Mar Negro, Esquadra do Norte, Esquadra do Pacífico e a Flotilha do Mar Cáspio.

RUSSIAN SHIPS.INFO. *List of active Russian Navy ships - 2017*. Disponível em: <<http://russianships.info/eng/today/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

Ainda no tocante às mudanças ocorridas na conjuntura político-estratégica da RPC nos anos 1960, a Revolução Cultural Chinesa ganha destaque ao trazer algumas contribuições para o desenvolvimento das forças militares do país de modo geral. Tal acontecimento no país nasce a partir dos pensamentos de Mao Zedong a respeito da recuperação econômica da RPC após o fracasso do “Grande Salto Adiante”<sup>159</sup> assim como neutralizar oposições dentro do partido.

No aspecto militar, a *PLA Navy* permaneceu como uma extensão das forças terrestres. Tendo alcançado progressos no seu desenvolvimento, mas limitada ainda pelas doutrinas anteriores. Outro fator limitador do desenvolvimento tecnológico para a *PLA Navy* consistia na crença da ideologia maoísta que defendia uma sobrenatural excepcionalidade chinesa que era superior à tecnologia estrangeira.

No decorrer da Revolução Cultural, a “Gangue dos Quatro”<sup>160</sup>, formada por Mao Zedong, Jiang Qing, Yao Wenyuan e Zhang Chungqiao, foi um elemento importante dentro da política de modernização naval por ter em seu quadro os políticos mais influentes da RPC no momento. Dois desses membros, Qing e Chungqiao, opuseram-se a ceder mais recursos à força naval dentro do PCC, Qing foi ferrenho opositor das políticas de desenvolvimento de mísseis navais, enquanto Chungqiao apoiou uma visão “continentalista” desse processo em detrimento das forças navais (LYM, 2014). Demonstrando ser um grande empecilho a um desenvolvimento naval mais expressivo, a Gangue dos Quatro, de alguma forma, “atrapalhou” ideologicamente tal modernização colocando as forças navais chinesas ainda muito aquém das necessidades geopolíticas regionais e internacionais. Tais restrições que continuaram mesmo após a dissolução dessa coalizão em 1981 (data que marca o fim da Revolução Cultural).

Mesmo diante dessas dificuldades, a *PLA Navy* adquiriu sistemas de mísseis balísticos, em 1970, baseados em modelos soviéticos especialmente projetados para serem operados a partir de submarinos. Também conseguiu construir dez navios de patrulha armados com mísseis de cruzeiro, também de procedência soviética. Logrou

---

<sup>159</sup> Ver nota de rodapé número 3.

<sup>160</sup> Coalizão de força dentro do PCC, tendo esses 4 membros, principais mentores da Revolução Cultural. HUISKEN, Ronald. *Introducing China: The World's Oldest Great Power Charts Its Next Comeback*. ANU Press, 2010.

notório incremento de suas capacidades operativas, indo desde as tarefas de assistência às forças terrestres até controle de área marítima (sobretudo contra a pirataria), operações de busca e salvamento e garantir liberdade de navegação. Tais aquisições aumentaram as capacidades operacionais chinesas.

A nova Marinha de Guerra da ex-URSS era mal vista pela RPC no tocante a sua presença no Pacífico. Com um crescimento econômico mais intenso, as LMCs chinesas se encontraram ameaçadas pela força naval soviética, sobretudo por conta da Esquadra Soviética do Pacífico. A atuação de navios pesqueiros soviéticos em águas asiáticas também era fonte de preocupações de Pequim.

Tais conturbações no cenário externo suscitaram necessidades de um poder marítimo consistente e colocaram a *PLA Navy* em um lugar de maior destaque no contexto do governo de Deng Xiaoping (LYM, 2014). Tal conjuntura incentivou mudanças na alocação de meios e pessoal em relação à atuação no MSC. A criação do Corpo de Fuzileiros Navais em 1953, dissolvida em 1970, porém, restabelecida em 1980, subordinada à Esquadra do Mar do Sul, desponta importante marco para o estabelecimento de uma força de assalto anfíbio (LYM, 2014). Em relação a belonaves, submarinos da Classe *Luda* foram desenvolvidos a partir de modelos soviéticos da época, foram desenvolvidas fragatas da Classe *Jianghu* e embarcações de ataque rápido.

#### 4.1.7. A MARINHA DE DENG XIAOPING

O grande crescimento econômico experimentado pela RPC nos anos de 1980, mediante os planos econômicos de Xiaoping, favoreceu a expansão e modernização naval com recursos cada vez mais direcionados à força naval. Três fatos explicam tal dinâmica:

- 1 Reconhecimento de Xiaoping em relação ao fraco desempenho da *PLA Navy* na guerra contra o Vietnã<sup>161</sup>, ressaltando a necessidade de modernização naval;
- 2 Diretamente ligado ao fator anterior, a ameaça nuclear, terrestre e naval da ex-URSS levanta preocupações a Pequim. Nesse sentido, era direcionada aos líderes do PLA a necessidade de preparação para uma iminente guerra de proporções pequenas nas periferias da RPC, possivelmente nas regiões costeiras, contribuindo para o aumento de recursos direcionados à *PLA Navy*, de uma forma especial;
- 3 Influência dos pensamentos estratégicos de Liu Huaqing, sendo um dos oficiais-generais mais influentes e proeminentes do PLA, próximo de Xiaoping e escolhido por ele como líder da *PLA Navy*, tendo em sua formação, passagens pelas escolas de guerra da ex-URSS com foco em ciência e tecnologia aplicadas ao teatro de operações navais (LYM, 2014).

As aquisições externas majoritariamente vieram da ex-URSS nos primeiros anos da Guerra Fria até o momento em que as relações sino-soviéticas se deterioraram. Com a aproximação com os EUA, algumas das aquisições chinesas foram provenientes desse país como um pequeno número de torpedos<sup>162</sup> e motores propulsores de navios. Também foram feitas aquisições provenientes de países da Europa Ocidental como venda de sistemas de sensores e armas de fogo para proteção de infraestruturas de exploração de hidrocarbonetos, além de adquirir frotas pesqueiras (LYM, 2014).

---

<sup>161</sup> A guerra sino-vietnamita (vietnamita: *Chiến tranh biên giới Việt-Trung*, chinês simplificado: 中越战争; chinês tradicional; pinyin: *Zhōng-Yuè Zhànzhēng*), também conhecido como a Terceira Guerra da Indochina, foi uma guerra da fronteira travada entre a República Popular da China e a República Socialista do Vietnã no início de 1979. A primeira lançou a ofensiva em resposta à invasão e ocupação do Vietnã no Camboja em 1978 (que encerrou a regra do Khmer Vermelho). [19] O ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, escreveu que o líder chinês Deng Xiaoping viu isso como uma tentativa soviética de "estender seus maus tentáculos ao Sudeste Asiático e realizar uma expansão lá", o que refletiu a longa divisão sino-soviética. KISSINGER, Henry. *On China*. Penguin Canada, 2011.

<sup>162</sup> Projétil explosivo autopropulsionado que, (podendo ser lançado acima ou abaixo da superfície da água) operando debaixo de água, pode detonar ao entrar em contato com um determinado alvo ou ao aproximar-se deste. Pode ser lançado de submarinos, navios, helicópteros e aviões. ARCHIVE IS. *Navies in transition a history of the torpedo the early days*. Disponível em: <<http://archive.is/diiw>>. Acesso em: 09 out. 2017.

#### 4.1.8. O LEGADO DE LIU HUAQING

Como já foi dito acima, Liu Huaqing foi um oficial-general de grande importância para a modernização das FFAA chinesas, sobretudo em relação à PLA Navy, contribuindo para a configuração desta nos dias de hoje. Exerceu o posto de comandante da marinha de 1982 a 1987 e, logo depois, assumiu o posto de vice-chefe da CMC até 1992. Reestruturou profundamente a cadeia de comando e controle da PLA Navy, incentivando a criação de mais corpos de fuzileiros navais, modificando os sistemas de ensino e formação de oficiais nas escolas de guerra, criou uma complexa rede de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a aplicação em doutrinas de segurança nacional e internacional (LYM, 2014).

Contudo, sua maior contribuição foi o desenvolvimento da estratégia das “Cadeias Marítimas”. Huaqing elaborou uma nova doutrina de segurança nacional com ênfase na defesa costeira chinesa baseada no seccionamento de espaços marítimos que possuem relevância político-estratégica e econômica para a RPC. São as cadeias de ilhas (*Island Chains*, em inglês). Ao todo, são três cadeias de ilhas ao longo desses espaços:

1. Primeira Cadeia de Ilhas que inicia no Mar do Japão (chamado pelos coreanos do sul e do norte como Mar da Coreia), passa pelo Mar do Leste da China e MSC, pontilha as ilhas das Filipinas, Malásia e termina no Vietnã, envolvendo totalmente a ilha de Taiwan.
2. A Segunda Cadeia de Ilhas inicia-se também no Mar do Japão, estendendo-se ao Oceano Pacífico adentro, terminando na Indonésia. (Ver mapa da Figura 13).
3. A terceira Cadeia de Ilhas compreende os “mares distantes” (*Yáoyuǎn dì hǎiyáng*), compreendendo as ilhas do Oceano Pacífico.

Huaqing ainda prescreve um objetivo de interesse nacional da RPC: o desejo de criar uma Marinha de Águas Azuis com capacidade de operação ao redor do mundo.

“In the operational and tactical context of China's "active defense", [the PLA Navy] will follow the guiding principle of responding to the enemy offensive by our own offensive. In the other words, when the enemy carries out its attack against our shore, we will carry out counter-attack against the enemy's rear. (Liu 2007: 434)” (LYM, 2014, p. 64).

Perspectiva diferente da tradição militar chinesa, onde não se pensava o mar com importância em si mesmo, mas a partir da terra, como apoio às forças terrestres, o que é alvo de críticas de Huaqing. Dentro da linha de raciocínio de Huaqing, a influência soviética foi notória na medida em que pensadores navais soviéticos também seccionaram os espaços marítimos em áreas de interesse econômico e estratégico soviético com distâncias que separam os dois Estados em torno de 2 km aproximadamente, a saber:

1. Primeira região marítima - adoção de estratégia do tipo *Area of Sea Control*<sup>163</sup>;
2. Segunda região marítima - adoção de estratégia do *Area of Sea Denial*<sup>164</sup>;
3. Terceira região marítima - adoção de estratégia de “Reconhecimento e Interdição Submarina”<sup>165</sup>.

<sup>163</sup> Em português, Área de Controle consiste em garantir certo grau de liberdade de utilização, ainda que temporário, sobre certas áreas marítimas, fixas ou móveis, incluindo, como necessário, o controle do espaço aéreo sobrejacente, da superfície e da massa líquida subjacente exercido na intensidade adequada à realização de tarefas específicas. Não é, portanto, um fim em si mesmo.

MOURA, J. A. A. Controle e Negação. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2009, Londrina. *III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. Londrina.

<sup>164</sup> Em português, Área de Negação consiste em dificultar o estabelecimento ou a exploração do controle de alguma área marítima por parte do inimigo. É normalmente realizada por quem não tem condições de estabelecer o Controle de Área Marítima (CAM), portanto, um Poder Naval mais fraco ante o oponente ou quando não há interesse em mantê-lo.

MOURA J. A. A. Controle e Negação. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2009, Londrina. *III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. Londrina.

<sup>165</sup> Uma das principais tarefas de um submarino, especialmente o de propulsão convencional (diesel elétrico - baixa velocidade) é de interdição de área marítima, ou seja, ele fica pré-posicionado numa área

Para Huaqing, os interesses econômicos e estratégicos chineses passam por esses espaços geográficos marítimos, fazendo-se necessária a ação de uma força naval preparada para resguardá-los. LMCs vitais para a economia chinesa passam por esses espaços. Tal linha de pensamento de Huaqing o aproxima de pensadores do poder marítimo, como Mahan e Sergey Gorshkov<sup>166</sup>.

Após o fim da Guerra Fria, a *PLA Navy* recebeu diversos investimentos, ganhando maiores capacidades oceânicas, enviando grupos de tarefas para países do Ocidente. Foram adquiridos ainda mais meios militares como a compra de submarinos da Classe *Kilo* e aeronaves do “Su-27”, oriundos da Rússia, uma vez que a conjuntura pós-Guerra Fria possibilitou melhorias nas relações entre Pequim e Moscou, possibilitando alguma reaproximação entre ambos e favorecendo o processo de modernização naval chinesa (LYM, 2014). Contribuiu também para maior autonomia da força naval chinesa em relação às forças terrestres.

#### 4.1.10. INTERESSES MARÍTIMOS ESTRATÉGICOS E AS ILHAS ARTIFICIAIS

Na 14ª Reunião do PCC, o secretário-geral do partido, Jiang Zemin, em 1992, descreve como a missão do PLA defender a unidade territorial e os interesses chineses, especialmente no setor marítimo (LYM, 2014). A Marinha, dessa forma, recebe grande volume de investimentos antes do fim da Guerra Fria, pela necessidade de desenvolver submarinos nucleares. No entanto, é apenas o início da mudança do protagonismo da Marinha de Guerra, pois nesse período, as forças terrestres ainda eram as maiores destinatárias de investimentos ao passo que nos anos de 1990, esse quadro de desequilíbrio passa a pender mais favorável para a *PLA Navy*, que além da missão de

---

marítima importante (perto de um porto ou de um estreito do tipo Gibraltar, por exemplo) e estando lá terá como missão afundar os navios inimigos que por lá transitarem.

BRASIL. **Doutrina Básica da Marinha**. Estado-Maior da Armada. 2014.

<sup>166</sup> Sergey Gorshkov (1910-1988), oficial a Marinha Soviética durante a Guerra Fria, advogando NECESSIDADE da força naval soviética se converter em uma força capaz e atuação global, com princípios semelhantes aos de Mahan. MODELSKI, George; THOMPSON, William R. **Seapower in Global Politics, 1494-1994**. Macmillan, 1988

defesa e segurança, passou a ser encarada como um fator de desenvolvimento econômico nacional. Percepção até inédita para uma força naval na história chinesa.

Em relação ao Japão, as problemáticas são de longa data, muito anteriores à Segunda Guerra Mundial, mas que se escalonaram nesse contexto. Com disputas insulares com este país no mar do Leste da China e disputa por influência do MSC (proteção de LMCs e acesso a recursos, sobretudo), as movimentações políticas no interior do Estado japonês em reduzir as limitações constitucionais para ter maior autonomia no emprego de suas FFAA causam desconforto a Pequim, pois permitem que o Japão recorra ao uso da força para garantir seus interesses (muitos deles em rota de colisão com os interesses chineses). A aliança militar com os EUA, formalizada no Tratado de defesa Mútua Nipo-Estadunidense<sup>167</sup>, ainda em plena vigência, acirra as preocupações geopolíticas chinesas por trazer Washington para o lócus dessas disputas.

No campo das ameaças não tradicionais, o controle do tráfico de drogas via Estreito de Burma e de Malaca e a pirataria, reforçam o papel da *PLA Navy* em proteger suas LMCs. Empreendimentos chineses em parcerias com Estados do Sudeste Asiático despontam preocupação por parte de Pequim, por serem alvos potenciais de criminosos. Um exemplo é a construção de um oleoduto que possui início no mar de Andaman, passando por Mianmar e terminando justamente na província chinesa de Yunan (LYM, 2014).

Como parte importante da estratégia naval chinesa, as ilhas artificiais no MSC são alvo de tensões internacionais. Geograficamente ao sul, a RPC é banhada pelo MSC, enquanto a leste, é banhada pelo mar do Leste da China. Nestes dois espaços geográficos a RPC defronta uma série de arquipélagos que formam um cinturão que estrategicamente impedem a “saída” da RPC para o mar. A leste, ao defrontar as ilhas nipônicas, o acesso ao oceano Pacífico é dificultado, da mesma forma que ao sul, ao defrontar o arquipélago filipino, o arquipélago indonésio e as milhares de ilhas

---

<sup>167</sup>Firmado em 1957, formaliza a proteção norte-americana ao Japão. As Forças de Autodefesa do Japão são apenas auxiliares das Forças Armadas dos EUA e os interesses de segurança japoneses estão subordinados à estratégia global norte-americana. O que abre precedentes para ajuda japonesa caso os EUA façam uma interferência em prol de Taiwan.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN 外務省. *JAPAN-U.S. Security Treaty*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

espalhadas pelo MSC, o acesso ao Índico também é dificultado. Assim, a proteção de LMCs e mesmo a liberdade de navegação da RPC dependem de uma superação dessas barreiras naturais. As ilhas artificiais são enquadradas estrategicamente para este fim.

Com base em supostos documentos históricos, Pequim reivindica a soberania de quase toda a porção do MSC. A reivindicação chinesa data do início do século XX, em 1909, quando reclamou soberania sobre as ilhas Paracel, que as denominavam Xisha, dois anos antes do fim da Dinastia Qing. Na ocasião, os arquipélagos estavam sob ocupação militar do Japão, que explorou Guano<sup>168</sup> durante a I Guerra Mundial (SILVA, 2016).

Em fevereiro de 1948, outro marco da reivindicação chinesa sobre a soberania no MSC é lançado. O Ministério do Interior do Governo Chiang Kai-shek apresentou um mapa que apresentava 11 linhas tracejadas que delimitavam a soberania chinesa por quase toda a extensão do MSC, conhecido como *U-Shape Line*, mais tarde redesenhado com 9 traços, conhecido como *9 Dash Line*. Com o advento da CDNUDM, a posição chinesa nesta organização reafirma sua soberania sobre este espaço geográfico, com base nos mapas supracitados.

Nesse sentido, a RPC vem unilateralmente ocupando os arquipélagos Paracel e Spratly se utilizando de aterramentos para expandir as capacidades dos arquipélagos em sustentar vida. Este comportamento chinês é baseado nas considerações da CDNUDM sobre o conceito de ilha, onde estabelece que para ser classificada como tal, precisa ter a capacidade sustentar vida (ter fonte de água potável, espaços para moradia e etc.), sendo que os arquipélagos supracitados são compostos em sua maioria por rochedos (sem capacidade de sustentar vida). Aterramentos os transformam em ilhas “artificializadas” garantindo uma ZEE de 200 milhas náuticas que lhe permitem a exploração exclusiva de recursos naturais abaixo da linha d’água, mas com um agravante: na interpretação chinesa, operações de belonaves são proibidas dentro das ZEEs, o que leva a tensões com a constante presença da *US Navy* na região (SILVA, 2016).

Tal fato atende a um fim econômico, mas também a um fim militar. Este último aspecto é destacado por construções instaladas nas ilhas artificiais, que vão desde

---

<sup>168</sup> **Guano** é o nome dado às fezes de aves e morcegos quando estas se acumulam. Pode ser usado como um excelente fertilizante devido aos seus altos níveis de nitrogénio. O solo que é deficiente em matéria orgânica pode tornar-se mais produtivo com a adição de fezes.

estações de radar até aeródromos projetados para operar uma gama de aeronaves, além de instalações portuárias de uso dual. A operacionalidade destas construções nas ilhas artificiais não é divulgada por Pequim, muito menos as reais finalidades das mesmas. A não divulgação de informações é uma característica inerente do pensamento estratégico chinês que leva os contestadores de seus interesses a especular (sem provas concretas, apenas fotos de satélites) o grau de ocupação das ilhas pela RPC e lhe dar respaldo jurídico para negar reclamações de Estados vizinhos.

O propósito dual das ilhas artificiais está inserido em um contexto sócio econômico e político muito maior, o da iniciativa *One Belt One Road*<sup>169</sup>. Grande empreendimento econômico e comercial chinês onde o componente militar é o garantidor da segurança das atividades desenvolvidas. (Ver figura da mapa 11).

#### 4.1.11. UMA MARINHA DE ÁGUAS AZUIS. COMPETÊNCIAS, MISSÕES E DESAFIOS

A estratégia formulada pro Huaqing é eminentemente defensiva (na perspectiva chinesa), ainda que adquira capacidade de operar em águas mais distantes. Ainda não se pode afirmar que Pequim possui uma Marinha de Águas Azuis, pois suas principais tarefas são de caráter defensivo mediante as prioridades geopolíticas traçadas pelo poder central. Seus espaços geopolíticos de atuação prioritária não são distantes em relação ao continente, a saber, o MSC e o Mar do Leste da China. Para tal, uma Marinha de Águas Azuis não seria de urgente necessidade. A atuação de atores como o Japão e os EUA justifica uma estratégia de construção de uma “Marinha de Aguas Verdes”<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup>A One Belt One Road (Sīchóu zhī lù jīngjì dài yǔ 21 shìjì hǎishàng sīchóu zhī lù - 丝绸之路经济带与21世纪海上丝绸之路) é uma estratégia de desenvolvimento proposta pelo governo chinês que se concentra na conectividade e cooperação entre os países da Eurásia, algo que remonta os tempos da Rota da Seda do mundo antigo. Possui um componente terrestre, a Silk Road Economic Belt (SREB), e um componente marítimo, a Maritime Silk Road (MSR).

THE STATE COUNCIL OF PEOPLE'S REPUBLIC CHINA. **China unveils action plan on belt and road initiative**. Disponível em:

<[http://english.gov.cn/news/top\\_news/2015/03/28/content\\_281475079055789.htm](http://english.gov.cn/news/top_news/2015/03/28/content_281475079055789.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

<sup>170</sup> Força naval projetada para operar nas zonas litorais de sua nação e tem competência para operar nos oceanos abertos da região circundante.

Contudo, o lançamento e comissionamento do NAe *Liaoning*, em 2012, pode ser entendido como um ponto de inflexão na estratégia naval chinesa. Sendo NAes elementos de base para projeção de poder, a posse de um navio deste tipo fornece indicativos de pelo menos uma intenção em desenvolver capacidades de projeção de poder a médio e longo prazo (LYM, 2014). Na atualidade, porém, a prioridade da estratégia chinesa é negar o uso do mar e controlar a área marítima nesta ordem.

Por séculos o poder terrestre foi o garantidor da integridade territorial da China Imperial. Com efeito, o pensamento estratégico terrestre norteou às estratégias de segurança da maioria das dinastias chinesas, demandando foco de investimentos e atenção às forças terrestres. O Grande Canal <sup>171</sup>, apesar de ser um empreendimento milenar construído e mantido pelas dinastias ao longo dos séculos, importantíssimo para a integração do litoral com o continente, foi pensado para interiorizar as atividades econômicas e políticas da China.

Por sua vez, a China Republicana teve como preocupação a Guerra Civil e a ocupação japonesa. Ambas as problemáticas foram desferidas nos teatros de operações terrestres, resultando em maior fortalecimento das forças terrestres, para lidar com essas ameaças (LYM, 2014).

Na ascensão do PCC, a necessidade de fortalecimento da Marinha de Guerra já aparecia politicamente nos debates dentro da CMC, mas apenas depois de trinta anos de governo é que a *PLA Navy* de fato ganha maior atenção e investimentos após a escalada internacional de diversos fatores que trazem o mar como principal foco de ameaça à integridade territorial. A RPC elaborou, num primeiro momento, sua política de defesa e segurança para conter ameaças e resguardar sua soberania, até então, não muito

---

BURKITT, Laurie et al. *The lessons of history: the Chinese People's Liberation Army at 75*. Strategic Studies Institute, 2003.

<sup>171</sup> Conhecido também como Grande Canal Jing-Han é o canal ou rio artificial mais antigo do mundo. Começando em Pequim, ela passa por Tianjin e pelas províncias de Hebei, Shandong, Jiangsu e Zhejiang até a cidade de Hangzhou, ligando o rio Amarelo ao rio Yangtze. As partes mais antigas do canal datam do século V aC, mas as várias seções foram conectadas pela primeira vez durante a dinastia Sui (581-618 dC). As dinastias Yuan e Ming reconstruíram significativamente o canal e alteraram sua rota para abastecer Pequim. O comprimento total do Grande Canal é de 1.776 km (1.104 mi). Sua maior altura é alcançada nas montanhas de Shandong, em um cume de 42 m (138 pés). Navios trefegam sem problemas em alcançar altitudes mais elevadas depois que mecanismos semelhantes as eclusas foram instaladas pelo funcionário do governo e engenheiro Qiao Weiyue no século X durante a dinastia Song (960-1279).

YAO, Hanyuan; SHEN, Xingda. *The Grand Canal: An Odyssey*. Foreign Languages Press, 1987.

diferente das estratégias adotadas pelas dinastias e pela república, orientadas para defesa, haja vista as invasões que sofreu no Século das Humilhações e as contendas da Guerra Civil.

No contexto da Guerra Fria, a ameaça ocidental, preconizada pelos EUA em relação à situação de Taiwan, e as tensões com a ex-URSS em constante escalonamento definitivamente colocaram o mar como maior fonte de ameaça, uma vez que, no continente, a segurança das fronteiras e a unidade territorial estavam mais consolidadas. O crescimento econômico que o país iniciou trazia uma dependência em relação ao mar cada vez maior, promovendo o crescimento de regiões costeiras e consagrando-as como importantes polos econômicos como Cantão Shanghai, Tientsin, Dairen e Shenyang. (Ver figura do Mapa 14), requerendo efetividade do sistema de defesa costeira da RPC.

O crescimento econômico e a modernização naval que se iniciaram durante a década de 1970 contribuíram para a aproximação mais estreita com outras forças navais do mundo, sobretudo a soviética e de países do Leste Europeu, que de alguma forma, serviram como modelo para a modernização naval chinesa.

Ainda assim, não se pode afirmar que o poderio naval permaneceu totalmente fora do pensamento dos tomadores de decisões da China durante a república e as dinastias que a antecederam. Ao contrário, mesmo marginal, o poder naval possuía sua importância, mas de forma muito mais restrita. Mesmo durante a Guerra Fria, Taiwan e as ilhas disputadas com nações vizinhas no MSC também despontavam com grande importância.

Historicamente, o mar possuía sua importância para tomadores de decisões chineses, mas não uma importância em si mesmo. A manutenção da unidade territorial foi crucial durante muitos séculos, tarefa essa destinada às forças terrestres que recebiam grande quantidade de recursos. Tal objeto de preocupação foi presente ao longo da história chinesa, particularmente durante a Guerra Fria até o seu término (reminiscência dos temores do Século das Humilhações), dada a relação pendular EUA e ex-URSS, posteriormente. Esta preocupação envolvia a defesa em relação a possíveis ataques desses dois países.

A Guerra da Coreia serviu como um momento de prova para as forças militares chinesas como um todo. Com algumas baixas humanas e materiais, serviu como ponto

de rearranjo ideológico em prol da PLA Navy, passando a receber mais investimentos, uma vez que a ameaça percebida em relação à ex-URSS dada ao escalonamento da tensão com este país aumentava a insegurança em relação ao mar. A liderança de Liu Huaqing aparece nesse contexto como símbolo dessa guinada definitiva do poder naval ao centro das estratégias de segurança e defesa da RPC.

#### 4.2. A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DO JAPÃO

Será analisada a importância do poder marítimo japonês, sobretudo no âmbito de sua força naval como elemento principal de atuação e proteção de interesses no MSC. Em um primeiro momento, será feita uma breve análise preliminar para se compreender a evolução estratégica dessa força naval em períodos anteriores ao marco temporal estipulado neste trabalho.

Tal análise abordará seu processo de formação levando em conta o ambiente interno e externo do Japão que influenciaram os objetivos políticos do Estado a serem alcançados, tendo o poder naval como ferramenta desenhada estrategicamente para tais objetivos. Também será abordada a questão da mentalidade marítima como elemento fulcral da sociedade e do Estado, ressaltando a insularidade do país (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Num segundo momento, será feita uma análise da força naval no Período Meiji (1868–1912), Período Taishō (1912–1926) e Período Showa (1926–1989), períodos históricos marcados pelo status de potência mundial graças a uma intensa industrialização e modernização militar. Aqui o Japão obteve êxitos em campanhas militares graças a sua força naval. Tais análises preliminares, baseadas em fontes bibliográficas, têm como objetivo compreender os elementos principais de continuidades e rupturas que norteiam a atual estratégia naval japonesa, objetivo central deste subitem.

Em linhas gerais, a história naval deste Estado possui contornos e rumos diferenciados daqueles que foram traçados pela China Imperial. O isolamento foi uma característica permanente da política externa nipônica ao longo de séculos reforçado

pela sua insularidade. Não que o Japão tivesse permanecido plenamente isolado durante todos esses séculos, mas possuía relações comerciais consideráveis com a China Imperial e unidades políticas do Sudeste Asiático, ocorrendo, porém, de uma forma pragmática e limitada. É importante observar que até o Período Muromachi (1336 - 1573), o Japão não possuía uma força naval unificada, mas sim, forças navais “particulares” que serviam aos seus *Daimyos* (senhores feudais).

É possível dividir o processo de formação do poder naval japonês em duas fases: a fase costeira e a fase oceânica. A Fase Costeira é circunscrita pela história naval japonesa entre o século XIII e meados da primeira metade do século XIX, aproximadamente entre 1274 e 1853. O Japão não possuía uma força naval unificada, mas sim, forças navais a serviço de Daimyos (senhores feudais) com doutrinas e aplicações diferentes.

Esses senhores desenvolveram operações para a “defesa costeira” de seus respectivos feudos tanto para a proteção das atividades de pesca quanto para proteção do comércio realizado com a China Imperial e unidades políticas do Sudeste Asiático. Tais forças navais também atuaram em conflitos externos na Ásia com importância regional considerável, sobretudo na região da Península da Coreia. O pensamento estratégico japonês naquele contexto ainda era dominado pela doutrina de defesa terrestre, na qual qualquer invasão seria contida a partir da terra e não no mar.

Nas décadas posteriores, as atividades de pirataria ganharam intensidade. Ocorreram incidentes menores como incursões costeiras por Jurchen, a partir do Sudeste Asiático no Período Heian<sup>172</sup> (794-1192). No período de Muromachi (1336-1573),

---

<sup>172</sup> O período de Heian começou com a transferência da capital para Kyoto e chegou ao fim quando o Shogunato (*BAKUFU* /*幕府*). Foi estabelecido por Yoritomo Minamoto. No início do período Heian, o Imperador Kanmu tinha o poder político e controlava o país. No entanto, a parceria começou a ter um poder e um conteúdo com os outros clãs para obter uma posição mais alta no Tribunal Imperial com o passar do tempo. A família Fujiwara e a família Taira tornaram-se parentes maternos do imperador em diferentes momentos. Fujiwara floresceu no meio do período. O clã Taira monopolizou os cargos do Tribunal Imperial e a autoridade política desde que se tornaram um parente materno do imperador Antoku, gerando ressentimento por parte dos demais clãs, culminando em uma rebelião orquestrada pelo clã Minamoto, resultando na queda da família Taira. Culturalmente, este período foi marcado por absorver cultura e arte da dinastia Tang chinesa.

INTERNET ARCHIVE WAYBACK MACHINE. *Heian Period*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20060306191844/http://www.mnsu.edu:80/emuseum/prehistory/japan/heian/heian-p.htm>>. Acesso em: 17 out. 2017.

piratas *Wakō* realizaram ataques à ilha de Tshishima, incursões na baía de Nagasaki e assaltos em instalações e embarcações japonesas em Sakhalin e Iturup durante o período Edo<sup>173</sup> (1603-1868).

Com o aumento das atividades de pirataria, o poder naval japonês foi novamente colocado em evidência estratégica pelos poderes políticos japoneses. Ainda no Período de Muromachi (1467-1573), feudos do oeste do Japão foram especialmente por incursões que incentivaram investimentos nas suas esquadras como forma de proteção de seus interesses. Como resultado, o poder marítimo japonês foi consideravelmente restaurado.

No que diz respeito à Fase Oceânica, teve seu advento a partir de 1853. A visita da esquadra estadunidense de Mathew Perry. Esta mudança de eventos levou o Shogunato Edo a construir não apenas uma Marinha de Guerra moderna, mas também flexibilizar as regulações legislativas que limitavam a construção de navios (vigentes desde 1635), concedendo a todos os domínios feudais o direito de possuir forças navais. A construção de um poder marítimo por parte do Xogunato visava adquirir capacidades de defesa marítima necessária para repelir navios estrangeiros que pudessem assediar o Japão, nascendo assim a INJ (*Imperial Japanese Navy*) em 1869. Desta vez, a estratégia japonesa mudou-se para encontrar e deter o inimigo no mar, ao invés de aplicar as doutrinas de defesa baseadas em terra (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Neste contexto, a Restauração Meiji, que consistiu em um processo de derrubada do Xogunato Edo, pôs fim a quase dois séculos de domínio Tokugawa. Iniciou uma série de transformações do regime político japonês encabeçado pelo Príncipe Mutsuhito (que passaria a ser conhecido como Imperador Meiji), então com quatorze anos de idade. Este processo teve como estopim um movimento de resistência em relação à expansão econômica e militar das potências ocidentais que se iniciou com a chegada

---

<sup>173</sup> Período fundado em Edo (atual Tóquio) por Ieyasu Tokugawa, que também era um vassalo de Oda Nobunaga. Seu início foi marcado por instabilidades devido a guerras causadas por senhores feudais em rebelião, que acabaram por ser derrotados. Muitos senhores feudais tiveram que prestar culto ao shogun periodicamente, isso alavancou sistema de trânsito, a cidade cresceu e se desenvolveu a partir desse momento. Foi um período marcado pela hegemonia política do Xogunato encabeçado pelo clã Tokugawa, governando o país a partir da cidade de Edo, atual Tóquio.

INTERNET ARCHIVE WAYBACK MACHINE. *Edo Period*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20060213181341/http://www.mnsu.edu:80/emuseum/prehistory/japan/edo/edo-p.htm>>. Acesso em: 17 out. 2017.

dos portugueses no século XV. Durante o desenrolar das Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), diante da crescente influência europeia e estadunidense na América, Ásia e África, o meio escolhido pelo governo Tokugawa durante o Período Edo para resguardar o Japão foi o isolamento (relativo), mantendo o Japão com a mesma estrutura social, política, econômica e tecnológica. Isso aumentou gradativamente a sensação de insegurança da população japonesa diante da crescente influência estrangeira na Ásia que acabou por subjugar a China Imperial, sendo o mar a via de acesso e projeção desse poderio econômico e militar das potências (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Durante os primeiros anos de formação, a IJN dependeu do intercâmbio com países não só para fornecimento de navios de guerra, mas também pelo desenvolvimento de doutrinas a nível operacional e tático. Os cursos de adestramento sobre táticas navais no *Naval War College* (fundado em 1888) foram ministrados pelo capitão John, oficial da *Royal Navy*. Defendeu a formação da linha de batalha, a qual estava fora de uso entre muitas Marinhas contemporâneas na época, e exaltava a eficácia das armas de fogo rápido como armamento de navio. Seu conselho parece ter influenciado a disposição dos navios de guerra japoneses nos anos que se seguiram e as táticas usadas pelo IJN, durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

O batismo de fogo da IJN foi a I Guerra Sino-Japonesa<sup>174</sup> e a Guerra Russo-Japonesa<sup>175</sup>. Na aplicação mais acurada dos conceitos mahanianos da batalha decisiva e

---

<sup>174</sup> A Primeira Guerra Sino-Japonesa (25 de julho de 1894 - 17 de abril de 1895) foi travada entre a China e o Império do Japão, principalmente sobre a influência da Coreia. Depois de mais de seis meses de sucessos ininterruptos pelas forças terrestres e navais japonesas e pela perda do porto de Weihaiwei, o governo Qing capitulou em fevereiro de 1895. A guerra demonstrou o fracasso das tentativas do Império Qing de modernizar seus militares e defender ameaças à sua soberania, especialmente quando comparadas com a bem-sucedida restauração Meiji do Japão. Pela primeira vez, o domínio regional no Leste Asiático mudou-se da China para o Japão. O prestígio do Império Qing, juntamente com a tradição clássica na China, sofreu um golpe importante. A humilhante perda da Coreia como um Estado tributário provocou um protesto público sem precedentes. Na China, a derrota foi um catalisador para uma série de convulsões políticas lideradas por Sun Yat-sen e Kang Youwei, que culminaram na Revolução Xinhai de 1911. A guerra é comumente conhecida na China como a Guerra de Jiawu (chinês: 甲午戰爭; pinyin: Jiǎwǔ Zhànzhēng), referindo-se ao ano (1894) como mencionado sob o tradicional sistema de gênero sexagenário dos anos. No Japão, é chamado de Guerra Japão-Qing (japonês: 日清戦争: Nisshin sensō). Na Coreia, onde ocorreu grande parte da guerra, é chamada de Guerra Qing-Japão (coreano: 청일 전쟁; Hanja: 淸日戰爭). (Tradução do autor). KIM, Chong Ik Eugene; KIM, Han-kyo. *Korea and the Politics of Imperialism, 1876-1910*. Univ of California Press, 1967.

o domínio do mar, somados aos preceitos milenares do *Bushido*, a IJN colocou o Japão no cenário internacional como uma potência. “*For instance, the IJN became strongly cognizant of the need to gain early command of the sea, and took on the view that engaging in decisive fleet battles was the top priority in naval warfare*”<sup>176</sup> (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009, p. 16).

As duas guerras contribuíram para a melhoria do planejamento tático. A I Guerra Sino-Japonesa deu origem ao conceito *Roku-Roku Kantai*, uma esquadra centrada em torno de seis encouraçados<sup>177</sup> modernos e seis cruzadores encouraçados modernos<sup>178</sup>

<sup>175</sup> A Guerra Russo-Japonesa (Russian: Русско-японская война, Russko-yaponskaya voina; Japanese: 日露戦争 Nichirosensō; 1904-05) foi travada entre o Império Russo e o Império do Japão sobre as ambições imperiais rivais na Manchúria e na Coreia. Os principais teatros das operações foram a Península de Liaodong e Mukden no sul da Manchúria e os mares em torno da Coreia, Japão e Mar Amarelo. A Rússia procurou um porto de água quente no oceano Pacífico para a sua marinha e para o comércio marítimo. Vladivostok era operacional apenas durante o verão, enquanto Port Arthur, uma base naval na província de Liaodong arrendada à Rússia pela China, estava operacional todo o ano. Desde o final da Primeira Guerra Sino-Japonesa em 1895, o Japão temeu a invasão russa em seus planos de criar uma esfera de influência na Coreia e na Manchúria. A Rússia havia demonstrado intenções de influir no Extremo Oriente da Sibéria do reinado de Ivan o terrível no século XVI. Ao ver a Rússia como um rival, o Japão se ofereceu para reconhecer o domínio russo na Manchúria, em troca do reconhecimento da Coreia como esfera de influência japonesa. A Rússia recusou e exigiu que o norte da Coreia uma zona neutra entre a Rússia e o Japão. O governo japonês percebeu uma ameaça russa aos seus planos para a Ásia e optou pela guerra. Depois que as negociações fracassaram em 1904, a marinha japonesa abriu hostilidades atacando a esquadra oriental russa em Port Arthur, na China, de forma surpresa. A Rússia sofreu várias derrotas pelo Japão, mas o czar Nicolau II estava convencido de que a Rússia venceria e optou por permanecer na guerra aguardando os resultados das batalhas navais e, mais tarde, preservar a dignidade da Rússia evitando uma "paz humilhante". A guerra concluiu com o Tratado de Portsmouth, mediada pelo presidente dos EUA Theodore Roosevelt. A vitória completa dos militares japoneses surpreendeu os observadores do mundo. As consequências transformaram o equilíbrio de poder no Leste Asiático, resultando em uma reavaliação da entrada recente do Japão no cenário mundial. Foi a primeira grande vitória militar na era moderna de um poder asiático sobre um europeu. Os estudiosos continuam a debater o significado histórico da guerra.

YILMAZ, Ed Oğuzhan. Russo-Japanese War 1904-1905.

<sup>176</sup> “Por exemplo, a IJN tornou-se fortemente consciente da necessidade de obter o comando inicial do mar e assumiu a visão de que se envolver em batalhas decisivas era a principal prioridade na guerra naval.” (Tradução do autor).

<sup>177</sup> Grande navio de guerra altamente blindado com uma bateria principal composta por armas de grosso calibre. Durante o final do século XIX e início do século 20, era o tipo de navio de guerra mais poderoso, vital para qualquer nação que desejasse manter o comando do mar no sentido mahaniano. MAHAN, Alfred Thayer. *Reflections, historic and other, suggested by the Battle of the Japan Sea. The RUSI Journal*, v. 50, n. 345, p. 1327-1346, 1906.

<sup>178</sup> O termo está em uso há várias centenas de anos e tem diferentes significados ao longo deste período. Durante a Idade da Vela, o termo cruzeiro referia-se a certos tipos de missões - escolta, proteção do comércio ou invasão - cumpridas por uma fragata ou corveta. Os cruzadores modernos são geralmente os

(Passou-se também a empregar o conceito de *Hachi-Hachi Kantai*, uma esquadra centrada em torno de oito encouraçados modernos e oito cruzadores encouraçados modernos). A Batalha do Rio Yalu (17 de setembro de 1894) durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa e a Batalha de Tsushima (27-28 de maio de 1905) durante a Guerra Russo-Japonesa evidenciou os sucessos desses planejamentos.

#### 4.2.1. O PAPEL FORÇA NAVAL JAPONESA NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

Durante a I Guerra Mundial, a IJN foi incumbida de resguardar as LMCs. Não ocorreram combates diretos contra outras esquadras. Neste contexto, o Japão possuía o comando do mar no teatro do Extremo Oriente e parte do Sudeste Asiático, onde não enfrentava rivais capazes de contestar sua supremacia naval (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

As principais operações navais japonesas nesse contexto se limitaram ao apoio das forças terrestres durante o cerco de Qingdao (Chintao), na China continental, realizado em conjunto com o RU, além de uma atuação no teatro do Mediterrâneo em apoio a *Royal Navy*<sup>179</sup>. Durante esta batalha, a Segunda Esquadra, formada por navios antigos da época da guerra russo-japonesa, bloqueou a Baía de Jiaozhou. Em outras operações navais japonesas, a Primeira Esquadra, composta por navios de guerra de última geração, protegeu as LMCs no mar do Leste e do Sul da China, além do Mar Amarelo, enquanto a Terceira Esquadra realizava tarefas similares a pedido do RU nas águas circundantes de Hong Kong.

Em 1917, a IJN organizou três esquadrões especiais para salvaguardar LMCs nas águas em torno da Austrália e da Nova Zelândia. Esta foi outra operação lançada a pedido do RU, embora desta vez tenha um ímpeto diferente: a necessidade de responder à guerra submarina irrestrita da Alemanha.

---

maiores navios de uma frota após os navios-aleródromos, e geralmente podem desempenhar vários papéis.

BAUER, Karl Jack; ROBERTS, Stephen S. *Register of ships of the US Navy, 1775-1990: major combatants*. Greenwood Publishing Group, 1991.

<sup>179</sup> O Japão operou no Mediterrâneo com uma esquadra composta de um cruzador e treze contratorpedeiros liderados pelo Almirante.

Kozo Sato MARU, Shōhei. *Imperial Japanese Navy*. 1945.

Durante a guerra, a Marinha japonesa também ajudou a caçar navios alemães, como o cruzador leve SMS *Emden* que estava realizando incursões no Oceano Índico. Como esses exemplos indicam, o IJN expandiu sua área de operação de forma sem precedentes durante a I Guerra Mundial. Na maior parte, esta expansão foi implementada como parte da contribuição japonesa para um efeito da coalizão naval aliada, a pedido do RU. O papel da IJN era exclusivo, mas ao proteger o comércio realizando controle de área marítima, a área de operações foi consideravelmente grande. Não focou em batalhas contra outras esquadras. Ao cumprir plenamente esta responsabilidade, a IJN ganhou o respeito dos Aliados.

Nos anos posteriores às diretrizes estratégicas do *Imperial Defense Policy* (IDP, sigla em inglês para Política Imperial de Defesa, em português) de 1923, listam não só Luzon, mas também Guam como alvo de ataques preferenciais. Embora esta edição tenha adicionado outras mudanças às estratégias descritas nas edições anteriores, preservou-se a mesma política básica na medida em que a IJN desenvolveu capacidades de enfrentar as armadas mais poderosas no teatro da Ásia para em seguida lançar um ataque concentrado destinado a destruir essas forças, sobretudo a *US Navy*. O mesmo pode ser dito para o IDP de 1936 que pontuou o emprego estratégico dos NAes, requerendo um total de dez navios, mas, no entanto, manteve o curso de ação básico de edições anteriores.

A IJN vinha sendo preparada para uma batalha decisiva contra a *US Navy*, força naval capaz de interferir diretamente nos interesses japoneses na China continental, nos mares do Sul e Leste da China bem como no Pacífico, pensamento expresso no conceito de *taibei yōgeki zengen sakusen*<sup>180</sup>.

“Finally, the navy would seek victory in a decisive battle that pitted the firepower of its battleships and other warships against that of the US Navy. The main players in the final clash would be capital ships. As this description indicates, the *taibei yōgeki zengen sakusen* was the product of the Japanese naval doctrine of fighting a decisive fleet-to-fleet battle using all-big-gun capital ships<sup>181</sup>” (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009, p.46).

<sup>180</sup> Conceito que exprime a ideia de uma esquadra nucleada em encouraçados. (Tradução do autor).

<sup>181</sup> “Finalmente, a Marinha buscaria vitória em uma batalha decisiva travada com o poder de fogo de seus encouraçados e demais belonaves contra a *US Navy*, força capaz de atrapalhar seus interesses na Ásia. Os

Durante a década de 1930, já deflagrada a Segunda Guerra Sino-Japonesa,<sup>182</sup> foram desenvolvidas em ações militares contra forças chinesas. O papel da IJN, neste período, consistiu em manter LMCs, apoiar a proteção e evacuação de residentes japoneses nos enclaves nipônicos na China, além de apoiar as forças terrestres nos desembarques anfíbios. Realizou bloqueio à costa chinesa, capturou principais portos chineses e apoiou missões aéreas com bombardeios a pontos estratégicos conduzidos por NAes (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009). Os grandes obstáculos ao cumprimento dessas tarefas foram às potências estrangeiras. A obstrução dos EUA e demais Estados europeus no tocante ao apoio para Chiang Kai-Shek, colocou definitivamente EUA e Japão em rota de colisão, o que acabou acontecendo.

Durante a II Guerra Mundial, a campanha estadunidense no uso de submarinos cortou as LMCs japonesas, impedindo o abastecimento das tropas em solo e forçando o Japão a encurtar suas linhas de batalha na China e Sudeste Asiático. O arquipélago principal do Japão começou a ficar sem recursos graças a falta de combustíveis após a perda do controle sobre as Filipinas, limitando a capacidade operacional da IJN, incapacitando toda a indústria nacional. Como resultado dessa escassez, a IJN não conseguiu realizar outras operações.

Sobre o uso de submarinos, o emprego desses meios ocorreu na negação do uso do mar no Oceano Índico e no MSC Sul, no Pacífico foi restrito. As Forças Tarefas estadunidenses eram alvos preferenciais, entretanto, a falta de recursos impediu um emprego mais intensivos dos submarinos, tendo os últimos anos do conflito assistido os picos deste uso. China e o Sudeste Asiático, Saigon e Cingapura já haviam saído do controle japonês, levando a campanha para portos e águas costeiras das ilhas residenciais japonesas em maio de 1945. A esta altura, exauridas de recursos básicos graças a *US Navy*.

---

principais jogadores do embate decisivo seriam os navios capitais. Seriam os navios capitais, como esta descrição indica o taibei yōgeki zengen sakusen foi o produto da doutrina projetada para uma batalha decisiva entre esquadras, centrada nos seus navios capitais.” (Traduçãminha).

<sup>182</sup> Foi um conflito militar lutado principalmente entre a República da China e o Império do Japão de 7 de julho de 1937 a 9 de setembro de 1945..  
HSIUNG, James C.; LEVINE, Steven I. (Ed.). *China's bitter victory: the war with Japan, 1937-1945*. ME Sharpe, 1992.

No final da guerra, minas marítimas foram largamente utilizadas pelos EUA, danificando 267 navios japoneses (643,821 toneladas), acabando por liquidar completamente o poder de fogo da IJN e encerrando o conflito com a derrota definitiva japonesa mediante aos lançamentos das armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, em 1945 (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

#### 4.2.2. A FORMAÇÃO DA FORÇA MARÍTIMA DE AUTO DEFESA DO JAPÃO NOS ANOS 1945-1976

Após a rendição incondicional, os japoneses buscaram a reconstrução do país pelas vias democráticas e pacíficas, sob os auspícios da ocupação estadunidense na pessoa do General Douglas MacArthur. A reconstrução nacional foi prioridade do país, primeiro, provendo alimentação à população, melhorando seus padrões de vida e, finalmente, desenvolvendo sua econômica.

O repúdio da população em geral no tocante ao militarismo era um aspecto que guiou a reconstrução japonesa e, conseqüentemente, sua reinserção no cenário internacional. O sistema social japonês anterior à guerra foi suprimido. Ocorreram purgas de militares japoneses. Generais e políticos como Hideki Tojo e Koki Hirota, foram julgados pelo Tribunal Internacional de Tóquio de 1946. A liberdade de imprensa foi garantida e a sindicalização permitida, bem como o estímulo à criação de empresas.

No tocante ao papel das forças militares, com incentivo de funcionários pós-ocupação dos EUA, o Japão criou a Agência Nacional de Segurança em 1952. Em 1954, acabou por institucionalizar suas novas FFAA, chamadas de *Japanese Self Defense Force* (JSDF). Entretanto, o dilema entre o pacifismo e a necessidade de FFAA para combater as ameaças da Guerra Fria permaneceram e, na prática, foi resolvido por estabelecer restritas incumbências à JSDF. Sucessivos governos japoneses interpretaram o direito inerente à autodefesa e limitou o uso de suas FFAA para este fim.

O próprio termo “Forças Armadas” foi suprimido como sinal de repúdio ao período da guerra. “[...] *Japan has never called its armed forces an ‘army’, ‘navy’ or ‘air force’, but instead refers to them as a ‘Ground Self-Defense Force (GSDF)’*, a

*‘Maritime Self-Defense Force (MSDF)’ and an ‘Air Self-Defense Force (ASDF)’<sup>183</sup>* (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009, p.66).

No tocante ao poder marítimo japonês, em processo de revigoramento, a JMSDF teve papel central. Inicialmente, suas missões eram exclusivamente para a defesa costeira do Japão. No entanto, o Japão é, inegavelmente, em termos de geografia física e estratégica, um Estado marítimo. Defronta as principais potências (RPC e Rússia), estando próximo a pontos de estrangulamento para todo o tráfego marítimo que se estende desde o nordeste do continente até ao Oceano Pacífico. Por se tratar de um Estado insular, a ausência de defesas marinhas o torna extremamente vulnerável.

Com um território formado por um arquipélago em forma de crescente e numerosas ilhas pequenas, sua grande população é confinada a um território muito estreito com indústrias e a população concentradas principalmente nas áreas urbanas localizadas nas regiões costeiras. Por isso, a defesa costeira é crítica e eternamente importante para a sobrevivência do Japão.

Houve uma especialização da JMSDF em Guerra Antissubmarina (AS) e em operações de Minagem<sup>184</sup> e Contra-Minagem, cruciais para a segurança dos esforços da ONU no teatro de operações navais na Guerra da Coreia em 1950. Ainda que não tenha participado ativamente do conflito por conta dos limites constitucionais (além da falta de vontade do poder político de então), sua posição geográfica o coloca como um ator de relevância na região e requer forças militares, principalmente navais para o âmbito defensivo (levando em consideração as problemáticas do dilema de segurança), mas sua posição geográfica confronta os limites defensivos almejados pelo poder político.

---

<sup>183</sup> “[...] o Japão nunca chamou suas FFAA de ‘Exército’, ‘Marinha’ ou ‘Aeronáutica’, mas refere-se a eles como Força Terrestre de Autodefesa (GSDF em inglês), Força Marítima de Autodefesa (MSDF em inglês) e Força Aérea de Autodefesa (ASDF, em inglês)”.

<sup>184</sup> A Operação de Minagem consiste no lançamento criterioso de minas em áreas selecionadas, para destruir navios ou meios terrestres inimigos, ou, pela ameaça que representa, para conter, limitar ou retardar o seu trânsito. A Operação de Minagem é tradicionalmente associada ao conceito de desgaste, ou seja, ao enfraquecimento das forças inimigas. Pode ser útil em um conflito de curta duração, porque o simples retardamento do trânsito, sobretudo de unidades navais ou força terrestre inimigas, pode constituir um efeito desejado.

**BRASIL. Doutrina Básica da Marinha 2007:** Operações de Minagem e de Contramedidas de Minagem. Elaborado pelo Estado Maior da Armada da Marinha do Brasil. Disponível em: <[http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA\\_PEDID\\_O\\_EMA-305\\_2014.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA_PEDID_O_EMA-305_2014.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

Dessa forma, o Japão renuncia a posse de meios considerados “ofensivos”.

The JSDF, for example, cannot possess intercontinental ballistic missiles (ICBMs), long-range strategic bombers or offensive aircraft carriers. Nor is the JSDF allowed to operate militarily outside Japanese territory. In addition, the Commander-in-Chief of the USFJ has the shared responsibility for determining the balance between US forces and the JSDF for the mission of defending Japan<sup>185</sup> (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009, p.68).

Aqui, a Política Básica para a Defesa Nacional de 1957 (aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa e aprovada pelo Gabinete, em 20 de maio de 1957) aponta que o objetivo da defesa nacional é prevenir a agressão direta e indireta e repelir qualquer agressão com o objetivo de proteger a independência e a paz do Japão. Para conseguir isso, estabelece o seguinte: (1) apoiar as atividades da ONU e promover a cooperação internacional para alcançar a paz mundial; (2) promover qualidade de vida às pessoas; (3) dentro dos limites exigidos para a autodefesa, estabelecer progressivamente capacidades de defesa eficientes de acordo com a força e a situação da nação; (4) para lidar com o ato de agressão externa com base nos arranjos de segurança Japão-EUA, até que a ONU possa fornecer meios suficientes para prevenir efetivamente tais atos no futuro.

Em 1964, o teste da primeira arma nuclear da RPC alarmou o poder político japonês, capitaneado pelo *Liberal Democratic Party* (LDP, Partido Liberal Democrático, em inglês). A Grande Revolução Cultural e os testes nucleares chineses minaram as relações comerciais e diplomáticas entre a RPC e o Japão, reforçando ainda mais a aliança de segurança com os EUA. A escalada crescente do envolvimento dos EUA no Vietnã também causaram preocupação no Japão que tentou se dissociar de sua política externa em relação aos EUA no Sudeste Asiático, mas sem prejudicar a aliança de segurança com Washington. Embora tenha havido alguma oposição aos EUA no Japão, a crescente prosperidade econômica garantiu que o LDP permanecesse no poder

---

<sup>185</sup> “A JSDF, por exemplo, não pode possuir mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), bombardeiros estratégicos de longo alcance ou aviões ofensivos. Nem o JSDF tem permissão para operar militarmente fora do território japonês. Além disso, o Comandante-Chefe da USFJ tem a responsabilidade compartilhada de determinar o equilíbrio entre as forças dos EUA e a JSDF para a missão de defesa do Japão.” (Tradução do autor).

e a aliança com os EUA se mantivesse como pilar da política externa e de defesa do Japão.

O *National Defense Program Outline* (NDPO, Programa de Defesa Nacional em inglês) de outubro de 1976 trouxe mudanças para o emprego das forças de defesa ao gerar uma padronização e estabelecer diretrizes mais claras das capacidades necessárias. Uma postura de relativa dissuasão tornou-se objetivo do planejamento estratégico do JSDF, somada a necessidade de preparo contra uma invasão limitada e de pequena escala. O desenvolvimento da JMSDF depois foi materializado pelo NDPO de 1976 por quase vinte anos até meados da década de 1990. (Veja a Figura 25).

No entanto, o crescimento do tamanho da economia do Japão mudou gradualmente as relações com os EUA. Tais relações deixaram de ser nos moldes “vencedor-perdedor” para um molde de relações entre parceiros. Após a aprovação, em 1978, de novas diretrizes para a cooperação Japão-EUA, as ligações bilaterais entre o Japão e os EUA rapidamente se aprofundaram. Como os papéis e as missões da JMSDF foram integrados com os homólogos dos EUA, as oportunidades de exercícios conjuntos com a *US Navy* também aumentaram. Em 1980, a JMSDF participou pela primeira vez do exercício *Rim of the Pacific* (RIMPAC), dando um pouco mais de autonomia a Tóquio.

Mesmo assim, as restrições constitucionais em relação às forças de defesa mantêm o país dependente da ajuda dos EUA no campo da defesa. A JMSDF ainda não pode manter por si só a segurança de suas LMCs que passam pelo MSC. Essa problemática aumentou gradativamente com o crescimento econômico que o Japão experimentou na década de 1970.

Entretanto, os anos de 1990 trouxeram mais alterações. Em dezembro de 1995, o novo NDPO permitiu operações mais flexíveis para a JSDF, embora ainda hesitasse em ampliar o escopo da segurança coletiva e a extensão real das capacidades necessárias. Ainda que o NDPO de 1995 tenha enfatizado a importância da contribuição internacional da JSDF, ele vinculou a seleção de capacidades para atividades internacionais a uma capacidade de autodefesa relativamente menor. O termo flexível no NDPO de 1995 significava que era necessário realizar mais atribuições com mesma quantidade de meios. O mesmo documento reforçou a necessidade da

interoperabilidade<sup>186</sup> como baluarte deste novo formato de emprego das forças de defesa.

#### 4.2.3. O SUSPENDER DE ÂNCORAS DA JMSDF NOS ANOS 2001-2009

Após os atentados terroristas contra os EUA, em 11 de setembro de 2001, o Japão, sob a direção do primeiro-ministro Junichiro Koizumi, desdobrou a JMSDF para o Oceano Índico em apoio às operações estadunidenses no Afeganistão. Koizumi, que assumiu o cargo em março de 2001, apoiou plenamente Washington em sua guerra contra o terrorismo. Em dezembro do mesmo ano, o Japão alterou a Lei Internacional de Cooperação para a Paz para remover a cláusula que limitava a participação da JSDF nas operações das forças de manutenção da paz.

Embora o Japão não pudesse participar diretamente da guerra contra o Iraque em 2003 por razões constitucionais, no início de 2004, Koizumi enviou cerca de 600 soldados para o Iraque para participar da fase de reconstrução com missão de auxiliar na assistência humanitária e engenharia, sendo a JMSDF responsável pelo transporte de materiais.

Ainda em 1998, o Japão decidiu começar uma pesquisa técnica junto com os EUA sobre um sistema de defesa contra mísseis de nível superior baseado no mar, sendo aplicado pelo NDPO de 2004. Tal diretriz prescreveu direcionamentos para a defesa nacional dentro da conjuntura global pós 11 de setembro, ressaltando a importância de multifuncionalidade das forças de defesa, com flexibilidade e eficácia.

---

<sup>186</sup> Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. O desenvolvimento da interoperabilidade busca otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais, assim como aprimorar a doutrina de emprego das Forças Armadas. A consecução de um alto grau de interoperabilidade está ligada diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material das Forças Armadas. São os seguintes níveis de padronização: compatibilidade, intercambialidade e comunalidade. 2. Capacidade dos sistemas, unidades ou forças de intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas 2007**: Interoperabilidade. Elaborado pelo Ministério da Defesa MD35-G-01. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

Dessa forma, as capacidades da JMSDF deveriam ser preparadas da seguinte forma:

1. Novas unidades de contratorpedeiros, devendo ser organizadas em oito divisões (uma divisão é composta por quatro navios), para permitir uma resposta rápida e contínua às contingências. A formação de Unidades do Distrito Regional deverá ser modificada para que uma unidade possa ser implantada em cada um dos cinco distritos de patrulha, em vista do atual ambiente de segurança;
2. Formação de Unidades Submarinas para resposta às contingências. As unidades submarinas devem continuar a manter um total de 16 submarinos (as unidades podem ser formadas por seis divisões, com dois ou três navios por divisão, a quatro divisões, com quatro embarcações cada). A formação de submarinos deve desdobrar seus meios para pontos por onde passam as LMCs japonesas com objetivo de detectar ameaças de forma preventiva;
3. Melhorar a eficiência das unidades de aeronaves de combate para garantir vigilância contínua no seu entorno estratégico, possuindo capacidade de resposta eficaz. O número de aeronaves de combate (incluindo aeronaves de patrulha e helicópteros de transporte) deve ser reduzido de aproximadamente 170 para 150. Para as unidades de aeronave de patrulha de asa fixa, a aeronave sucessora do “P-3C”, a “P-1”, será operacionalizada em oito esquadrões. Do ponto de vista do aumento da eficiência operacional, as unidades de helicópteros de patrulha podem ser operacionalizadas em cinco esquadrões. (SAJIMA & TACHIKAWA, 2009).

Neste contexto, os engajamentos internacionais da JMSDF se tornam cada vez mais consolidados e atuantes. Um exemplo notório é a *Japan-Australia Joint Declaration on Security Cooperation*<sup>187</sup>, concebida em 13 de março de 2007 para

---

<sup>187</sup> O documento que os primeiros-ministros firmaram deveria apresentar aspectos: 1-firmando que a parceria, firmando que a parceria estratégica entre o Japão e a Austrália baseia-se em valores democráticos, um compromisso com os direitos humanos, a liberdade e o Estado de Direito, bem como os interesses de segurança compartilhados, respeito mútuo, confiança e amizade profunda comprometidos com o desenvolvimento contínuo de sua parceria estratégica para refletir valores e interesses

engajar o Japão em uma posição de maior atuação internacional na área de segurança e defesa. Mesmo diante das limitações constitucionais, a JMSDF vem sendo projetada como uma força de atuação internacional cada vez maior.

#### 4.2.4. DEBATES INTERNOS E A O FATOR RPC

A respeito da evolução doutrinária da JMSDF, em dezembro de 2010, o governo japonês adotou uma nova doutrina de defesa que substituiu quase que totalmente a que existia desde 1976 (aprimorada ao longo dos anos, mas com as mesmas bases). Empregou-se o conceito de dissuasão "estática", que racionaliza o emprego de meios e pessoal de forma a defender e incrementar o poder bélico sem ferir a Constituição.

Já na década de 1990, ocorriam discussões por uma releitura constitucional almejando dar mais autonomia militar ao Japão. O conceito do "mínimo necessário" (*hitsuyōsaishōgendo*) para autodefesa vinha sendo cada vez mais alargado, mas permanecia ainda uma "política exclusivamente orientada para a defesa" (*senshu bō'ei*).

O governo articulou três condições necessárias para o uso das forças de defesa:

---

compartilhados; recordando sua cooperação benéfica em curso sobre os desafios de segurança regionais e globais, incluindo o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de entrega, e preocupações com a segurança humana, como alívio de desastres e pandemias, bem como suas contribuições para a paz regional e estabilidade; reconhecendo que a futura segurança e prosperidade do Japão e da Austrália estão ligados ao futuro seguro da região Ásia-Pacífico e além; afirmando o seu propósito comum em trabalhar em conjunto e com outros países através de fóruns como a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), o Fórum Regional da ASEAN (ARF) e a Cúpula da Ásia Oriental (EAS), para alcançar o objetivo de um próspero, aberto e assegurar a região da Ásia-Pacífico e reconhecer que o reforço da cooperação bilateral em matéria de segurança contribuirá significativamente neste contexto; comprometendo-se a aumentar a cooperação prática entre as forças de defesa e outras agências relacionadas com a segurança do Japão e da Austrália, inclusive através do fortalecimento da troca de pontos de vista regular e construtiva e avaliações de desenvolvimentos de segurança em áreas de interesse comum; comprometer-se a trabalhar em conjunto, e com os outros, para responder aos novos desafios e ameaças de segurança, à medida que surgem; afirmando os interesses estratégicos comuns e os benefícios de segurança incorporados nas suas respectivas relações de aliança com os EUA e comprometendo-se a fortalecer a cooperação trilateral, inclusive através de colaboração prática entre os assuntos externos, defesa e outras agências relacionadas dos três países, bem como através da Diálogo Estratégico Trilateral e reconhecendo que o reforço da cooperação bilateral será favorável ao reforço da cooperação trilateral; desejando criar um quadro abrangente para o aprimoramento da cooperação em segurança entre o Japão e a Austrália.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN 外務. *Japan-Australia Joint Declaration on Security Cooperation*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asiapaci/australia/joint0703.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

- 1) Quando houver um ato iminente e ilegítimo de agressão contra o Japão;
- 2) Quando não houver meios adequados para lidar com tal agressão a não ser pela força;
- 3) Dosar o emprego da força ao mínimo possível (MOCHIZUKI *et al.*, 2013).

Durante o governo Koizumi em 2003, o secretariado do gabinete alegou a ideia de comprar mísseis de cruzeiro *Tomahawk* dos EUA para prevenir um ataque inimigo sendo esta opção descartada por justamente ser considerada uma arma atende propósitos ofensivos também. No final, o Japão optou por um sistema de defesa antimíssil que era mais consistente com a política exclusivamente defensiva, mas ressaltando que a base jurídica para a atuação da JSDF se torna cada vez mais obscura e confusa.

Em 2007, o primeiro-ministro Shinzō Abe<sup>188</sup> começou a mobilizar esforços para "reformular" a base jurídica da segurança nacional. Elaborou um painel que examinou quatro cenários:

- 1) Um ataque contra meios navais dos EUA envolvidos em operações conjuntas com JMSDF em águas internacionais;
- 2) Intercepção de mísseis balístico direcionado aos EUA;
- 3) Defesa de outros Estados da comunidade internacional em operações conjuntas com o Japão;
- 4) Apoio logístico para operações de paz.

Como resultado, o painel consultivo de Shinji Yanai (divulgado em junho de 2008) afirmou que o Japão precisava de maior autonomia militar. Para os dois últimos cenários, o comitê acreditou que o Japão poderia se envolver em tais atividades sem violar a atual interpretação da Constituição. Embora o painel de Yanai tenha mostrado como a atual interpretação da Constituição colocaria problemas agudos em cenários de segurança altamente plausíveis na perspectiva japonesa, suas recomendações não

---

<sup>188</sup> Shinzō Abe, (Nagato, 21 de setembro de 1954) é um político japonês, atual primeiro-ministro do Japão.

KANTEI. *Prime Minister and His Cabinet*. Disponível em: <<http://japan.kantei.go.jp/index.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

conseguiram gerar suporte amplo. Mesmo líderes políticos do LDP criticaram Abe por ter tentado mudar a Constituição através de manobras sem debate aberto.

Um embate entre correntes defensoras de um pacifismo e correntes defensoras de uma reinterpretação constitucional do Artigo 9 se intensificou nos anos 1990, marcado por relativa hegemonia da ala pacifista tanto dentro do Estado japonês quanto na sociedade.

De acordo com uma pesquisa do jornal *Asahi Shimbun* de abril de 2010, 51% dos entrevistados acreditavam que a alteração da Constituição era necessária, enquanto 29% acreditavam que era desnecessária. Dentro daqueles que eram favoráveis à revisão constitucional, apenas 17% sentiram que havia um problema com o Artigo 9 (MOCHIZUKI *et al.*, 2013). Neste ponto, o principal motor para deste debate é era o crescimento militar da RPC e o choque de interesses nos mares do Sul e do Leste da China. Os fundamentos jurídicos das possíveis regras do envolvimento da JSDF em relação aos militares chineses se tornaram alvos de críticas.

A missão de proteger as ilhas do sudoeste do Japão e suas LMCs no MSC contra operações navais chinesas exigiam cada vez mais ação da JMSDF e a remoção de restrições constitucionais. Portanto, o papel operacional do Japão junto com os EUA, até então, estava limitado à defesa das ilhas residenciais e do suporte de áreas estratégicas. Dito isto, nessas áreas, Tóquio vem buscando fortalecer suas capacidades defensivas o mais efetivamente possível dentro dos limites constitucionais. As políticas marítimas da RPC foram e ainda são encaradas por Tóquio como revisionistas e desestabilizadoras por conta do atual *status quo* que não lhes agradam. “Japanese analysts in fact believe that “China is not fully satisfied with the current international order.” They see China’s conception of national interest as expanding both geographically and substantively<sup>189</sup>.” (MOCHIZUKI *et al.*, 2013, p.16). O poder político japonês enfatiza com preocupação o aumento do ritmo chinês em atividades marítimas no MSC.

---

<sup>189</sup> "Os analistas japoneses, de fato, acreditam que "a China não está totalmente satisfeita com o atual pedido internacional". Eles veem a concepção chinesa de interesse nacional como expansionistas tanto geograficamente como substantivamente". (Tradução do autor).

É entendido que a RPC evitaria desafiar abertamente os EUA e seu sistema de alianças na região Ásia-Pacífico. No entanto, as aproximações bilaterais pela via econômica e diplomática que seu vizinho continental vem realizando para contrabalancear os EUA e o Japão também preocupam os japoneses.

O poder político japonês distingue entre o possível conflito de alto nível com a RPC (como conflito sobre Taiwan ou invasão ou ameaça militar direta às ilhas principais do Japão ou as suas LMCs) e um conflito de baixa intensidade. Nesse sentido, a integração estratégica e operacional do conceito estadunidense *Air-Sea Battle*,<sup>190</sup> (ASB), desenvolvida para a região Ásia-Pacífico, surge como resguardo geopolítico para Tóquio diante das circunstâncias. Este ponto também divide posicionamentos tanto dentro do Estado quanto na sociedade, havendo segmentos que acreditam que tal integração poderia gerar sinergias positivas que aumentariam a capacidade do Japão de defender suas ilhas principais e suas LMCs; outros segmentos acreditam que tal integração aumentaria a presença estadunidense na região, desagradando a RPC e atraindo o Japão para um conflito militar com este país.

A nível estratégico, o Japão atuou de forma intermediária com maior ênfase nas atividades de inteligência, vigilância e reconhecimento para monitorar a atividade naval e nuclear da RPC de uma forma mais independente dos EUA. (MOCHIZUKI *et al.*, 2013).

---

<sup>190</sup> É uma doutrina de batalha dos EUA. A doutrina tornou-se oficial em fevereiro de 2010 e foi renomeada para o Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons (JAM-GC) em 2015. Inspirado pelo conceito Air-Land Battle, a US Navy e USAF estão trabalhando em uma nova doutrina conjunta baseada em "ameaças assimétricas" no Pacífico Ocidental e no Golfo Pérsico com foco em deter militarmente a RPC. Em 2010, a administração Obama declarou que a liberdade de navegação marítima no MSC, cujas ilhas são reivindicadas pela RPC, Vietnã, Brunei, Taiwan, Malásia e Filipinas, são um interesse nacional dos EUA. O comentário foi visto como uma resposta a um funcionário chinês afirmando que a região era um "interesse central" da soberania chinesa. A AirSea Battle tornou-se oficialmente parte da grande estratégia dos EUA. Em fevereiro de 2010, o U.S. Department of Defense's Quadrennial Defense Review declarou: "A USAF e a US Navy estão desenvolvendo um novo conceito conjunto de batalha-aérea para derrotar adversários em toda a extensão de operações militares, incluindo adversários equipados com sofisticadas capacidades anti-acesso e negação de área. O conceito abordará como as forças aéreas e navais integrarão recursos em todos os domínios operacionais - ar, mar, terra, espaço e ciberespaço - para combater desafios crescentes para os EUA liberdade de ação. À medida que amadurece o conceito também ajudará a orientar o desenvolvimento das capacidades futuras necessárias para operações eficazes de projeção de energia". O plano de fundo conceitual da AirSea Battle também decorre da teoria da "Revolução nos Assuntos Militares". Os defensores da teoria têm procurado orientar o planejamento da batalha americana com novas habilidades tecnológicas em mente, tais munições guiadas por precisão e melhorias na comunicação.

NAVY LIVE. [Http://navylive.dodlive.mil/files/2013/06/asb-26-june-2013.pdf](http://navylive.dodlive.mil/files/2013/06/asb-26-june-2013.pdf). Disponível em: <<http://navylive.dodlive.mil/files/2013/06/asb-26-june-2013.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017

#### 4.2.5. A REINTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 9 DA CONSTITUIÇÃO. FIM DO PACIFISMO

O advento da RPC como uma grande potência do último quarto do século XX trouxe impactos consideráveis para a balança de poder no continente asiático. Acompanhado deste advento econômico e político chinês, a modernização das FFAA chinesas e seu consequente aumento de influência na Ásia, vem sendo acompanhado com atenção pelo Japão. Este fato leva a uma inevitável problemática ao poder político japonês: como manter a sua estrutura de defesa limitada, devidamente preparada para proteger seu território em um cenário onde o seu rival histórico aumenta seu poder militar sem precedentes? A Constituição de 1950 e os acordos de defesa com os EUA ainda são suficientes para proteger o Japão?

É preciso entender que mesmo sendo uma Constituição promulgada em um contexto de derrota militar, seguida de uma ocupação por parte dos EUA, ela foi e é amplamente aceita por uma grande parcela da população japonesa. A II Guerra Sino-Japonesa, as campanhas militares no Sudeste Asiático e no Pacífico, a despeito do patriotismo e devoção ao país, desgastaram a sociedade japonesa que se via cada vez mais sufocada pelo esforço de guerra. Para completar o quadro, os constantes bombardeios estadunidenses às cidades japonesas ceifavam vidas de forma crescente, até culminar em ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki, em 1945.

Esses elementos contribuíram para a memória coletiva japonesa e suas historiografias construírem narrativas “pacifistas”. Os horrores da guerra que a sociedade japonesa experimentou gerou uma aversão a militarizações. Isso foi uma característica marcante do Período Showa que as narrativas pacifistas pós-guerra apontam ter conduziram o país à guerra, precisando ser evitadas a todo custo. Este pacifismo marcante na sociedade japonesa pós-guerra encontra representatividade em partidos políticos, tanto da esfera executiva quanto legislativa, orientando a política externa e de defesa nesse rumo. Qualquer tentativa de alterar o status quo japonês na área militar foi rechaçada tanto dentro do estado quanto na sociedade.

No entanto, a escalada de tensões com a RPC, bem como as possíveis mudanças da política externa estadunidense sob a nova gestão encabeçada por Donald Trump iniciando seu mandato presidencial, vêm capitaneando segmentos da sociedade japonesa favoráveis a uma revisão constitucional que lhe atribua maior autonomia militar ao país. Debates vêm se acirrando e partidos políticos como PLD, na pessoa do Primeiro-Ministro Shinzo Abe vêm liderando estas discussões dentro do Estado japonês e mobilizando a sociedade em prol de uma revisão constitucional, utilizando fortemente as possíveis ameaças de uma RPC cada vez mais poderosa militarmente.

Um marco deste revisionismo consta no dia 16 de julho de 2017. Neste dia, a Dieta (parlamento japonês) aprovou uma mudança jurídica no emprego da JSDF que permite o envio de soldados do país para lutar no exterior pela primeira vez desde a II Guerra Mundial. Esta mudança uma restrição do uso da JSDF à autodefesa coletiva e permite participação em ação militar para defender aliados, como os EUA. Estas mudanças flexibilizam limites para operações de paz e tornam mais fácil responder a crises. Foi aprovada sob forte oposição tanto dentro do Estado quanto na sociedade. Tal oposição advoga que as revisões poderiam conduzir o Japão a conflitos onde os EUA estão engajados.

Constitui uma mudança que foi bem recebida por Washington, pois um Japão mais militarizado, significa um encargo menor para os EUA nos assuntos de segurança da Ásia. Segundo Abe, a situação de segurança ao redor do Japão está ficando mais difícil, esses projetos são vitais para proteger a vida dos japoneses e impedir a guerra. De um modo geral, esta mudança dá ao Japão uma autonomia militar sem precedentes.

#### 4.2.6. O ADVENTO DOS CONTRATORPEDEIROS PORTA-HELICÓPTEROS

Como discorrido nos capítulos anteriores, a JMSDF tem seu nascimento em um contexto de profundas limitações constitucionais. Isto acarreta ao Japão até os dias de hoje, considerável dificuldade em estruturar a JSDF para suprir as necessidades de

defesa e segurança do país. A aquisição de meios como NAes e navios de desembarque anfíbios são vetadas por força constitucional. Apenas meios navais voltados exclusivamente para a defesa lhe são permitidos, o que restringe o Japão a adquirir apenas submarinos, navios patrulha, varredores, corvetas, fragatas e contratorpedeiros, podendo atuar somente em águas jurisdicionais japonesas. Atuações fora destes limites foram relativamente raras.

Tais restrições fizeram com que o Japão centralizasse a sua estratégia naval nos contratorpedeiros. Sendo meios navais que evoluíram ao longo do tempo para funções de defesa antiaérea<sup>191</sup> e antissubmarina<sup>192</sup>, servindo também para escolta e patrulha costeira, este tipo de belonave foi à solução encontrada por Tóquio para arquitetar uma força naval com condições mínimas de prover sua defesa marítima, sem ferir a constituição. Isso diz respeito a tarefas de defesa antissubmarino, pois as principais ameaças ao território japonês, a ex-URSS e a RPC, possuíam constantes atividades submarinas nas águas do Leste e Sudeste asiáticos.

Nas ações antissubmarinas, os helicópteros são ferramentas indispensáveis. Capazes de varrer amplas áreas marítimas portando ampla gama de dispositivos de rastreamento submarino como sonares<sup>193</sup> e sonoboias<sup>194</sup>, aumentam em larga escala a

---

<sup>191</sup> Guerra A/A ou ainda AW (sigla do termo inglês: anti-aircraft warfare), é um tipo da guerra naval que destinada a anular ou reduzir a eficácia da ação aérea hostil. Navios escoltas têm metralhadoras ou canhões rápidos que disparam contra aeronaves de baixa altitude realizam defesa de pontos. COTE JR, Owen R. **The Third Battle: Innovation in the US Navy's Silent Cold War Struggle with Soviet Submarines (Newport Paper No. 16, 2003)**. NAVAL WAR COLL NEWPORT RI, 2003.

<sup>192</sup> Guerra A/S ou ainda ASW (sigla do termo inglês: anti-submarine warfare), é um tipo da guerra naval onde emprega meios de superfície, aeronaves e outros submarinos para encontrar, perseguir e deter, avariar ou destruir submarinos inimigos. COTE JR, Owen R. **The Third Battle: Innovation in the US Navy's Silent Cold War Struggle with Soviet Submarines (Newport Paper No. 16, 2003)**. NAVAL WAR COLL NEWPORT RI, 2003.

<sup>193</sup> Do inglês Sound Navigation and Ranging ou “Navegação e Determinação da Distância pelo Som”) é um instrumento usado em época de guerra para a localização de submarinos. Suas frequências acústicas vão desde muito baixas (infra sônicas) até extremamente altas (ultra sônicas). Dois tipos de tecnologia recebem o nome de sonar: Sonar Passivo, captando sons feitos por navios; e Sonar Ativo, que emite pulsos e são captados ecos. O sonar funciona basicamente como um radar, porém usa pulsos sonoros no lugar das ondas de rádio (que se propagam apenas alguns poucos metros sob a água). WILLIAMS, Mari. Hackmann Willem. *Seek and Strike: Sonar, Anti-Submarine Warfare and the Royal Navy, 1914–1954*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1984. Pp. xvii+ 487. ISBN 0-11-290423-8.£ 15.95. **The British Journal for the History of Science**, v. 20, n. 1, p. 84-84, 1987.

capacidade de uma esquadra de “escutar” e detectar a presença de submarinos nos espaços marítimos aos quais navegam, antecipando as possibilidades de adotar a contramedidas. Uma vez detectada a presença de um submarino, os helicópteros permanecem sendo elementos cruciais para eliminação dos mesmos ao serem capazes de transportar ampla gama de torpedos e cargas de explosão letais aos submarinos. Tanto para detecção quanto para destruição, o emprego de helicópteros a bordo de navios escoltas tornou-se fundamental para ações antissubmarinas.

Nesse sentido, a engenharia naval japonesa, visando ampliar tais capacidades, desenvolveu o conceito dos Contratorpedeiros Porta-Helicópteros. Tais navios nada mais são do que escoltas com hangares e conveses de voo ampliados com a finalidade de operar um número maior de helicópteros embarcados, aumentando em larga escala a amplitude de ações antissubmarinas japonesas (KODA; 2011). É um conceito que evoluiu junto com discussões a respeito da revisão do Artigo 9 da Constituição, discorrido anteriormente.

Uma vez que tal revisão agora permite o desdobramento de meios navais japoneses em operações para além de suas águas territorial em apoio a aliados, o emprego destas belonaves alcança um novo marco estratégico para a região do Leste e Sudeste Asiático. Com o respaldo jurídico assegurado, estes navios podem acompanhar e apoiar operações da US Navy em proteção dos *Carrier Strike Group*<sup>195</sup> estadunidenses em suas comissões.

Os EUA assertivamente se opõem às reivindicações chinesas no MSC e contestam Pequim por meio de operações de livre navegação da *US Navy*. Estando o Japão juridicamente habilitado a acompanhá-la, a presença dos navios japoneses representa uma contestação clara do Japão ao pleito chinês. Este fato constitui um

---

<sup>194</sup> É uma boia eletrônica que, podendo ser lançada de um avião ou helicóptero, cai na água e implanta um microfone ultrassensível que coleta sinais acústicos emitidos por submarinos. Esses sinais amplificam e transmitem por ondas de baixa frequência.

HOLLER, Roger A. **The Evolution of the Sonobuoy from World War II to the Cold War**. Navmar Applied Sciences Corp Warminster Pa, 2014.

<sup>195</sup> Designação da US Navy para uma compartimentação de esquadra capitaneada por um navio-aeródromo acompanhado de suas escoltas para realizar operações de ataque.

AMERICA'S NAVY. **The carrier strike group**. Disponível em: <<http://www.navy.mil/navydata/ships/carriers/powerhouse/cvbg.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

elemento de descontentamento para RPC, não somente pelo simbolismo que isso representa aos interesses políticos de Pequim para o MSC, mas também pela importância estratégica que estas embarcações possuem por meio de suas reais capacidades operacionais.

As classes que representam este tipo de embarcação são a Hyuga e a Izumo. Possuem as características fundamentais dos contratorpedeiros, que é a alta velocidade e manobrabilidade, dispositivos de defesa antiaérea e antissubmarina, sendo esta última elevada graças ao aumento do número de helicópteros embarcados (KODA; 2011). Podem ser empregadas para uma ampla gama de tarefas para além das tradicionais escoltas oceânicas. São aptas para na atuação em operações humanitárias de resgate e apoio de civis em grandes catástrofes e dar suporte para operações anfíbias. Tarefas que um contratorpedeiro convencional não realiza com a mesma desenvoltura.

No entanto, além das características básicas supracitadas inerentes a um contratorpedeiro, estas belonaves possuem capacidades adicionais altamente estratégicas. Podem operar aeronaves STOVL (sigla para *Short Take Off and Vertical Landing* - decolagem curta e aterragem vertical - ), isto é, aeronaves de asa fixa com capacidade de pouso e decolagem vertical como os “F-35B” *Lockheed Martin Lightning II*, ou até mesmo os “MV-22 Ospreys”(aeronaves híbridas com características tanto de um avião quanto de helicóptero). Tais adaptações resultam de esforços para o uso máximo de seus meios militares em situações adversas. Flexibilidade é necessária (KODA; 2011)

O emprego destas embarcações foi pensado para operações AS, mas seus conveses, sistemas de combate e navegação são perfeitamente preparados e adaptados para operar aeronaves de asa fixa como os F-35B que podem ser facilmente adquiridos junto aos EUA. Isso evidencia uma manobra político-jurídica japonesa para ter meios navais que lhe são proibidos pela Constituição sem lhes atribuir nomenclaturas ou delimitar empregos clássicos, mas que graças à engenharia naval, podem ser facilmente adaptados quando necessidades estratégicas impostas pelo sistema internacional incidirem sobre o Japão. Este artifício confere a Tóquio, na prática, condições veladas de projetar poder, pois estas embarcações podem operar como NAes completos em situações de crise.

#### 4.2.7. PERSPECTIVAS PARA A JMSDF

O JMSDF participou de um programa de modernização e expansão de força para os últimos 25 anos. A interoperabilidade com a *US Navy* é o baluarte deste processo. Nos certames em que as restrições constitucionais são se tornam cada vez mais profundas, como no emprego de NAes ou navios de assalto anfíbio, a *US Navy* complementa estrategicamente estas lacunas.

Buscando resguardar de forma mais efetiva e possível suas LMCs, o Japão inaugurou uma instalação no Djibuti, projetada em 2010 e inaugurada em 2011. A *Japan Self-Defense Force Base Djibouti* 拠 jibuchi-kyouwakokuni-okeru-jieitaikyoten) foi concebida para dar apoio a operações antipirataria na região do Chifre da África em conjunto com a OTAN (O Tratado do Atlântico Norte) e com os EUA. Apesar de a inauguração ocorrer entre 2010 e 2011, desde 2009, o Japão atua na região, quando a JMSDF operou com os contratorpedeiros *Sazanami* e *Samidare* (DD-106). Também operou duas aeronaves de patrulha JMSDF “P-3 Orion” que iniciaram patrulhas em 11 de junho de 2009. Prospecta-se que a JMSDF buscará aprimorar operações AS e interceptação de mísseis balísticos de forma mais unilateral mesmo com o crescimento de ações conjuntas com a *US Navy* no âmbito do crescimento da *PLA Navy*.

Desde o advento do reino de Yamato no século III d.C. até o Japão do século XXI, o mar foi e é um fio condutor da formação e do destino desta unidade política. Tomado politicamente e estrategicamente como uma barreira natural que blindou as ilhas nipônicas até o século XIX. Apartir deste contexto mediante o assédio do poder naval estadunidense com a visita do Comodoro Perry, o Japão passou a adotar politicamente e estrategicamente o mar não mais como uma barreira, mas como uma via de acesso a recursos e ao comércio para alimentar sua economia, em processo de industrialização. Após a derrota para os EUA na II Guerra Mundial e o pacifismo resultante deste contexto, o crescimento econômico e militar da RPC, apoiada pela força cada vez maior da *PLA Navy*, põe o pacifismo japonês em questão e mais uma vez recoloca o destino do Estado nos passadiços de suas belonaves.

#### 4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

De um modo geral, a RPC e o Japão possuíram trajetórias marítimas diferentes, a continentalidade e a insularidade, respectivamente, moldaram o escopo da importância estratégica do uso do mar, alternado sua adoção, ora como barreira, ora como estrada. Para a RPC, herdeira de uma unidade política milenar, apesar de ser uma potência continental, a forma como mantinha a hegemonia regional tomava, com alguns momentos sendo visto como via de acesso, mas diuturnamente voltando a um papel secundário.

Para a RPC, o mar era visto como um elemento relativamente distante do dia a dia da sociedade desde os tempos imperiais. Com alguns saltos de importância na Dinastia Ming, retornou a segundo plano da Dinastia Qing até servir como via de acesso para as potências ocidentais e para o Japão estabelecerem seus domínios a revelia da soberania do poder central. A partir deste momento, o mar foi inserido para sempre no centro das tomadas de decisão do poder central chinês. Com um processo de modernização apoiado por uma economia forte e crescente, de barreira, o mar hoje é uma via pela qual a RPC navegará para manter a sua sobrevivência. Para o Japão, o mar foi um elemento presente no dia a dia da sociedade desde seus primórdios. No entanto, diferente do seu rival continental, o Japão não se aventurou pelos mares a procura de comércio, se limitando a um comércio pragmático. No momento da chegada do Comodoro Perry e da sua esquadra, os séculos de isolamento são encerrados com uma entrada forçada no tabuleiro geopolítico dos Estados. Deferente da China Imperial, o Japão adota o mar como uma oportunidade para se colocar entre os Estados poderosos deste tabuleiro, e alcança este objetivo principalmente graças a sua força naval. Fazendo o bom uso do mar, conseguiu estabelecer domínios sobre porções territoriais e marítimas estratégicas. O mar foi sua última linha de defesa e a primeira linha de ataque.

Atualmente, estando ambos os Estados com seus olhos voltados para o horizonte, seu ponto de encontro é a vastidão dos mares que contém a chave para a sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa das LMCs para o acesso a recursos naturais e manutenção do comércio internacional é uma necessidade de vital par a sobrevivência da RPC e do Japão. A proposta central do trabalho foi estabelecer uma análise acerca da atuação das forças navais chinesas e japonesas na defesa dos interesses políticos e estratégicos de seus respectivos Estados que giram ao redor das LMCs.

Foi estabelecido um recorte temporal, entre 2000 e 2015, obedecendo à conjuntura política da época, marcada pela escalada de tensões. Sendo um processo que perdura desde a década de 1970, com as reformas econômicas de Deng Xiaoping que renderam a RPC um ciclo de desenvolvimento econômico notável, e a consequente modernização tecnológica de suas FFAA, sobretudo da *PLA Navy*, Tóquio acompanha com cautela a mobilização de seu rival histórico, que altera a balanceamento regional de poder. O embate de interesses crescentes pela disputa de poder no MSC vem provocando tensões em constante escalonamento.

Para cumprir o objetivo central, foi traçada uma linha de raciocínio, considerando a importância estratégica do MSC, devido à existência de recursos naturais, importância esta ressaltada pela passagem de LMCs da RPC e do Japão, a sobrevivência destes Estados dependem do acesso a este espaço geográfico. Diante desta realidade, como suas forças navais vêm sendo mobilizadas para tal necessidade?

Primeiramente, a revisão teórica que amparou a pesquisa trouxe resultados substratos importantes para compreender o posicionamento da RPC e do Japão sobre o MSC. O Realismo Neoclássico demonstrou que a forma de balanceamento externo de ambos os Estados ocorre na medida em que seus objetivos e interesses estratégicos se chocam e como seus poderes políticos organizam suas FFAA para lidar com a iminência desses choques. O acesso a recursos, a proteção das LMCs e o acesso a recursos no MSC colocam estes Estados em lados opostos, suscitando ameaças mútuas.

Na preparação de suas FFAA, a dependência do mar leva a um papel vital das suas forças navais. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan evidenciou que a forças navais são fulcrais para a sobrevivência de ambos os Estados, pois a quantidade de recursos naturais presentes nos seus respectivos territórios são insuficientes para

alimentar suas complexas economias nacionais, tornando-os dependentes do comércio e da exploração marítima para sobreviver. No caso do Japão é até mais complexa e evidente a dependência do mar, por se tratar de um arquipélago. A preparação de uma força naval de ambos os Estados é uma necessidade do mais alto grau, ancorada nos preceitos mahanianos empregados nesta pesquisa que são estudadas nas escolas de oficiais de ambas as forças navais, sobretudo o conceito de LMC. Nesse sentido, o emprego da teoria mahaniana não ocorre de forma pura, mas em consonância com preceitos estratégicos autóctones. Verificou-se que por se tratarem de sociedades milenares, a RPC e o Japão possuem vastas tradições e modos de fazer guerra tanto em terra quanto no mar.

A RPC por conta das filosofias maoístas e confucianas, historicamente foi avessa a batalhas massivas. Sendo a filosofia pregada pela religião taoísta a respeito do *Ying* e *Yang*, duas partes de um Todo, e o princípio da harmonia pregado pela filosofia confuciana, a eliminação do adversário afeta a relação de complementaridade e coexistência, devendo os conflitos tendo de resolvidos na mesa de negociação. O teatro de operações serve para gerar um impasse e forçar o oponente a retornar as negociações. Verifica-se que no mar, a atual estratégia chinesa apesar de conferir rápida expansão, parece que favorece Pequim a realizar negociações bilaterais com Estados descontentes com o posicionamento chinês no MSC.

O Japão, ao contrário, adotou um posicionamento de aniquilação do oponente. A pesquisa identificou que os pensamentos estratégicos japoneses ao longo de séculos, privilegiaram golpes rápidos e fulminantes que incapacitam o oponente. Dada a histórica escassez de recursos nas ilhas nipônicas, batalhas prolongadas de desgaste não eram uma opção. Isso é algo presente na mentalidade dos estrategistas japoneses ao longo do tempo, sendo perceptível nas artes marciais como o *Iaijutsu* e na filosofia samurai do *Bushido*. No mar, essa premissa foi aplicada com o nome de *Kantai Kessen*, significando literalmente batalha decisiva visando justamente aniquilar a capacidade adversária de combater, sendo largamente empregada contra a China Imperial, Rússia, EUA e unidades políticas do Sudeste Asiático. Conceito muito similar à batalha decisiva manahiana, amplamente apreciada pelos japoneses.

Observou-se a abundância de riquezas presentes no MSC e a importância para o comércio. Pelo menos desde o século XIV no contexto da China Imperial governada pela Dinastia Ming, este espaço geográfico era importante para a manutenção de um expressivo comércio que ocorria entre as unidades políticas do Sudeste Asiático e mesmo como via de acesso ao Oriente Médio e África Oriental. As atividades de piratas que assediavam este fluxo de navegação já despontava a importância de uma força naval para conferir segurança à navegação. Já no período posterior, no século XVII até o século XIX, ocorreu a derrocada da Dinastia Ming e ascensão da Dinastia Qing, onde a China Imperial, por razões de segurança terrestres, voltou suas costas para o mar. Este período ocorreu em concomitância com as expansões coloniais de potências da Europa Ocidental e do aumento da influência dos EUA e Japão. Este fato resultou na subjugação da China Imperial aos interesses destas potências e redução de sua soberania, tendo essas potências se valendo de suas superioridades navais sobre e consolidando suas influências. Na II Guerra Mundial, este espaço geográfico despontou importância estratégica ainda mais relevante por conta da dos recursos naturais presentes necessários à industrialização. O Japão foi um Estado que se valeu muito deste fato, chegando a estabelecer a “Grande Esfera de Co-Prosperidade da Ásia” como foro internacional para assegurar a hegemonia política, econômica e militar japonesa para a região.

Na atualidade, a importância do MSC ainda se faz sentir pela RPC e pelo Japão pelo fluxo comercial que nele trafega. Aproximadamente 60.000 a 94.000 navios mercantes e transportadores de petróleo e de gás que navegam anualmente pelo Estreito de Málaca rumo ao Leste Asiático. São transportados cerca de 25% de todos os bens comercializados na região. Aproximadamente 80% das importações de petróleo do Japão e 39% das importações chinesas de petróleo são provenientes do Oriente Médio através do oceano Índico com destino ao Sudeste e Leste asiático.

Dessa forma, conclui-se que ambas a economias são dependentes deste mar.

No que concerne à análise dos Livros Brancos, ambos os países demonstram preocupação com instabilidades internacionais, sobretudo regionais e os esforços mútuos em cooperar para incrementar suas capacidades militares. Cada um ao seu modo e dentro de suas. Isto posto, ambos os Estados vêm desenvolvendo e preparando suas

forças navais para suprir suas necessidades políticas e estratégicas supracitadas de acordo com suas capacidades econômicas e constitucionais, obedecendo princípios mahanianos em simbiose com estratégias autóctones milenares.

Para proteger LMCs que passam pelo MSC e ter acesso a recursos que lá existem, a RPC vem adotando uma estratégia de negação do uso do mar cunhada no Ocidente como A2/AD<sup>196</sup>, que conta com uso ostensivo de submarinos, mísseis balísticos e mísseis de cruzeiro. Tal conceito é utilizado com cautela pelo fato de que apesar do conteúdo e a forma deste conceito ser aplicado na estratégia naval chinesa, não é nomeado desta forma pela RPC. Isso ocorre porque a RPC considera toda a porção do MSC como parte do seu território, logo, a mobilização de meios para lá constitui artifícios para defesa da soberania chinesa sobre o MSC. Observou-se também uma mudança paradigmática da negação do uso do mar para o exercício do controle de área marítima ao constatar expansão da força de superfície da *PLA Navy* ao comissionar o navio-aeródromo *Liaoning* em 2012 (com mais duas unidades a caminho, tendo uma delas sido lançada em 2017, executando testes no mar), contratorpedeiros e fragatas.

O desenvolvimento de meios navais e armamentos por parte da RPC é circunscrita na forma de balanceamento interno de Emulação. A proximidade com a ex-URSS nos primeiros anos da Guerra Fria com todo um arcabouço de acordos de cooperação, exercícios militares e consultorias possibilitaram acesso da RPC a tecnologias de construção e emprego de diversos meios e equipamentos, doutrinas, instituições e práticas daquele Estado e aplicá-los às FFAA chinesas, desenvolvendo em um espaço de tempo relativamente mais curto, capacidades operacionais relevantes para a RPC.

Como supracitado anteriormente, foi constatado que o status de potência marítima e naval da RPC não é uma novidade. Durante a Dinastia Ming, entre os séculos XIV e XV, a China Imperial se destacou como um poderio marítimo sem igual, marcada pelas viagens do Almirante Zheng He, estabelecendo influência comercial, política e cultural da China por todo o Sudeste Asiático e Índico, conectando-a ao

---

<sup>196</sup> Nomenclatura anglófona para caracterizar a estratégia naval chinesa que combina o uso de submarinos, mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro e navios escoltas. Impede que um adversário ocupe ou atravesse uma área terrestre, aérea ou marítima, sendo suficiente para restringir, retardar ou colocar em risco o avanço do oponente.

ETZIONI, Amitai. Who authorized preparations for war with China. *Yale J. Int'l Aff.*, v. 8, p. 37, 2013.

Oriente Médio e à África Oriental. Por razões estratégicas no que concerne à segurança das fronteiras do norte e noroeste do império no contexto da Dinastia Qing, o poder terrestre passou a ser mais importante e demandar mais recursos. Dessa forma, a dissolução proposital da Esquadra construída durante a Dinastia Ming torna-se mais racional e compreensível quando se entende que importava, acima de tudo, a segurança terrestre, pois era desse teatro de operações que as principais ameaças a soberania chinesa emanavam.

Na segunda metade do século XIX, a derrota militar para potências ocidentais e para o Japão muda os pensamentos estratégicos chineses. O mar volta a ganhar importância pelo fato de que estas potências se utilizaram do mar para subjugar a China, por meio de poderosas forças navais. Surge a necessidade de restabelecer o poder naval para reaver a soberania perdida.

No entanto, com a proclamação da república e a Revolução Comunista posterior, o mar continua com uma importância elevada, porém, as forças terrestres ainda têm centralidade, pois a conturbada correlação de forças internas (nacionalistas x comunistas) e o perigo de ingerência de países estrangeiros no conflito colocavam mais uma vez em evidência o risco do esfacelamento territorial. Isto é, o continente seria mais ameaçado por elementos terrestres, o que demandava perene focalização de investimentos nas forças terrestres.

Com a gradual estabilização interna e a crítica posição entre EUA e ex-URSS, duas superpotências nucleares e navais, o PCC eleva o grau de importância a sua Marinha de Guerra, passando a direcionar cada vez mais recursos, pois a principal ameaça agora vem do mar e não mais do continente, processo consolidado definitivamente nos anos de 1990, tendo o MSC como seu espaço geopolítico de atuação prioritário. Por parte do Japão, uma mentalidade marítima era cultivada desde os primórdios deste país. Reforçado pela insularidade, o mar teve um papel central na história japonesa.

Em relação ao Japão, o processo de centralização política bem posterior contribuiu para que o poderio militar não fosse centralizado como nos modernos Estados nacionais, mas sim, diluído entre os *daimyos*. O grande ponto de inflexão no histórico isolamento japonês foi à visita do Comodoro Perry e a entrada forçada do

Japão no sistema internacional anárquico e permeado de disputas entre potências econômicas e militares. Isso deflagrou conturbações sociopolíticas que culminaram na Restauração Meiji. Neste momento, a insegurança e a necessidade de sobrevivência do pequeno arquipélago nipônico deflagraram a queda de confiança da população em relação ao *Xogunato* e impulsionou o exercício do poder nas mãos do imperador, centralizando o poder.

Tal centralização, que ocorreu por meio de conflitos armados, culminou com a transformação do Japão em um Estado nacional moderno. Como tal, o controle das FFAA por parte do poder central abriu precedentes para um amplo programa de modernização delas, para que estivessem aptas a defender o país e seus interesses no sistema internacional, no final do século XIX.

Os esforços em enviar estudantes e militares para cursos no exterior, aparelhamento do sistema educacional e infraestrutura industrial resultaram na formação de FFAA de grandes capacidades. A IJN é formada e se torna uma força naval de capacidades oceânicas, capaz de combater adversários de igual capacidade como a Rússia e os EUA, colocando o país na condição de potência.

As operações navais da IJN deram temporariamente ao Japão, um controle sobre o Pacífico e sobre os mares do Leste e do Sul da China como também possibilitaram a ocupação do Sudeste Asiático.

Finalizado o conflito com a derrota japonesa por conta do desgaste econômico e militar no enfrentamento com os EUA e seu subsequente poderio nuclear, o Japão é reinserido de forma pacífica no sistema internacional e, constitucionalmente, renunciou ao uso da força para solução de controvérsias.

Com a derrota na II Guerra Mundial, a IJN é dissolvida e dá lugar à JMSDF. Verificou-se que a proteção de LMCs incumbida a esta última força naval, bem como o acesso a recursos ocorrem em consonância com a sua Constituição. As limitações presentes nela impõem às FFAA japonesas dificuldades na aquisição de meios navais sobre prerrogativa de serem empregados apenas para a defesa dos arquipélagos principais. Isto dificulta o desdobramento de meios que extrapolem as prerrogativas constitucionais, limitando a JMSDF a operar submarinos convencionais para negar o uso do mar em suas águas territoriais e contratorpedeiros para realizarem controle de

área marítima nas mesmas águas. No entanto, a adaptação de algumas classes dessas últimas belonaves em “Contratorpedeiros Porta-Helicópteros” que podem operar “F-35” V-STOL em situações de crise apontam para uma gradual preparação estratégica da JMSDF para operar com maior autonomia à medida que a Constituição vai sendo revista, flexibiliza a atuação da mesma para além das águas territoriais em caráter de defesa. Atualmente, o Japão pode acompanhar os *Carrier Strike Groups* da *US Navy* em missões de apoio, além de já terem participado de missões de ajuda humanitária que lhe agregaram experiência operacional para além do que foi estabelecido pela Constituição. Na Dieta, as discussões por releituras do Artigo 9 da Constituição, em face do crescimento econômico e militar da RPC, trazem insegurança às LMCs japonesas ao passo que limitam seu acesso a recursos no mares do Sul e do Leste da China, conduzem o Japão a uma necessidade de maior autonomia militar, estando a JMSDF se preparando para este cenário desde já.

O Japão adota a continuação de práticas existentes em decorrência dos limites constitucionais impostos pelo Artigo 9. Aquisições e aprimoramentos de meios, armamentos e doutrinas passam por um delicado crivo de legalidade, que obrigam o Japão a permanecer com práticas apoiadas no acordo de segurança que tem com os EUA.

A formação do poder naval japonês ao longo dos séculos foi e é um fator decisivo na inserção internacional do país. Sendo uma unidade política essencialmente marítima graças a sua geografia, o mar é e foi à linha condutora do processo de formação do Estado japonês, onde no passado, foi usado como uma barreira natural que isolou as ilhas nipônicas de contatos e influências externas até meados do século XIX. Diante do assédio do poderio naval estadunidense com a visita da esquadra comandada pelo Comodoro Perry, a inserção internacional forçada resultante deste assédio obriga o Japão a reconfigurar suas políticas, estas passam a colocar o mar não mais como uma barreira, mas como um elo com o resto do mundo, sobretudo para com áreas ricas em recursos. A partir do século XIX, o processo de industrialização então iniciado teve como eixo de sustentação poder marítimo japonês. O comércio e acesso a recursos naturais dependia das LMCs, defendidas pelo poder naval japonês, que graças a investimentos, alcançou capacidades oceânicas em sua expressão máxima. Derrotado

pelos EUA, o Japão tem todo o seu Estado reconfigurado, deste sua Constituição e instituições, até a mentalidade da sociedade japonesa, que passa a abraçar o pacifismo como bandeira de resolução de problemáticas em detrimento do poder militar. Nos dias atuais, mediante a competição com a RPC por recursos e a ameaça da crescente *PLA Navy*, mais uma vez o Japão vê o destino, enquanto Estado, tendo de ser decidido nos passadiços de suas belonaves.

## REFERÊNCIAS

CHINA. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*. 2000. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/2000/index.htm>

CHINA. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*. 2004. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/20041227/index.htm>

CHINA. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>

CHINA. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*. 2009. Disponível em:  
[http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node\\_7060059.htm](http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm)

CHINA. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*. 2011. Disponível em:  
[http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node\\_7114675.htm](http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm)

JAPAN. *Japan Defense Agency*. 2010. **DEFENSE OF JAPAN 2010**. Disponível em:  
[http://www.mod.go.jp/e/publ/w\\_paper/2010.html](http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2010.html)

JAPAN. *Japan Defense Agency*. **DEFENSE OF JAPAN 2005**. Disponível em:  
[http://www.mod.go.jp/e/publ/w\\_paper/2005.html](http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2005.html)

JAPÃO. **A constituição do Japão**. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

KISSINGER, Henry; HORMANN, Nicholas. *On China*. New York: Penguin Press, 2011.

LIM, Yves-Heng. *China's naval power: an offensive realist approach*. Ashgate Publishing, Ltd., 2014.

MAHAN, Captain A. T. *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. New York: Dover Publications, 1987.

MOCHIZUKI, Mike *et al.* *China's Military & the US-Japan Alliance in 2030 A Strategic Net Assessment*. 2013.

PURUSHOTHAMAN, Vithiyapathy. India's strategic dimensions in malacca strait. **Chennai Centre for China Studies (C3S)**, Chennai, n.006, p.1, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.c3sindia.org/defence-security/indias-strategic-dimensions-in-malacca-strait-by-vithiyapathy-p/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ROSE, Gideon. *Neoclassical realism and theories of foreign policy*. *World politics*. v. 51, n. 01, p. 144-172, 1998.

SAJIMA, Naoko; TACHIKAWA, Kyōichi. *Japanese Sea Power: A Maritime Nation's Struggle for Identity*. Sea Power Centre-Australia, 2009.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007.

SILVA, Marcos Valle Machado. Disputas por soberania no mar do sul da china: um desafio para a política externa chinesa . **Brazilian journal of international relations**, Marília, v. 5, n. 1, p.111-222, jan./abr. 2016.

TALIAFERRO, Jeffrey W. *State building for future wars: Neoclassical realism and the resource-extractive state*. *Security Studies*. v. 15, n. 3, p. 464-495, 2006.

TZU, Sun. *The art of war*. Shambhala Publications, 2005.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. **Japanese maritime thought: if not Mahan, who**. NAVAL WAR COLL NEWPORT RI, 2006.

WALT, Stephen M. *The origins of alliance*. Cornell University Press, 1987

WANG, Dong. **China's unequal treaties: narrating national history**. Lexington books, 2005.

## ANEXO: CADERNO DE MAPAS E IMAGENS

Figura 1: Mapa Sudeste Asiático e o MSC



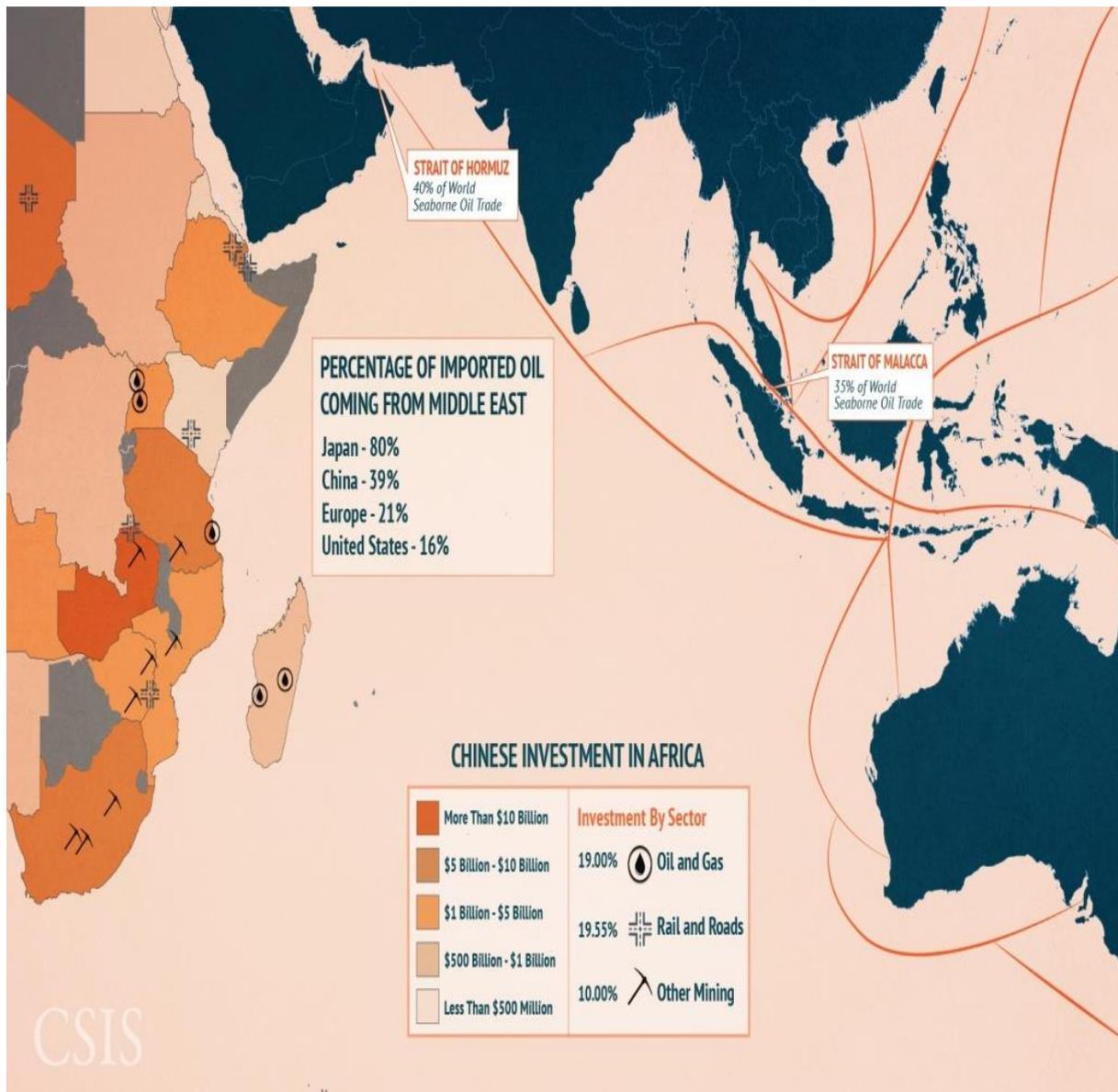
THE SOUTH CHINA SEA. [southeastasia](http://www.southchinasea.org). Disponível em: <<http://www.southchinasea.org/files/2011/08/southeast-asia-reference-map-cia-world-factbook.jpg>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

**Figura 2: Estreito de Malaca**



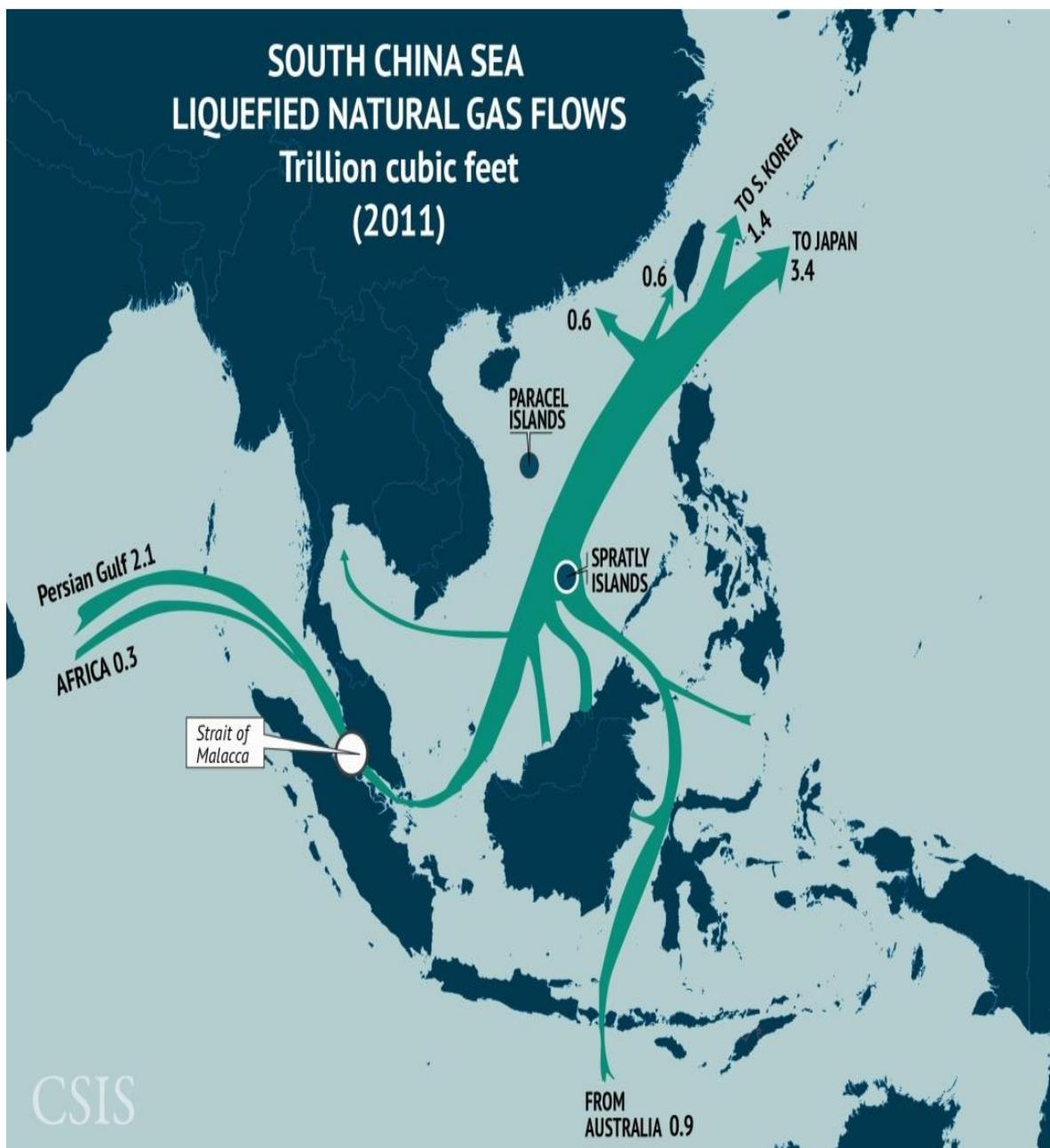
MARITIME SECURITY REVIEW. **Malacca Strait Cooperation**. Disponível em: <<http://www.marsecreview.com/2012/07/malacca-strait-cooperation/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

**Figura 3: Transporte de petróleo do Oriente Médio com destino ao Sudeste e Leste da Ásia**



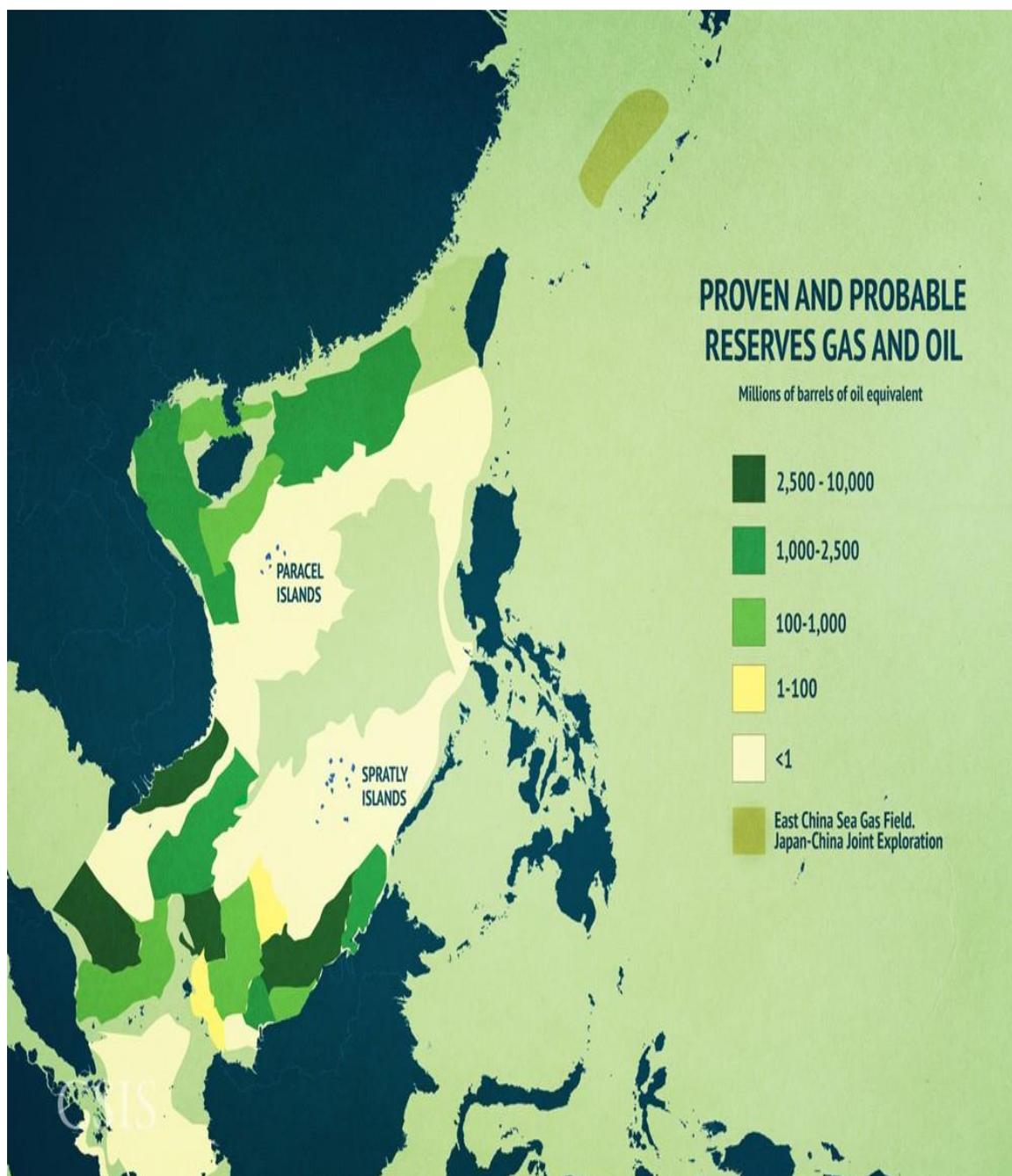
ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. Trade and resources in the Indian Ocean. Disponível em: <[https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/indian\\_ocean\\_02.jpg](https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/indian_ocean_02.jpg)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

**Figura 4: Gás natural liquefeito transportado via MSC**



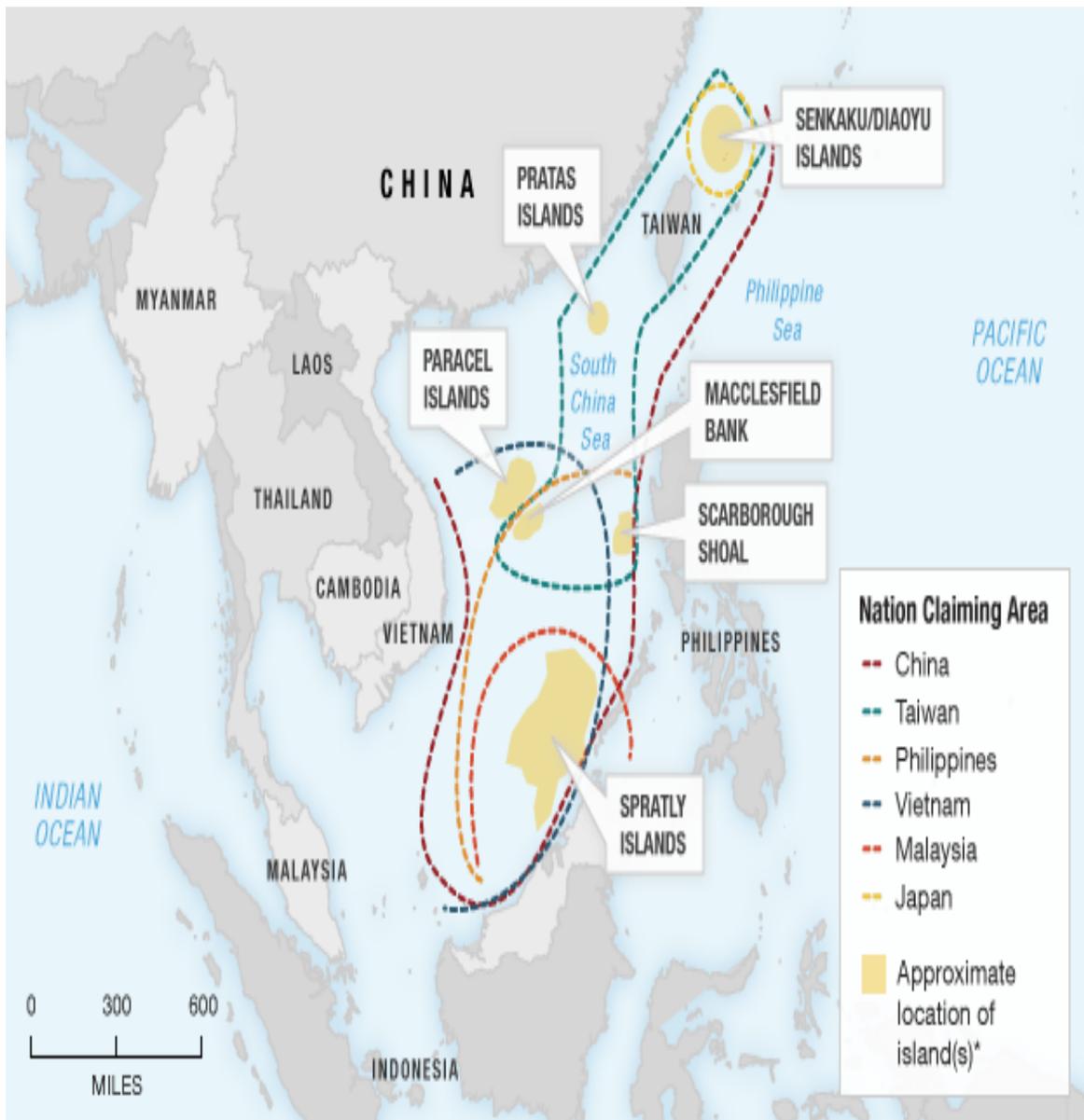
ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. South China Sea LNG flows. Disponível em: <[https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/resource\\_flows.jpg](https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/resource_flows.jpg)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

**Figura 5: Estimativas de reservas de petróleo e gás natural no MSC**



ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **South China Sea LNG flows.** Disponível em: <[https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2015/01/05\\_natural\\_resources.jpg](https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2015/01/05_natural_resources.jpg)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

**Figura 6: Disputas de soberania do MSC**



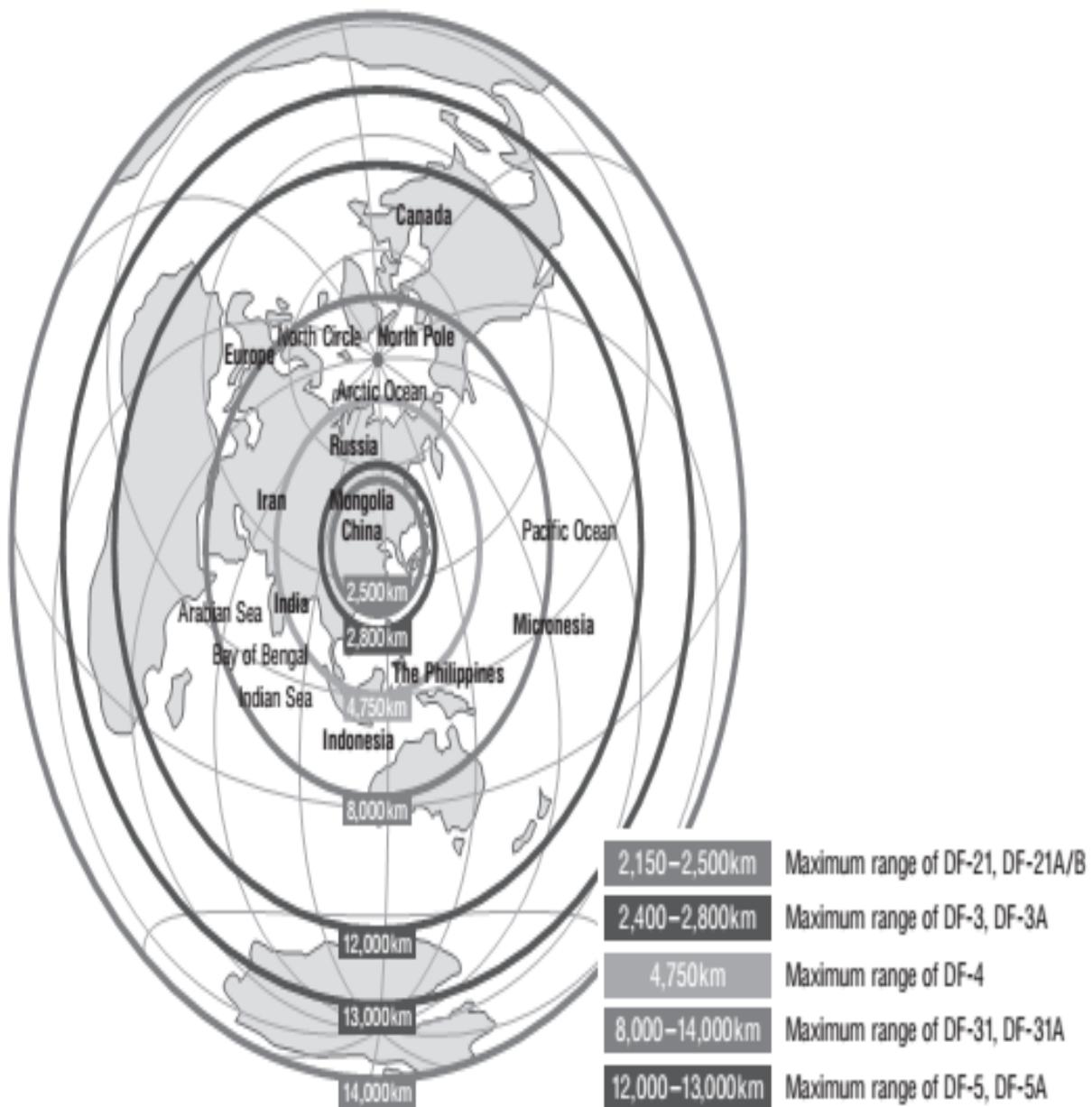
SSB CRAC. **India's interest.** Disponível em: <[http://1.bp.blogspot.com/-g4alkzsfcem/vi7egmdoe3i/aaaaaaarjm/nvjqjbflnmk/s1600/south\\_china\\_sea.gif](http://1.bp.blogspot.com/-g4alkzsfcem/vi7egmdoe3i/aaaaaaarjm/nvjqjbflnmk/s1600/south_china_sea.gif)>. Acesso em: 24 mai. 2017.

**Figura 7: Principais Comandos da PLA Navy e PLA Air Force**



THE UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. China maps. Disponível em: <<http://www.lib.utexas.edu/maps/china.html>>. Acesso em: 05 out. 2017.

**Figura 8: Estimativa japonesa a respeito do alcance dos mísseis balísticos chineses**



JAPAN. Japan Defense Agency. 2010. **DEFENSE OF JAPAN 2010**. p.58. Disponível em: [http://www.mod.go.jp/e/publ/w\\_paper/2010.html](http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2010.html)

Figura 9: Litígios no MSC



THE DIPLOMAT. Vietnam, china clash over oil rig in south china sea. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/05/vietnam-china-clash-over-oil-rig-in-south-china-sea/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

Figura 10: Mapa das Island Chains, segundo as estratégias traçadas por Liu Huaqing



GLOBAL SECURITY . **People's liberation navy - offshore defense.** Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-doctrine-offshore.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.



**Figura 12: Zonas Econômicas Especiais da RPC**



THE UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. China maps. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/china.html>. Acesso em: 05 out. 2017.